CRISTIANE LEAL RODRIGUES SOARES

A VIOLÊNCIA DA SEGREGAÇÃO. UMA ETNOGRAFIA DA COMUNIDADE DO TIMBÓ LOCALIZADA NO BAIRRO DE BANCÁRIOS EM JOÃO PESSOA/PB.

João Pessoa
2009

CRISTIANE LEAL RODRIGUES SOARES

A VIOLÊNCIA DA SEGREGAÇÃO. UMA ETNOGRAFIA DA COMUNIDADE DO TIMBÓ LOCALIZADA NO BAIRRO DE BANCÁRIOS EM JOÃO PESSOA/PB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia. Orientada pelo Professor Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz.

João Pessoa
2009

CRISTIANE LEAL RODRIGUES SOARES

A VIOLÊNCIA DA SEGREGAÇÃO. UMA ETNOGRAFIA DA COMUNIDADE DO TIMBÓ LOCALIZADA NO BAIRRO DE BANCÁRIOS EM JOÃO PESSOA/PB.

Aprovada em _____/_____/_____

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz(Orientador)

Profª. Drª. Tereza Correia Queiróz(Examinadora)

Profª. Drª. Doralice Sátyro Maia(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Seria uma pretensão apresentar esta dissertação como um trabalho individual, e se isso fosse verdade seria tremendamente frustrante, porque não poderia relatar aqui a participação e o apoio que tive de inúmeras pessoas as quais compartilharam comigo de todo esse trabalho de pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Ariosvaldo Diniz, que com entusiasmo sempre me atendeu de forma generosa, com confiança e através de suas experiências e encaminhamentos me mostrou um mundo que sozinha eu não percorreria.

A Professora Tereza Queiróz, com a qual tive a oportunidade de conviver e aprender lições não somente quanto às Teorias e Metodologias próprias das Ciências Sociais, mas aquelas lições que nos servem para a vida.

Ao Professor Wellington Pereira que mesmo nas etapas finais desse trabalho teve participação decisiva e fundamental através de suas considerações no exame de qualificação.

A todos os professores da Pós-Graduação em Sociologia da UFPB em especial ao nosso coordenador professor Adriano de León.

Aos funcionários do Programa, Nancy e Agamenon.

Aos funcionários da SEDES e da SEPLAN da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e do IBGE pelas informações repassadas.

Ao CNPQ pela bolsa de estudos que recebi, sem a qual seria inviável meu empenho nesta pesquisa.

Quero agradecer de forma especial a todos os moradores do bairro de Bancários que contribuíram com esta pesquisa através dos questionários, das entrevistas e me deixando penetrar em seus espaços de convivência, muitas vezes em suas vidas privadas.

Agradeço finalmente aos meus familiares, pelas palavras de incetivo.

De forma carinhosa agradeço ao meu esposo e filhos por todo amor e compreensão que a mim dedicaram. Com eles compartilho a alegria de concluir esta etapa de trabalho, pois de perto puderam acompanhar todos os passos dessa pesquisa, as descobertas, os dramas, os medos, as conquistas, não estiveram ausentes da minha rotina em nenhum instante nesses dois anos. Me apoiaram em todos os sentidos, e principalmente abriram mão da minha presença inúmeras vezes em suas atividades, porque sabem que para mim vale mais dizer ‘eu te amo’ em atitudes do que em palavras, aprenderam que amar também é renunciar, e ajudar o outro a realizar seus sonhos individuais.

RESUMO

Esta pesquisa aborda as questões sociológicas: segregação e violência urbana, tendo como lócus Bancários, um dos bairros de João Pessoa, capital da Paraíba. O objetivo geral da pesquisa foi analisar qual a relação entre segregação e violência neste bairro. A motivação quanto à escolha desse objeto de observação, partiu de algumas pistas que apontavam para a existência de segregação em Bancários, levantadas em pesquisas anteriores, e do conhecimento obtido por vivência própria da realidade do bairro quanto aos constantes casos de violência ocorridos em seu espaço. Para a realização desta pesquisa foi utilizado o método etnográfico. Logo após a confirmação da existência de segregação sócio espacial em Bancários, atentei em considerar esse fenômeno como uma forma de violência, na medida em expressa os sofrimentos da realidade cotidiana de uma das comunidades do bairro, o Timbó. A pesquisa procurou compreender também os fatores e os agentes que determinam a segregação dessa comunidade. Além disso, verificou que essa segregação contribui para o surgimento de outras formas de violência urbana, que se constituem em crimes violentos. Tais crimes por sua vez reforçam a segregação e o estigma sobre a comunidade segregada do bairro.

Palavras Chave: Segregação Urbana, Violência urbana, Etnografia, Bancários e João Pessoa.

ABSTRACT

This research approaches the questions sociological: segregation and urban violence, having as lócus Bank clerks, one of the quarters of João Person, capital of the Paraíba. The general objective of the research was to analyze which the relation between segregation and violence in this quarter. The motivation how much to the choice of this object of comment, it left of some tracks that pointed with respect to the existence of segregation in Bank clerks, raised in previous research, and of the knowledge gotten for proper experience of the reality of the quarter how much to the constant occurred cases of violence in its space. For the accomplishment of this research the etnográfico method was used. Soon after the confirmation of the segregation existence space partner in Bank clerks, I attempted against in considering this phenomenon as a violence form, in the measure in express the sufferings of the daily reality of one of the communities of the quarter, the Timbó. The research looked for to also understand the factors and the agents who determine the segregation of this community. Moreover, it verified that this segregation contributes for the sprouting of other forms of urban violence, that if constitute in crimes, many of violent them. Such crimes for its time strengthen the segregation and the stigma on the segregated community of the quarter.

Words Key: Urban segregation, Urban Violence, Etnografia, Bancários and João Pessoa.

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Casa do Conjunto dos Bancários que não foi reformada.Créditos: Cristiane Leal

FOTO 2: Casa do Conjunto dos Bancários reformada. Créditos: Cristiane Leal

FOTO 3: Casas do condomínio Paulo Miranda. Créditos: Cristiane Leal

FOTO 4: Edifícios do Condomínio Paulo Miranda, Bancários. Créditos: Cristiane Leal

FOTO 5: Casas próximas a barreira, feitas de papelão e lona. Timbó em 1994. Créditos: FAC

FOTO 6: Casas próximas a barreira na mesma rua da foto anterior, agora feitas em alvenaria. Timbó em 2008. Créditos: Cristiane Leal.

FOTO 7: Timbó. Ruas sem calçamento. Créditos: Cristiane Leal.

FOTO 8: Timbó. Esgoto a céu aberto. Créditos: Cristiane Leal.

FOTO 9: Comerciantes informais na Praça da Paz. Créditos: Cristiane Leal.

FOTO 10: Adolescentes, moradores de rua, utilizam a praça como local de repouso e fazem uso de entorpecente. Créditos: Cristiane Leal.

FOTO 11: Casal dorme na Praça, após trabalho cansativo de coleta de material reciclável. Créditos: Cristiane Leal.

FOTO 12: Intenso uso da rua como espaço de lazer. Timbó. Créditos: Cristiane Leal

FOTO 13: Quadra, Timbó. Créditos: Cristiane Leal

FOTO 14: Moradores do Timbó catam lixo em rua dos Bancários.Créditos: Cristiane Leal

FOTO 15: Casa 1. Timbó. Créditos: Cristiane Leal

FOTO 16: Casa 2. Timbó. Créditos: Cristiane Leal

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Cidade de João Pessoa com a divisão dos Bairros.

MAPA 2: Ocupação da Cidade de João Pessoa nos diferentes períodos.

MAPA 3: Classificação dos Espaços por níveis de renda de sua população.

MAPA 4: Imagem via Satélite demonstrando setores do bairro.

MAPA 5: Bairro de Bancários destacando em amarelo. SEPLAN- PMJP. JUNHO/2008

LISTA DE SIGLAS

AMCBU – Associação dos Moradores da Comunidade Bancária e Universitária.

CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano

EC – Estatuto das Cidades

FAC/PB - Fundação de Ação Comunitária

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GOE – Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado da Paraíba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEME/PB - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba

INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte e Paraíba

PIB JCU- Primeira Igreja Batista de Jardim Cidade Universitária

PBF - Programa Bolsa Família

PSF – Posto de Saúde da Família

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

SEDES/PMJP - Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa

SEPLAN/PMJP - Secretaria de Planejamento do Município de João Pessoa

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

USF – unidade de saúde da família

ZEIS – Zonas de Especial Interesse Soacial

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Distribuição de pessoas participantes do survey.

TABELA 2: População urbana/rural na Paraíba.

TABELA 3: Funções que mais admitiu e desligou empregados em 2007 em João Pessoa/PB.

TABELA 4: Funções que mais admitiu e desligou empregados em 2008 em João Pessoa/PB.

TABELA 5: Beneficiários do Bolsa Família e rendimentos no Timbó nos meses de Setembro de 2004 a 2008.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: População Urbana/Rural da Paraíba. 1970-2000

GRÁFICO 2: Taxas de Mortalidade por homicídios nas capitais brasileiras.2000

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. 13

1. PERCURSOS E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS. 18

2. CIDADE, SEGREGAÇÃO E VIOLÊNCIA NO IMAGINÁRIO SOCIOLÓGICO. 25

2.1 A Cidade e a Vida Urbana. 25

2.2 Segregação no Espaço Urbano. 34

2.3 A segregação sócio espacial no Brasil e o processo de reestruturação econômica. 36

2.4 Cidade, Segregação e Violência. 39

3. A SEGREGAÇÃO SOCIAL E A VIOLÊNCIA EM JOÃO PESSOA. 46

3.1 João Pessoa, um panorama histórico de sua ocupação. 46

3.2 Segregação e gestão municipal em João Pessoa. 52

3.3 Um olhar sobre a violência em João Pessoa. 56

4. O BAIRRO DE BANCÁRIOS E A VIOLÊNCIA DA SEGREGAÇÃO. 64

4.1 Bancários e suas diferenciações internas. 64

4.2 A Segregação vista da Praça da Paz. 79

4.3 Histórias de Vida. Falas da Segregação. 87

4.4 Timbó a Comunidade Segregada de Bancários. 90

4.5 Respostas de violência à segregação. 111

CONSIDERAÇÕES FINAIS. 115

BIBLIOGRAFIA. 120

ANEXOS. 128

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as relações entre segregação e violência no contexto da vida urbana contemporânea, tomando como referência o bairro de Bancários em João Pessoa, espaço que abriga grupos socioeconômicos diferenciados.

O objetivo geral desta pesquisa foi discutir um pouco a noção de Cidade, não em sua complexidade, mas enfatizando as questões de segregação e violência, partindo das diferenciações sociais e dos seus desdobramentos, e da distribuição e apropriação dos espaços urbanos, na perspectiva de um bairro da cidade já mencionada.

A violência tornou-se um assunto muito repetitivo em João Pessoa, sendo constantemente comentada tanto entre os seus moradores, como pela mídia local e pelos poderes públicos. Vários são os discursos e justificativas apresentadas quando se busca analisar o crescimento da violência em nossa cidade, entretanto, raras são as ações para um efetivo enfrentamento desta problemática. Em geral, as ações possuem caráter repressivo e/ou reforçam estereótipos e explicações simplistas sobre a violência.

Nesta pesquisa procurei enfatizar um tipo de violência urbana que convencionei chamar de violência da segregação. Considero a segregação uma forma violenta de ordenar a cidade, na medida em que anula o direito socialmente justo de uso dos seus espaços, reduzindo a cidadania e a participação ativa de parte dos seus moradores, contribuindo para a criação de estigmas sobre essas pessoas e sobre seus locais de moradia.

Admito como hipótese que essa condição de segregação na cidade, que pesa notadamente sobre os moradores dos assentamentos irregulares, contribui para o avanço da violência urbana, especialmente devido ao favorecimento às atividades ligadas ao narcotráfico nessas áreas.

Alguns questionamentos iniciais nortearam essa pesquisa, entre eles: Qual a relação entre segregação e violência num bairro urbano heterogêneo socioeconomicamente? Quais as características mais marcantes desses grupos sociais? Como se dão as relações entre os diversos moradores do bairro? Quais são as representações de violência para os grupos sociais residentes em Bancários?

Na tentativa de responder a estes questionamentos procurei, especificamente no lócus desse estudo, o bairro de Bancários, descrever seus espaços, e os grupos de moradores que o comporta, apontando suas características mais marcantes. Busquei investigar os seus cotidianos em locais públicos, as relações que estabelecem entre si e com o espaço. Suas formas de apropriação do solo urbano, e das áreas mais significativas do bairro. Procurei

ainda encontrar e relacionar os elementos que conduzem para as formas de relacionamento e de afastamento entre esses grupos sociais.

Enquanto muitos estudos enfatizam principalmente as metrópoles e seus ordenamentos sociais, esta pesquisa se apresenta como contribuição ao estudo das cidades de médio porte. Salientando que estas, apesar de terem dinâmicas sociais de menores intensidades do que as primeiras, se constituem em maior número em todo país, merecendo, portanto, maior atenção do que é dada usualmente.

Entendo assim a necessidade de estudar as cidades de porte médio, conhecer suas realidades e peculiaridades a fim de contribuir para o avanço da área do conhecimento social urbano. Esse estudo é relevante neste sentido, pois se propõe a incrementar as reflexões sobre estas cidades tomando como caso específico João Pessoa, a partir de um dos seus bairros.

A análise social do bairro de Bancários foi feita através de uma descrição etnográfica que procurou conhecer o mapeamento social do bairro, o cotidiano dos moradores, seus estilos de vida, suas principais características e diferenciações. A partir de então procurei destacar uma das realidades do bairro que mais me chamou a atenção, a violência da segregação, investida sobre uma das suas comunidades, o Timbó.

Intencionando utilizar as formas de habitação como elementos que expressam a diferenciação social presente no bairro, enfatizei a descrição das formas de habitação em Bancários a fim de compor um quadro geral dos elementos que caracterizam estas diferenciações.

Em Bancários, classifiquei os tipos de residências e seus moradores em dois setores. Apesar dessa classificação, enfatizo, porém, que nenhum destes dois setores são completamente homogêneos.[1] Assim destacarei adiante em linhas gerais algumas das heterogeneidades físicas e estruturais presentes em cada um deles. As demais diferenças surgirão no decorrer do trabalho.

No primeiro setor agrupei as casas dos conjuntos residenciais dos Bancários e dos Professores, construídas desde 1980. Muitas destas casas foram reformadas e ganharam novas fachadas e melhorias. Outras, porém permanecem com a estrutura inicial e muitas se encontram em más condições e aparência.

Neste primeiro setor há sistema de saneamento e todas as ruas são calçadas. Contam com equipamentos de serviços públicos como escolas, posto de saúde, centro de referência

[1] Em cada setor trabalhei na tentativa de fazer aproximações, porém ressalto que há uma diversidade imensa entre os moradores do bairro em todos os sentidos: social, cultural, econômico. De forma que, cada um desses dois setores são absolutamente permeados de heterogeneidades internas a eles mesmos, porém mais expressivas quando comparamos um em relação ao outro.

social. Possui também a Praça da Paz, a maior da cidade, que por sua vez dispõe de quadras de esportes, pista de skate, anfiteatro, além da biblioteca digital. Dispõe ainda de serviços privados das mais diferentes especialidades.

Além das casas já mencionadas, neste setor, encontram-se diversos edifícios. A maioria destes edifícios tem estrutura modesta (tipo caixão), constituídos de pequenos apartamentos.

O segundo setor de nossa classificação constitui a área onde se localiza o Timbó. Este setor é visivelmente mais carente e contrasta em termos de infra-estrutura com as outras partes do bairro já apresentadas. A parte mais elevada do Timbó(que se localiza na área de transição dos conjuntos e a comunidade mesmo) apresenta melhores condições de calçamento e saneamento, pois foi beneficiada com a infra estrutura dos conjuntos.

Entretanto a parte que se localiza no declive até a área mais baixa(Comumente chamado de Timbó II) apresenta deficientes condições em sua estrutura. Não possuem ruas calçadas, nem saneamento, nem tão pouco, áreas de lazer próximas. As casas são muito precárias, e é neste espaço que estão presentes as áreas de risco da comunidade (especialmente as áreas próximas as barreiras).

A escolha do bairro dos Bancários como objeto de estudo se deu, pelo conhecimento prévio e por minha vivência em seu espaço, que se revelaram como elementos facilitadores para o desenvolvimento deste trabalho. A ampliação da minha rede de relacionamentos foi algo importante para a penetração em muitos ambientes do bairro ainda desconhecidos por mim, e que dessa forma exigiu maior atenção durante todo o processo de levantamento de campo, para que detalhes importantes não fossem perdidos de vista.

Passei a circular pelo bairro de forma diferente a partir do momento em que iniciei esta pesquisa. Nos lugares mais conhecidos, procurei agir de forma diferenciada, utilizando o estranhamento para tentar ver além do superficial e do que já estava acostumada a ver. Já nos lugares desconhecidos, no Timbó principalmente, estabeleci inicialmente observações e contatos informais, na tentativa de descrever o cenário e seus atores, levantando as cenas e personagens mais interessantes, e estreitando a cada ida a campo a relação com eles.

Procurei ainda nesses locais levantar pessoas chaves que pudessem contribuir com o estabelecimento de novos e importantes contatos. Pessoas que se mostraram participativas e conhecedoras da vida do local, as quais segundo o conhecimento que tive delas inicialmente, através de outros, não poderiam ser excluídas do processo etnográfico que então passei a empreender.

Minha entrada em campo foi um tanto delicada, principalmente na área do Timbó, onde fui extremamente impactada com a realidade da vida das pessoas, mas principalmente porque atraí olhares diversos, que denunciavam todo tipo de avaliação que faziam de mim. Uns indicavam a surpresa, talvez questionando o que uma pessoa como eu estaria fazendo circulando por aquele lugar. Outros indicavam distanciamento. Através destes atentei para não transparecer uma "X9"[2] das atividades ilegais que passei a ver. Outros me confundiram como usuária de drogas, me perguntado qual era o "bagulho" que eu queria. Enfim, situações difíceis tive que enfrentar até esclarecer para os moradores do Timbó o motivo da minha presença naquele espaço.

Quanto ao suporte teórico metodológico desta pesquisa, utilizei para reflexão, análise e construção deste trabalho apontamentos teóricos de alguns dos principais estudiosos da Sociologia Urbana e da Sociologia da Violência. Autores como Louis Wirth(1979), e Robert Park(1979) representantes da Escola de Chicago do início do século passado, tiveram importante contribuição, para reflexões a respeito da vida citadina.

Simmel(1979), estudioso das metrópoles e da condição de vida dos indivíduos nestes espaços, também nos permitiu pensar sobre importantes aspectos da vida urbana em João Pessoa.

A análise Marxista repensada por autores mais contemporâneos que dão ênfase de uma forma mais abrangente ao fenômeno urbano foi aqui enfatizada com a intenção de buscar a explicação de como se estrutura os espaços nas cidades contemporâneas entre os seus habitantes. Lefebvre(1968), e Castells(1972) seguem esta linha de raciocínio, divergindo em alguns aspectos, porém trazendo cada um sua contribuição para todo processo de análise deste trabalho.

Alguns pesquisadores das cidades brasileiras também foram aqui interessantes e de suma importância: Teresa Caldeira(2000), Maria Hermínia Maricato(2001, 2003), Ana Fani Carlos(1994), Milton Santos(1993) e outros.

Quanto a Sociologia da violência, estudos realizados no Brasil por pesquisadores como Alba Zaluar(1985, 2004), Adorno(1998), Beato e Cano(2001) entre outros trouxeram suas experiências metodológicas, e resultados como fundamentais para pensarmos e encaminharmos esta pesquisa.

Para finalizar essa sessão introdutória quero apresentar a organização deste trabalho.

[2] Gíria que significa espécie de espião, informante da polícia.

A fim de dar destaque à experiência que esta pesquisa de campo representou em minha vida acadêmica na área das Ciências Sociais, o primeiro capítulo foi reservado às trajetórias por mim percorridas, aos aspectos metodológicos e aos instrumentos aqui utilizados.

No segundo capítulo, procuro apresentar um balanço teórico-metodológico que norteou a pesquisa. Enfatizo algumas referências teóricas sobre categorias sociais como segregação e violência no espaço urbano, e outros conteúdos marcantes da vida citadina moderna.

No terceiro capítulo, procuro abordar um pouco a história da ocupação da cidade de João pessoa, discutindo alguns aspectos da vida urbana, dentro da lógica da modernidade inserida em seu espaço e sociedade. Enfatizo aspectos relevantes como as diferenciações socioeconômicas entre os habitantes da cidade por área residencial; a descentralização comercial; a mobilidade, entre outros elementos, buscando apontar as experiências de segregação da cidade. Também destaco aqui algumas propostas da gestão municipal quanto às políticas públicas de combate a segregação da sociedade e de redução das diferenciações socioeconômicas. Finalizo este capítulo com uma abordagem panorâmica sobre violência na cidade de João Pessoa, utilizando e acompanhando a divulgação de violência pela mídia busquei levantar alguns aspectos interessantes para análise da violência na cidade. Além disso, alguns dados estatísticos sobre violência em espaços públicos levantados por outras pesquisas compõem também um dos recursos de análise empregados nesta pesquisa.

O quarto capítulo é reservado à apresentação do trabalho etnográfico realizado no bairro de Bancários. Inicio este capítulo procurando descrever o bairro e suas diferenciações internas, identificando as principais características populacionais, geográficas, e comportamentais dos seus grupos sociais. Em suas segunda e terceira sessões procuro destacar comportamentos e discursos relativos à segregação. Também neste capítulo, busco retratar os dados levantados que nos levam a visualizar a segregação presente no bairro de Bancários e quais são os aspectos recorrentes a essa fenômeno.

Por fim apresento algumas considerações finais que não são completas em si mesmas, mas abrem caminho para o aprofundamento posterior sobre as formas de apropriação do espaço urbano entre os habitantes da cidade, compreendendo que a dinâmica social e suas principais características sempre será considerada como reformuladora das novas nuances que pode assumir um espaço.

1. PERCURSOS E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Ao contrário da maioria das pesquisas que se inicia através do levantamento bibliográfico, este trabalho iniciou-se pela pesquisa de campo. Tendo participado de outras pesquisas anteriores que teve o bairro de Bancários como objeto de observação, e apontavam para existência de segregação sócio espacial naquele espaço da cidade, procurei investigar com mais detalhe esse fenômeno no bairro.

A proposta do orientador foi: Comece pela etnografia do bairro! Seguindo essa orientação dei início à pesquisa em Fevereiro de 2008.

Apesar de ser moradora de Bancários a anos, confesso que tinha uma visão reduzida sobre a vida social do bairro, não conhecia todas as suas comunidades e não fazia idéia da sua história.

Procurei entrar em contato com moradores antigos que pelos seus conhecimentos em associações de bairro, em Igrejas, e escolas nos facilitassem o acesso a outras pessoas. Através do presidente da Associação da comunidade Bancária e Universitária(AMCBU) tive acesso a diversos outros moradores do bairro principalmente dos conjuntos dos Professores e Bancários. Através de algumas pessoas ligadas a Igreja Batista de Jardim Cidade Universitária(1ª PIB JCU), tive acesso a muitas pessoas da comunidade do Timbó, entre elas os agentes comunitários, os quais foram fundamentais para conhecer a comunidade de forma mais ampla.

De maneira geral todas as pessoas se mostraram disponíveis e colaboraram espontaneamente. Criamos uma "rede" na medida em que uma pessoa nos apresentava outras pessoas de igual perfil, todos sempre dispostos a participar de todos os procedimentos que tinha intenção de realizar.

Segundo Velho(2003), as possibilidades de qualquer procedimento ser bem sucedido dependem sem dúvida, das trajetórias percorridas pelos pesquisadores. "Não há fórmulas nem receitas, e sim tentativas de armar estratégias e planos de investigação que evitem esquematismos empobrecedores. Assim, cada pesquisador deve buscar suas trilhas próprias a partir do repertório de mapas possíveis." (VELHO, 2003.p.18)

Tendo feito os primeiros contatos passei então, ainda que gradualmente a utilizar o método da observação participante. Optei inicialmente em observar os espaços onde se realizavam atividades religiosas, uma vez que algumas dessas atividades procuram promover aproximação entre os diferentes grupos sociais do bairro. Freqüentando algumas atividades das Igrejas Católica(Menino Jesus de Praga) e Evangélica(1ª PIB JCU), percebi que apesar de

participarem de atividades em comum, havia divisões entre os participantes. A maioria dessas atividades se baseava em assistência social aos pobres. Eram atividades que ao mesmo tempo em que uniam, definiam distanciamentos. Existindo de um lado os que ajudam(geralmente o pessoal da parte privilegiada do bairro) e os necessitados, os que recebem ajuda(na maioria das vezes os pobres do Timbó).

Além desses lugares procurei observar também os espaços públicos do bairro, a Praça da Paz principalmente, onde pude observar pouco uso de pessoas da comunidade do Timbó, limitando-se geralmente a participar de programas realizados pela prefeitura direcionados às crianças da comunidade, e as atividades comerciais de ambulantes.

No Shopping Sul, considerado um espaço privado de uso coletivo, mesmo sendo um local especialmente de compras é também muito utilizado para lazer, pude observar que os moradores do Timbó não o visitam. Alguns deles limitam-se a trabalhar como flanelinhas no estacionamento de fora do Shopping. Através da observação nestes espaços de uso coletivo,(tanto a Praça como o Shopping Sul) pude ver o pouco uso dos moradores do Timbó nestes espaços do bairro, tão freqüentado tanto nos dias da semana como em finais de semana pelos demais moradores do bairro e circunvizinhos, assim como moradoes de outras partes mais distantes da cidade. Isso me apontou para um possível confinamento dos moradores do Timbó em seu território residencial.

Passei a circular pelo bairro de forma diferente, nas áreas mais familiares a mim o estranhamento foi essencial, para ver além do que via costumeiramente e nas áreas ainda desconhecidas procurava estar sempre atenta, buscando perceber os aspectos mais significativos, tentando me familiarizar com eles.

Observando e sendo observada, treinando uma visão diferente da convencional até então utilizada. "Não se trata**(va)**, contudo, de substituir uma forma de olhar por outra, a do observador estrangeiro pela do nativo, supostamente mais autêntica, mas de uma postura que procura**(va)** incorporar os diferentes olhares, as muitas versões, os vários comentários, nem sempre consensuais." (MAGNANI, 1991).[3]

Na medida em que conhecia um pouco mais as pessoas do bairro pude então passar a visitá-las em suas residências. Com a intenção de participar de seus cotidianos, de suas festas de aniversários, batizados, e outras datas comemorativas. Nosso interesse era que através desse processo tivéssemos maior interação com os sujeitos da pesquisa.

[3] Grifos meus.

Na parte do bairro que compreendem os conjuntos não tive problemas para freqüentar. O fato de conhecer anteriormente algumas pessoas me facilitou muito as visitas. Mas, por outro lado, no Timbó foi um pouco complicado, pois apesar de já conhecer algumas pessoas de lá, tinha medo em entrar na comunidade, pelo fato de ter sempre ouvido ao longo desses anos todos como moradora do bairro que o Timbó era perigoso.

Uma das coisas que me vinha à mente naquele momento era a afirmação de Geertz: "os antropólogos não estudam as aldeias [...] eles estudam nas aldeias"(GEERTZ, 1989 p.32). O problema do medo deveria ser então resolvido urgente, para que a pesquisa tivesse prosseguimento. Pedi então ajuda a algumas pessoas, principalmente aos agentes comunitários. Esses personagens foram mais que especiais nesta pesquisa, me levaram ao encontro de vários moradores do lugar além dos que já havia conhecido. Abriram-me as portas para que a observação participante fosse possível também no Timbó.

Em todas as ocasiões procurei observar não somente o que os diversos moradores diziam ou o que faziam. Busquei compreender as coisas que faziam sentido para eles, tentando ver sempre além das aparências, o que estava radicado na subjetividade, pois embora "estabelecido e cristalizado, não está formulado em nenhum lugar" (MALINOWSKI,1986.p.35).

O medo, elemento presente na vida cotidiana dos moradores de João Pessoa (KOURY,2008), foi algo que aos poucos fui deixando de lado, e gradativamente passei a andar sozinha dentro do Timbó. Embora com muito cuidado para não agir de maneira obscura, pois sabia que estava sendo 'vigiada' a todo instante pelas pessoas ligadas ao tráfico de drogas. Já conhecida no lugar, me sentia mais segura quando era cumprimentada em todas as ruas que passava.

Após explorar essa dimensão do convívio, a existência ou não a prática da evitação, de preconceitos, de aproximação entre as pessoas partimos para levantar os não acessos, ou seja os sinais de segregação de natureza material no que se refere a questão de infra-estrutura urbana.

Neste sentido, considerei examinar a disponibilização dos equipamentos urbanos na área: abastecimento d'água, luz, rede de esgoto, se havia também instalações clandestinas, como era feito os serviços de recolhimento do lixo, se existiam espaços de lazer, entre outros. Esses dados foram expressivos em nos fornecer elementos sobre como se estruturavam, no dia-a-dia, as discriminações de toda ordem, presentes, às relações e, sobretudo às práticas de evitação/segregação resultantes dessa imediação espacial.

Tendo avançado bastante na pesquisa de campo passei a realizar simultaneamente a ela as pesquisas bibliográficas e documentais. Para situarmos melhor nosso objeto de estudo, tratei de realizar a pesquisa bibliográfica cercando-nos dos autores que pudessem dar elementos à questão que mais nos chamava a atenção na pesquisa de campo, sendo, portanto considerada a maior questão de nosso trabalho, a Segregação Social, ou melhor dizendo, a Violência da Segregação. Minha preocupação era situar as raízes desse fenômeno, seus aspectos e características, e os efeitos sociais que esse fenômeno apresenta.

Nesse sentido, as reflexões de alguns autores nos foram fundamentais como as de: Bauman (1999, 2003, 2005), Caldeira (2000), Carlos (2004), Castells (1972,1999), Da Mata (1991), Ianni (1996), Lefebvre (1968, 1999), Maricato (2001, 2003), Martins (2006), Ribeiro (1999, 2000) Rolnick (2003), Santos (1996), Velho (1979, 2003), Wacquant(2001, 2005) entre outros.

Depois dessa abordagem mais geral, seguindo o atalho de nossos interesses, dirigimos nossas reflexões sobre o processo de urbanização em João Pessoa. Como este se deu procurando explorar especificamente seus reflexos sobre as questões de desigualdade social, da separação sócio espacial e da exclusão social. Para nos aproximarmos da realidade de João Pessoa, apoiamo-nos mais nos trabalhos monográficos, dissertação de mestrado, Publicações encontradas na Biblioteca Central da UFPB; Bibliotecas Setoriais de Geociências (CCEN), da Arquitetura (CT), e do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Além destas consultas de natureza mais teórica realizei também a seleção de alguns dados sobre a cidade e o bairro mais especificamente, a fim de construir seu perfil. Esses dados foram alcançados através de instituições como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME/PB), Fundação de Ação Comunitária (FAC/PB), Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa SEDES/PMJP e Secretaria de Planejamento do Município de João Pessoa (SEPLAN/PMJP).

Voltando as questões da pesquisa de campo, outro instrumento utilizado foi o survey[4]. Este recurso foneceu um entendimento sobre alguns aspectos de renda, número de integrantes das famílias, situação de consumo doméstico, origem das pessoas, escolaridade, funções profissionais e outros. Esses dados foram reunidos aos já coletados secundariamente

---

[4] ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: Hirano, Sedi (org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

nos institutos já relatados, e nos permitiu uma maior aproximação das características gerais da população de Bancários. Foi também importante devido ao fato de que a maioria dos dados divulgados pelo IBGE referia-se principalmente ao ano 2000, ou seja, há oito anos, logo eram dados um pouco defasados.

Neste levantamento todos os participantes foram subdivididos em dois grupos distintos: o primeiro grupo referiu-se nos questionários como moradores de renda familiar superior a R$ 2.000,00, cujo responsável pela família tem emprego formal, ou são autônomos ou pequenos empresários. A maioria das crianças, adolescentes e jovens, tem formação educacional básica em escolas particulares, e a maioria dos adultos possuem ou cursam o 3º grau. Muitos têm planos de saúde e odontológicos. Estes ainda demonstraram fazer amplos usos da cidade e do bairro em atividades culturais e de entretenimento.

O segundo grupo foi formado pelos moradores que se identificaram como pobres, que possui renda de 1 e no máximo 2 salários mínimos, onde 80% dos chefes de famílias, são desempregados e trabalham na informalidade, estes possuem apenas o ensino fundamental I, e 100% das crianças e adolescentes estudam em escolas públicas, e muitos dos jovens abandonam os estudos para trabalhar. Neste grupo 80% também declaram que não realizam lazer em outras áreas da cidade, alguns freqüentam apenas a praia do Cabo Branco e outras próximas.

O survey, composto por 30 questões, teve um número de 90 pessoas participantes, das quais 50% do primeiro grupo e as outras do segundo grupo. Estas pessoas foram escolhidas de forma aleatória, diferiram um pouco quanto ao número de homens e mulheres. Nos conjuntos foram ouvidas mais mulheres, no número de 30. Isso se deveu ao fato de que a maioria das pessoas que se encontravam no espaço da praça (local onde abordei várias pessoas) ou nas casas no momento das visitas eram as mulheres, principalmente donas de casa.

No Timbó foram ouvidos mais homens, no número de 25. Aqui, apesar de termos tido mais contato com mulheres, principalmente porque trabalhei com um grupo de gestantes do Timbó na 1ª Igreja Batista de Jardim Cidade Universitária, preferi realizar este processo de casa em casa, não me restringindo a essas pessoas do grupo feminino. E com isso pude encontrar mais homens do que mulheres nas casas que fui recebida. Percebi que muitas mulheres estavam fora de casa trabalhando, ou estavam em casa, mas ocupadas com os afazeres domésticos, dando preferência ao companheiro, ou ao filho mais velho para responder o questionário.

Sobre as pessoas que participaram do survey estão assim classificadas, conforme mostra a tabela a seguir, por faixa etária e sexo, tanto nos conjuntos, como no Timbó.

TABELA 1: Distribuição de pessoas participantes do survey				
	CONJUNTOS		**TIMBÒ**	
FAIXAS ETÁRIAS	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
12 a 25 anos	5	6	9	7
26 a 59 anos	8	21	14	10
60 anos acima	2	3	2	3
TOTAL	15	30	25	20

Após, 5 meses de observação participante, nos diversos locais do bairro, e de ter concluído o survey, fiz uma lista das pessoas que gostaria de entrevistar. Procurei contemplar pessoas das mais variadas características de idade, gênero, atividade profissional, entre outros.

Na tentativa de observar nas mais variadas situações e visões como se davam as relações entre estes diversos moradores e quais eram suas representações sobre a violência, foram realizadas 23 entrevistas, 13 no Timbó e 10 na área dos conjuntos.

Entre os entrevistados contemplei os presidentes das associações de moradores, os agentes de saúde dos três PSF's, a diretora do centro de cidadania do bairro. No Timbó além dessas pessoas entrevistei: dois homens comerciantes ambulantes, dois catadores de lixo, duas senhoras idosas moradoras do Timbó há muitos anos, duas mulheres em idade adulta e dois jovens, uma moça e um rapaz.

Nos conjuntos entrevistei além do presidente a AMCBU, e da diretora do centro de cidadania: uma professora do Estado, dois jovens, sendo um deles casado, dois homens aposentados, e três mulheres, sendo duas delas donas de casa residentes no bairro desde sua primeira etapa, e a outra estudante universitária solteira.

Os roteiros das entrevistas foram previamente elaborados e construídos tendo como foco a temática que pretendia estudar, a relação entre, segregação e violência, na perspectiva dos moradores de Bancários.

Observei que as representações de violência entre os diversos moradores variavam muito. Entre os entrevistados, ao fazer perguntas sobre o que é violência e quais são os tipos de violência mais comuns para eles, pudemos observar de forma resumida que entre os moradores do Timbó destacou-se seguindo a ordem dos tipos mais comentados: a falta do que comer, a falta de emprego, violência doméstica entre os membros da família e com vizinhos, as precárias condições de vida, os "acertos de conta", as discriminações, e a violência exercida pela polícia.

Já os moradores dos conjuntos destacaram violências do tipo assaltos a mão armada, furtos de automóveis, invasões em residências e outras. Ao perguntar a essas últimas pessoas

sobre os principais motivos que geram essa violência no bairro a maioria respondeu que além da falta de segurança, o desemprego na cidade e a falta de oportunidades entre os pobres eram os principais motivos. Ainda me chamou a atenção o fato de alguns desses últimos entrevistados usarem como exemplo as pessoas do Timbó. Alguns chegaram a dizer que a proximidade com o Timbó, a falta de emprego entre os moradores de lá, e a questão do tráfico e do consumo de drogas eram fatores que influenciavam muito os casos de violência no bairro.

Tanto entre os moradores do Timbó como entre os demais, pude ouvir diversos casos de violência, muitos tinham sido as próprias vítimas, outros conheciam pessoas que haviam sofrido com a violência urbana.

Apesar de ser um assunto difícil de abordar pude sempre utilizar nas entrevistas o aparelho de MP3, além do meu diário de campo, onde anotava algumas impressões no transcorrer de todo processo. O uso do aparelho inibia as pessoas, principalmente do Timbó que se sentiam envergonhadas e temiam falar sobre alguns assuntos principalmente relativo ao tráfico de drogas do lugar.

Já com relação a algumas pessoas dos conjuntos, principalmente os homens, vi que se sentiam importantes por prestar entrevistas, percebi que as gravações os levavam a modificar até mesmo o timbre de voz, que se tornavam mais firmes mais "robustas". As palavras tornavam-se mais elaboradas e rebuscadas, algo que se modificava logo que o aparelho era desligado.

Outro recurso amplamente utilizado nesta pesquisa foi à utilização de fotografias. Procurei fotografar bastante, todas as vezes que estava em campo mesmo sem nenhuma pretensão, pois desde a primeira vez que segui essa sugestão metodológica[5], coisas que a primeira vista eu não via, ficavam registradas em minha câmera. E indo com mais calma observá-las me deparava com aspectos importantes sobre o meu objeto de pesquisa.

Por fim, com a intenção de retratar um pouco sobre a violência em João Pessoa, também lancei mão de reportagens publicadas principalmente na mídia televisiva e on line dos principais jornais da cidade e em programas que tratam especificamente de assuntos policiais e de violência. Praticamente todos os dias dos últimos seis meses, acompanhei o programa Correio Verdade, procurando conhecer as principais características dos personagens e os cenários noticiados nos diversos eventos de violência ocorridos em João Pessoa e divulgados naquele programa.

[5] Dada pelo professor Adriano de Léon.

2. CIDADE, SEGREGAÇÃO E VIOLÊNCIA NO IMAGINÁRIO SOCIOLÓGICO

O Objetivo deste capítulo é construir um embasamento teórico sociológico sobre Cidade, porém não quanto a toda sua magnitude, mas fundamentalmente as questões que envolvem Segregação e Violência urbana.

2.1 A cidade e a Vida Urbana

Sobre a temática da cidade como um novo ambiente (habitat) de vida, existe uma vasta literatura. A Escola de Chicago desenvolveu importantes contribuições neste sentido. Segundo Louis Wirth, um dos seus representantes, no artigo de sua autoria,"O Urbanismo como Modo de Vida" a cidade é definida como "um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos".(WIRTH, 1979. p.96). É vista como uma combinação da dimensão (demográfica), da densidade (das relações e contactos) e da heterogeneidade (de tipos sociais), em presença no espaço urbano.

Para ele, a densidade, é tida ainda como promovedora do espírito de competição, entre os moradores da cidade. A heterogeneidade, ao mesmo tempo que instiga a necessidade de definição e delegação de interesses e o cosmopolitismo, é responsável pela insegurança dos indivíduos e confere à vida urbana um forte sentido de imprevisibilidade. Mas apesar de ser um ambiente de competição e de insegurança, Wirth explica ainda que o meio urbano estimula a interdependência entre as pessoas, dado duas manifestações sociais que se relacionam intimamente: a divisão do trabalho e a especialização das ocupações.

Contudo, estas relações interdependentes geram um tipo de equilíbrio instável na vida urbana. Louis Wirth, afirma que a cidade produz uma cultura urbana que transcende os limites espaciais da cidade, afirmação totalmente inovadora. A cidade atua e se desdobra para além de seus limites físicos, através da propagação do estilo de vida urbano, e torna-se o lócus do surgimento do urbanismo como modo de vida.

Robert Park, outro representante da Escola de Chicago, define a cidade como: "unidade geográfica, ecológica e econômica, é o lugar onde acontece uma multiplicação de ocupações e profissões; onde seus 'artefatos' fazem parte da cidade viva ao estarem interligados pelas forças vitais"(PARK,1979.p.27).

Como área cultural, segundo este autor, "é o habitat natural do homem civilizado" (PARK ,1979.p.27) que acaba sendo caracterizado pelo seu próprio tipo peculiar, ao ponto dela ser do jeito que se manifesta nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam.

A teoria de Robert Park, sobre a ecologia humana e as áreas naturais pressupõe uma analogia entre o mundo vegetal e animal, de um lado, e o mundo dos homens, de outro. Isto pode ser observado quando este autor faz uso de conceitos da Biologia, principalmente da Ecologia aplicado a sociedade, como competição, processo de dominação e processo de sucessão, para explicar tal similaridade. A cidade é apreendida por meio de um referencial de análise analógico que tem por base a ecologia animal, daí identificar a Escola de Chicago como Escola Ecológica.

Sua idéia central passa pela compreensão da cidade como estado de espírito, como corpo de costumes, sentimentos e atitudes organizados, que vão se modificando no tempo, a partir das transformações geradas pelo ambiente e a necessidade de sobrevivência das pessoas nestes espaços (PARK, 1979). Isto é, a cidade não é meramente uma construção artificial e um mecanismo, pois ela está envolvida nos processos vitais dos seus habitantes.

Compreende que o crescimento das cidades foi fazendo com que os grupos primários de relações do indivíduo, fossem substituídos pelos relacionamentos secundários, indiretos. Essa mudança por sua vez promoveu outras mudanças no que diz respeito à lógica das interações sociais tanto de ordem moral quanto física, onde as formas de controle social que anteriormente eram: a família, a igreja, a escola – "regiões morais" –, deixam de ser de caráter espontâneo e direto, e passam a se constituir em controles formais, indiretos mas baseados na lei, sob a intervenção do Estado e cuja eficiência estaria estreitamente vinculada ao lugar de mediador privilegiado dos meios de comunicação.

Estes autores, portanto, procuram privilegiar a cidade como objeto de investigação tratando-a como uma variável independente, o que em si não constituiria um mérito, mas o que renderia à Escola os créditos da criação da Sociologia Urbana como disciplina especializada. Implementando pesquisas que buscaram compreender o caos vivido pela cidade marcada por intenso processo de industrialização e de urbanização que ocorre na virada do século XIX para o XX, a fim de refletir sobre possíveis soluções para seus principais problemas. Grande crescimento demográfico, estrondoso contingente de imigrantes, a formação de guetos de diferentes nacionalidades geradores de segregação urbana, sua concentração populacional excessiva com precárias condições de vida e de infra-estrutura.

É possível observar nas perspectivas dos autores da Escola de Chicago a influência das teorias de Georg Simmel. Pois a cidade para Simmel, assim como para os representantes da Escola de Chicago, era o palco de observação para as grandes mudanças comportamentais dos indivíduos, na modernidade.

> A cidade para Simmel, é o lócus por excelência do consumo, das conseqüências da economia monetária, da tensão, da satisfação momentânea, das aparências e das indiferenças, da aglomeração, da confusão" (TEDESCO, 2006. p.100)

Embora este autor não aborde a relação do indivíduo com o coletivo, ou com classes, nos interessa aqui algumas de suas reflexões, para pensarmos nosso objeto de pesquisa. Pois é a noção de indivíduo que vai marcar as diferenças culturais e identitárias, elementos importantes para a análise das diferentes formas de usos e apropriação do espaço urbano.

Simmel(1979) em seu artigo "A Metrópole e a Vida Mental" aponta uma ruptura entre tempo e espaço que se opera na metrópole, e a resposta socio-psicológica e emocional dos sujeitos, em detrimento a esta nova situação. Visualiza um novo modo de existência decorrente da condição de morador de um espaço dotado de uma alta concentração de pessoas, coisas e imagens: "a proximidade física e a estreiteza do espaço tornam a distância mental mais visível."(URBANIDADES, ano V, nº 1, 2007). Para ele um indivíduo em nenhum lugar se sente tão solitário e perdido, quanto na multidão metropolitana.

Atenta para novas formas de sociabilidade na metrópole impregnadas pelo individualismo, atitude blasé (um traço psíquico que remete para a banalização das diferenças), relações de estranhamento, reserva mental, ou a criação de distâncias nos contatos quotidianos, como mecanismo de auto-proteção da individualidade.

As relações se configuram através de um extremo objetivismo. Que é resultado direto da monetarização da economia. Em Simmel(1998, b)é muito forte os efeitos que o dinheiro causa na vida urbana. Para este autor, a metrópole é o cenário de domínio de mercado. Em que o dinheiro torna-se o centro das atenções. E um fim, em torno do qual os indivíduos urbanos circulam cada vez mais rapidamente, para obter seus objetos de desejo.

É na cidade grande moderna e na presença da economia monetária que Simmel, verifica comportamentos baseados na racionalidade, na busca pela técnica, pelo calculismo, na busca de exatidão, e frieza ainda não percebida (SIMMEL,1979. p.15).

Em "O Indivíduo e a liberdade", Simmel(1998, a) observa que na modernidade, surge o individualismo que se centra na liberdade. "Liberdade torna-se, no século XVIII, a bandeira universal pela qual o indivíduo protege seus mais variados desconfortos e necessidades de auto-afirmação em relação à sociedade" (SIMMEL, 1998 a. p.110)

A contribuição de Simmel no estudo dos fenômenos urbanos passa, justamente, por buscar compreender como o habitante da grande cidade vai 'acomodando' sua personalidade, sua atitude, perante as forças externas que ele incorpora e traduz em formas sociais (interação,

acomodação, competição, conflito, cooperação, diferenciação, oposição, integração, assimilação, consumo), elementos que poderiam ser analisados, uma vez que se consegue captar a racionalidade que permeia os processos de elaboração do seu modo de vida. Sem esquecer que o indivíduo está sempre desenhando e transformando seu modo de viver conforme o lugar e o papel que assume como decorrência dos limites e oportunidades do meio e do horizonte que imagina.

Entre os clássicos da Sociologia, Max Weber é o que nos chama a atenção para a tentativa de construir uma definição para cidade. Em seu ensaio, Conceito e Categorias da Cidade, Weber(1979), apresenta várias tipologias de cidades assim como suas origens. Percebe que no decorrer do tempo histórico as cidades sofrem mudanças significativas, tanto quanto as suas formas quanto as funções que exerce. Pois se vê que inicialmente a cidade apresenta um papel de centro de trocas, com a industrialização, ela passa a ser centro de produção e de consumo, e atualmente além de continuar exercendo estas últimas funções a cidade representa o centro de promoção e de inovações na tecnologia.

Weber(1979) apontando para as diferenças entre as cidades, procura porém observar o que é comum a todas elas. Neste caso, esse clássico da Sociologia observa o elementos essenciais para que uma cidade seja assim definida. Observa assim que ela deve apresentar além de um certo grau de organização econômica, uma organização política e legislação própria. No modelo weberiano, presente em "Economia e Sociedade", observa-se que é na cidade que um novo tipo de poder emerge, para esse clássico esse poder está ligado aos direitos humanos, direito à liberadade, à propriedade, à segurança, entre outros. É na cidade segundo Weber(2004), que esses direitos são conquistados, ou dito de outra forma, a cidade para Weber é o lugar da cidadania.

Compreendendo que a cidade deve ser pensada a partir de uma visão ampla, em que os diversos olhares não se excluem e sim se complementam em prol de uma maior apreensão dos fenômenos urbanos, busquei articular as teorias sobre a cidade e o fenômeno da urbanização abordado por outras correntes de pensamento, além das que foram já apresentadas.

As teorias que dão suporte a esta pesquisa são estabelecidas a partir de autores que se dedicaram a observação dos elementos que constituem a vida urbana contemporânea, considerando a organização dos seus espaços e seus maiores problemas. Nesta pesquisa o significado utilizado para urbanização é simultaneamente, a construção de formas espaciais específicas das sociedades humanas caracterizadas pela concentração cada vez mais densa das

populações e de suas atividades num espaço restrito de caráter urbano, bem como a existência e a difusão de um sistema cultural específico.

Uma vertente de pensamento, ligada a corrente marxista, desenvolveu importantes estudos a respeito da urbanização das cidades. Entre eles: Henri Lefebvre(1968), e Manuell Castels(2006). Estes teóricos procuram tratar o fenômeno urbano como um conjunto de elementos, os quais permitem articular dois principais processos que estruturam o espaço: o conflito de classes e a lógica da acumulação capitalista. Considera-se então a existência de diferentes grupos sociais, que divergem não apenas quanto aos aspectos econômicos, mas também a partir de suas possibilidades de participação política e cultural.

Lefebvre, importante sociólogo do neo-marxismo, em sua obra, O direito à Cidade, deixa claro que "para apresentar e expor a problemática urbana impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização."(LEFEBVRE, 1968. p.9). Sua análise procura refletir sobre a expansão demográfica das cidades com a proliferação das indústrias, observando todas as conseqüências que o movimento campo-cidade promove, como favelização, precarização, segregação, sub-emprego e desemprego nas cidades.

Observando os dilemas gerados no espaço citadino com a industrialização e a crescente urbanização que lhe acompanha, Lefebvre constrói importante conceito, no qual revela sua preocupação com a transformação dos indivíduos em conceber a cidade, e as repercussões que esta nova concepção traz à sociedade.

Antes se entendia a cidade como valor de uso, como algo que era acessível a todos. Com a industrialização, esse acesso tem suas limitações e exigências, de forma que a cidade passa a ser concebida como produto, ou como valor de troca. Neste sentido, Lefebvre constrói então o seguinte conceito de 'direito à cidade'.

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito a liberdade, à individualização na socialização, ao habitat, e ao habitar. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1968. p.124).

O direito à cidade é muito mais do que o direito à moradia, é o direito a uma vida digna dentro de tudo aquilo que uma cidade pode proporcionar: escolas, postos de saúde, hospitais, praças, cultura, áreas verdes, água, esgoto, coleta de lixo, segurança, enfim, todos os equipamentos sociais e infra-estrutura que possam tornar a vida urbana saudável e segura.

A cidade deve ser, portanto, o lugar do exercício pleno da cidadania para todos os seus moradores sem distinção. Isso significa que, não só a cidade deve proporcionar as condições

para que o ser humano se desenvolva material e culturalmente, mas que a própria cidade deve ser fruto do desejo e obra de todos os seus cidadãos. Assim, a política de desenvolvimento urbano deve ser fruto desse exercício participativo, aberto e democrático.

Estudiosos, de todas vertentes de conhecimento, participam de discussões globais a respeito do direito à cidade. Conferências internacionais acontecem no sentido de promover o debate sobre o tema. Entre estas conferências merece destaque a Conferência Global das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, a Habitat II, ocorrida em Istambul, Turquia, em 1996(MARTINS; 2006 e RODRIGUES; 2005). Essas conferências abordaram o tema dos assentamentos humanos, enfocando sua qualidade e sustentabilidade, pontuando a questão da habitação na agenda social da ONU[6].

No Brasil, em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, lei que regulamenta os artigos 182 e 183 que se referem à política urbana na Constituição Federal de 1988. Um dos instrumentos urbanísticos mais destacados do Estatuto da Cidade tem sido o Plano Diretor Participativo[7]. Que sustenta a participação de toda população nos processos de planejamento e gestão dos municípios, constituiu-se em um dos elementos mais importantes, para a constituição de gestões democráticas nas cidades de todo Brasil.

Contribuições surgiram para a construção de alternativas buscando formular um urbanismo crítico democrático que passa por desconstruir as idéias e as práticas dominantes. Uma das autoras que atuou em direção a inter-relação entre plano e gestão foi Ermínia Maricato, defendendo um planejamento includente, no qual a política de inclusão urbanística tem em seu eixo a defesa do direito à moradia e à cidade, sendo que segundo ela, o direito à moradia deve estar vinculado ao direito à cidade.

Segundo esta autora, a produção de moradia exige um "pedaço de cidade" e "não um pedaço de terra nua". Significa que por terra urbana entende-se aquela servida por infra-estrutura e serviços (rede de água, rede de esgoto, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde, lazer e outros). Por fim a autora coloca o seguinte desafio: É possível desenvolver um planejamento democrático no Brasil? (MARICATO, 2001). Este parece ser o desafio de todas as cidades brasileiras.

---

[6] Organização das Nações Unidas

[7] O Plano Diretor e um documento síntese, uma Lei matriz que reúne as diretrizes e os objetivos para nortear o desenvolvimento pretendido. A sua execução implica na adoção, ao de um processo de planejamento aberto e participativo como determinante de sua legitimidade para a elaboração, inclusive, de outras Leis voltadas para a organização espacial da cidade.

Sob a perspectiva do Fórum Nacional da Reforma Urbana, há três princípios sobre os quais o direito à cidade se baseia: o exercício pleno da cidadania, a gestão democrática da cidade e a função social da propriedade privada. Este último princípio devemos lembrar, passa a ser instituído pela legislação a partir do Estatuto da Cidade(EC). Apesar de todos os debates a respeito do direito à cidade, prevalece, porém, na realidade, do País, uma noção que liga 'direito à cidade' com os direitos básicos elementares da população, como água, esgoto, transporte, saúde, escola. É um reduzido 'direito à cidade', (CARLOS, 2004).

O conceito de direito à cidade e de exercício da cidadania, propõe o acesso democrático à cidade, de forma que todos seus habitantes realizem usos socialmente justos do espaço urbano. Tal conceito está associado ao de segregação proposto nesta pesquisa, que será definido mais a frente. Mas já adianto que o não cumprimento deste direito é aqui caracterizado como uma violação, logo uma forma de violência, dentro do conceito geral de violência aqui considerado, que também será destacado adiante. De forma que a segregação, sendo considerada entre outras coisas como a violação desse direito, também se constitui uma das formas de violência na cidade.

Através do Estatuto da Cidade tornou-se possível firmar legalmente para todas as cidades do país, a regularização fundiária no meio urbano mais especificamente através de um instrumento legal denominado de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS[8].

Tal instrumento surgiu(ainda que informalmente) em Pernambuco a partir da união de movimentos populares com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife-PE, liderada por Dom Helder Câmara, que juntos conceberam a primeira experiência de utilização da ZEIS. O objetivo desse instrumento era promover a regularização fundiária de assentamentos habitacionais irregulares com concentração de população de baixa renda, assim como de melhoria da infra estrutura urbana e serviços públicos essenciais. Além de tudo isso, permitir a inclusão de parcela da população que foi marginalizada por não ter tido possibilidade de ocupação do solo urbano da cidade por vias legais.

Segundo ROLNIK (2003), a concepção básica das ZEIS é incluir no zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos. Segundo ela, "a possibilidade legal de se estabelecer um plano próprio, adequado às especificidades locais, reforça a idéia

[8] Além de considerar a ZEIS como um instrumento jurídico de regulamentação do espaço urbano, também considera-se ZEIS o espaço territorial em si, que compreende o assentamento que formou-se irregularmente. Conforme descrito no Plano Diretor da cidade de João Pessoa: "As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são porções do território destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e produção de Habitações de Interesse Social."

de que as ZEIS compõem um universo diversificado de assentamentos urbanos, passíveis de tratamentos diferenciados.”

Finalmente, as ZEIS se apresentam como a condição de regulamentar o uso dos espaços das cidades que se dão em áreas de assentamentos espontâneos(espaços da cidade consumidos de forma irregular, muitas vezes por invasão), antes isentos da possibilidade de qualquer tipo de intervenção do Estado. No sentido de realizar investimentos que representem melhorias urbanísticas e na qualidade de vida dos moradores dessas áreas. As ZEIS dessa forma representam, sobretudo maiores probabilidades de redução das diferenciações sociais entre os distintos segmentos da sociedade.

É do conhecimento público que em muitas cidades do Brasil a criação das ZEIS,(apesar de não ter solucionado completamente a questão habitacional), tem representado significados importantes para a melhoria da qualidade de vida de diversos assentamentos, assim como para a cidade de forma geral, onde esses assentamentos se localizam. Facilitando inclusive a manutenção dos vínculos sociais entre os moradores desses assentamentos e de outras partes da cidade (RIBEIRO,1999). Dessa forma, destaco então a importância de se observar algumas questões políticas pertinentes às formas de apropriação e de consumo dos indivíduos no espaço urbano para a compreensão do fenômeno da segregação urbana.

Carlos(1994) considera que os conflitos e negociações do espaço das cidades estão intrinsecamente relacionados com as condições e posições sociais dos seus moradores. Pois, ainda segundo esta autora, as possibilidades de apropriação, ou de consumo do espaço urbano por cada indivíduo, dependem do lugar que esse indivíduo ocupa no processo de produção da sociedade.

Uma das formas de expressão das diferenciações sociais é o que se chama de segregação. Fenômeno que tem se evidenciado no processo de evolução das grandes cidades brasileiras, e que tem se intensificado e ganhado novos padrões após 1980. No percurso da história de algumas cidades observou-se que as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente e revelam os princípios que estruturam a vida pública, indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade, CALDEIRA(2000).

Ainda de acordo com Caldeira(2000), nas últimas décadas, em muitas cidades do Brasil a segregação é intensificada, e um novo padrão de segregação residencial ganha corpo marcado pelos enclaves fortificados representados principalmente pelos condomínios residenciais fechados, e pelos shoppings, espaços mais vigiados e mais seguros. Estes dois espaços(Condomínios fechados e os assentamentos irregulares) são considerados por alguns

autores espaços de segregação, sendo que os primeiros, os enclaves fortificados (os condomínios e shoppings) são considerados voluntários, ou espaços de auto-segregação e os últimos (os assentamentos irregulares) involuntários.

Para se compreender a intensificação do processo de segregação dos espaços urbanos nos últimos anos, faz-se necessário considerar que este processo está inserido num outro maior que é o de produção e reprodução do capital em sua fase global, que ocorre de forma dinâmica e desigual. A economia globalizada trás repercussões locais que se tornam desafios a serem solucionados pelos gestores nas cidades. Vários autores (BAUMAN, 1999; QUIROGA,2001) discutem os efeitos da globalização como contexto maior que determinam fenômenos sociais em relação ao espaço nas cidades contemporâneas, entre eles a segregação.

Segundo Bauman(1999, b), um dos aspectos do projeto moderno em busca da ordem é o desejo de universalização, de homogeneização, do qual decorre um horror à diferença e uma intensa luta contra a ambivalência em todos os planos, político, social e mental. A prevenção em relação à ambivalência operacionaliza-se através de processos, lingüísticos e comportamentais entre outros, que se baseiam na intolerância, inclinação natural das práticas modernas, e que tem funções nomeadoras, classificadoras. Classificar, segundo Bauman, é "dar ao mundo uma estrutura". E ainda de acordo com este autor, classificar significa separar, segregar e consiste em acionar comandos de inclusão e de exclusão.

Uma das conseqüências humanas da Globalização, para Bauman, relaciona-se com a divisão social entre os indivíduos capazes, e os incapazes de movimentar-se. "A existência estende-se ao longo da hierarquia do global e do local, com a liberdade global de movimento indicando promoção social, progresso e sucesso, e a imobilidade, exalando o odor repugnante da derrota, da vida fracassada e do atraso." (BAUMAN,1999 a; p.77) . Sendo divididos dessa maneira, os indivíduos terão suas ambições cotidianas comumente expressas em termos de poder de mobilidade, vinculados ao poder de escolher ou não, o lugar de viver, o lugar de morar, trabalhar, ou viajar.

Os medos da mesma forma também estão relacionados à capacidade de movimento destes indivíduos. O confinamento, a falta de mudanças no cotidiano, nas experiências audiovisuais, de acesso ao mundo dos bens, e aos locais que outros indivíduos facilmente experimentam, se constitui no aprisionamento da vida atual, já que liberdade significa acima de tudo, liberdade de opção, e a opção assumiu notadamente uma dimensão espacial.

O aprisionamento, tradicionalmente envolve aqueles não aptos à vida social, e tem sido ao longo da história humana o método mais utilizado para lidar com esses rejeitados e discriminados, 'problemáticos da população'. A título de exemplo, um dos comandos de

imobilização e exclusão muito utilizado no Brasil em tempos passados foi a escravatura, sistema no qual os escravos tiveram que conviver em senzalas, locais de confinamento e de separação social. E mais do que isso, local de perpetuação forçada do isolamento.

Observo que para Bauman, os comandos de segregação estiveram ligados aos comandos de exclusão, e constituem-se irremediavelmente ainda hoje, em atos de violência comumente utilizados, pois demandam para sua efetivação uma dose de coerção contra os estranhos ou diferentes. Contra estes também se impõe a arma do estigma[9], que visa enfatizar a diferença, "uma diferença que está além do concerto, e que, portanto justifica sua exclusão"(BAUMAN,1999 b; p.77) .

2.2 Segregação no espaço urbano

A palavra Segregação é derivada de Segregar que significa: "Pôr de lado, separar, tirar do convívio de outros, afastar-se, isolar-se"[10]

Uma das perspectivas sobre segregação surgiu nos estudos urbanos no início do século XX, com a Escola de Chicago, que adotando uma abordagem ecológica na análise urbana, concebe segregação como "uma concentração de tipos de população dentro de um dado território urbano" (Corrêa, 1995, p. 59).

Essa abordagem observa que é através da competição e mediante a predominância de uma 'espécie de indivíduos' sobre outras que estes territórios urbanos são ocupados. Os padrões de localização, deslocamento e relocalização dessas 'espécies' sociais na cidade, seguem, portanto as leis da seleção natural de forma análoga a biologia.

Nesta perspectiva, desde, pelo menos, a obra de Robert E. Park se reconhece que por pretextos de fé, renda, interesses vocacionais e econômicos, gostos e oportunidades pessoais as sociedades tendem inevitavelmente a segregar e, conseqüentemente, a classificar as populações das grandes cidades[11].

Assim, segundo esta visão sociológica, a segregação referia-se principalmente a formação de áreas naturais de convivência social com forte homogeneidade dentro dos seus espaços e com fortes tendências a heterogeneidade em relação às demais áreas da cidade.

---

[9] Para Bauman, o conceito de Estigma, "pode ser aplicado mais amplamente a todos os casos quando uma característica observável de certa categoria de pessoas é primeiro salientada à atenção pública e então interpretada como um sinal de uma falha oculta, iniqüidade ou torpeza moral" BAUMAN,1999.p.77

[10] AMORA, Antonio Soares. Dicionário da língua portuguesa. Saraiva,1999

[11] PARK, Robert E. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In:VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 26-67.

Outra visão define segregação como o ‘‘movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano” (ROLNIK,1988) esta, além de considerar os aspectos culturais, enfatiza primordialmente as diferenças econômicas que caracterizam os vários grupos da sociedade.

Destaca-se a partir destas visões que a segregação é um fenômeno relacional e que envolve oposições hierarquizadas entre parcelas da população no espaço da cidade, sejam por motivos culturais ou econômicos. Neste último sentido a segregação se dá ao determinar que os espaços mais estruturados e valorizados no mercado imobiliário sejam costumeiramente ocupados pelas camadas da sociedade com maior poder aquisitivo. Enquanto que para as camadas populares restam os espaços mais afastados, mais desvalorizados e sem grandes atrativos estruturais.

Na literatura da sociologia urbana brasileira percebe-se a variação de abordagens quanto ao conceito de segregação. Há estudos que determinam segregação como segregação residencial observando a ótica da falta de acesso aos serviços de infra estrutura urbana(CAMARGO,et al 1996; OLIVEIRA,1997; KORWARICK, 1979). Outros associam à segregação residencial a formação de áreas periféricas nas grandes cidades (BONDUK e ROLNIK, 1982; VILLAÇA,2000). Percebe-se por sua vez que estes estudos de modo geral envolvem a segregação com pobreza, e desigualdades sociais. E destacam ainda a falta de credibilidade de certos bairros ou áreas pobres da cidade, os estigmas territoriais e sobre a população que residem nessas áreas.

Além dos aspectos culturais, étnico-raciais, e econômicos que influenciam a segregação, outros estudos observam o papel do Estado e a antiquada legislação regulatória do espaço urbano como fatores determinantes da segregação sócio espacial nas cidades brasileiras. Uma das explicações apresentadas na literatura para a tolerância estatal nas ocupações ilegais reside no fato de que a própria ilegalidade exime o Estado da responsabilidade de suprir essas áreas com qualquer tipo de serviço público. O não investimento público nesses espaços da cidade reforça a precariedade urbanística e da vida social e, sobretudo acentua as diferenças em relação aos setores da cidade onde investimentos acontecem e que geralmente têm sido apropriados pelas camadas da população mais “privilegiada” sócio-economicamente (ROLNICK,2003). A segregação pode ser então caracterizada como diferenças das possibilidades a condições gerais de vida, como desigualdade de acesso a políticas públicas e aos benefícios gerados pelo Estado(PRETECEILLE,2003).

Adoto neste trabalho como conceito de segregação o processo social pelo qual as pessoas de um determinado grupo social se estabelecem em área específica da cidade, a fim de habitá-la, já ocupada por pessoas com características socioeconômicas semelhantes as suas e são privadas do acesso ao "direito à cidade" em seu amplo significado, sofrendo ainda por terem suas cidadanias reduzidas ou anuladas. Além disso, estritamente neste estudo que enfoca uma comunidade pobre como objeto segregado, ao fazer referências à segregação estarei dando ênfase para os processos humanos nos quais tanto fatores sociais, culturais como econômicos determinam comportamentos de evitação entre os indivíduos, especialmente entre os diversos. E, sobretudo determinam o afastamento e a expulsão de uma parte da população da cidade para áreas mais desfavorecidas estruturalmente e de menor presença do Estado. Entendemos a segregação como uma forma de violência branca[12], mas que favorece ao surgimento de outras formas de violência, principalmente as que se caracterizam como crimes violentos, e que notadamente estão ligadas às atividades ilegais do narcotráfico.

2.3 A segregação Sócio Espacial no Brasil e o Processo de Reestruturação Econômica.

A análise da segregação requer uma apreciação sobre as trajetórias dos processos de exclusão[13] no cenário mundial. Devido à incidência dos efeitos da economia globalizada sob os múltiplos aspectos socioeconômicos no Brasil e no mundo, faz-se necessário para o exame da segregação, pelo menos uma breve discussão sobre os caminhos dos processos de exclusão, sob a repercussão do panorama da economia e os efeitos sobre a oferta de trabalho no Brasil.

A economia brasileira entre os anos de 1945 até o final da década de 1980 foi orientada por políticas de desenvolvimento marcadas pela substituição de importações e de alta proteção ao mercado interno. Entretanto estas orientações não se estenderam aos anos seguintes. Na década de 1990 a política econômica adotada no Brasil tinha intenção de integrar o país ao mercado global. Neste sentido ocorreu a liberalização comercial

[12] Chamamos de ***violência branca*** tipos de privações pelo fato de não ser sangrenta (*vermelha*). Mas que nem por isso pode ser considerada menos cruel. **Ver: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. Editora Moderna: São Paulo, 1993**

[13] No sentido dado Castel, (1998). Compreendido também como desfiliação. Este autor vê a exclusão social um dos efeitos do enfraquecimento da condição salarial, com a centralidade do trabalho colocada em questão.

acompanhada por incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado e privatização das empresas, além de medidas de estabilização. Tal integração econômica do país no cenário da economia mundial provoca transformações no mercado de trabalho, sobretudo em termos de emprego e salários.

É neste sentido que alguns autores indicam que nas últimas duas décadas a sociedade brasileira passou a experimentar da "modernização com o desenvolvimento do atraso"(MARICATO,2003.p.151). Pois na medida em que vários segmentos do mercado foram modernizados, os parques tecnológicos e industriais foram expandidos, verificaram-se avanços na direção de serviços especializados altamente informatizados, por outro lado o peso do conhecimento tecnológico deixou de fora muitos outros profissionais 'desqualificados' ao novo perfil que o trabalho passou a exigir.

A tecnologia e a adoção da automação em diversas áreas da atividade de trabalho foram sendo implantadas. Muitos postos de serviços, uma vez realizados pelo trabalho humano, foram sendo substituídos pelas máquinas. Além disso, os processos de privatização e terceirização também anunciam grandes mudanças na oferta de emprego em todo país, contribuindo para a redução do emprego formal.

Embora o desemprego mundial não possa ser considerado como um fenômeno homogêneo, pois respeita também as peculiaridades de cada nação, parece indiscutível que a economia mundial passou a gerar um excedente de força de trabalho cada vez maior. No Brasil, o desemprego em massa e permanente, elemento essencial da nova realidade econômico-produtiva, atinge o mercado de trabalho intensamente. Segundo Mattoso(1999), enquanto em 1989 o Brasil tinha uma taxa de desemprego de 3,4%, dez anos depois ela já atingia o índice de 7,8%. De acordo com Pochmann(2001), em 1999 o Brasil assumia a quarta colocação no *ranking* mundial do desemprego, com 7,6 milhões de pessoas sem trabalho.

Simultaneamente as quedas nos índices de empregos formalizados cresce a informalização, ganham forças a flexibilização ou desregulamentação do mercado de trabalho. E aos poucos uma aceitação inevitável destas condições, passa a fazer parte do cotidiano do trabalho no Brasil.

Sabóia(1997), observando a redução do assalariamento ressalta que a partir dessas perdas houve uma deterioração das condições de vida das regiões urbanas e aumento, não

somente da pobreza, e da concentração de renda, mas também da violência e dos conflitos sociais. Por conseguinte observa que o acesso a terra e a habitação digna são mercadorias cada vez mais improváveis de serem alcançadas pelos trabalhadores de baixa renda, tornando-se até mesmo um sonho para muitos deles.

Todos os mecanismos acima descritos influenciam a mudança da estrutura sócio espacial da cidade industrial para uma estrutura mais radicalmente fragmentada entre os segmentos pobres e ricos. Nas cidades brasileiras tem-se o aumento da população pobre urbana, comumente denominada na literatura como a nova pobreza.

> A cidade passa a se expressar na existência de um grande contingente de trabalhadores dos serviços de pouca qualificação e baixa renumeração e de desempregados vivendo de 'viração', e de pequeno segmento constituído pelos profissionais da economia de serviços e financeira altamente qualificados e muito bem renumerados. (RIBEIRO,2000 p.16).

A crise no campo de trabalho trás graves repercussões sobre a habitação nas cidades. Para Corrêa (1989) numa sociedade de classes a "habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer; não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel" (CORRÊA, 1989 p.29).

Apesar do acirramento dos problemas relativos ao mercado imobiliário, a partir das condições de trabalho e renda da população, entre outros elementos mais recentes, a questão da problemática habitacional, recorrente da urbanização não é contemporânea. Ainda no século XIX, Engels, procurando analisar a questão habitacional em seu tempo, na Europa, observa que as questões habitacionais da classe trabalhadora de baixa renda, é um problema que acompanha esse grupo social a algum tempo, antes mesmo dos ordenamentos modernos do trabalho.

> [...] falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um destes sofrimentos próprios do moderno proletariado, distinguindo-o de todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. [....] Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores que resultaram da repentina afluência da população às grandes cidades; [....].
> (ENGELS, 1988 p.16)

Os impactos sociais da reestruturação produtiva apontam a emergência de um padrão de segregação que ganha corpo a partir da década de 80, e que se verifica tanto nas cidades metrópoles quantos em outras cidades do país conforme comenta Ermínia Maricato.

> As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) parecem quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais ou metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada (MARICATO,2003.p.152).

Nesta pesquisa, as mudanças e os efeitos da economia são utilizados como elementos que influenciam fundamentalmente o fenômeno da segregação, sendo considerado entre outros, fatores geradores de segregação. Na medida em que se constituem como principal determinante das expressões de pobreza na sociedade, pelas limitadas e precárias condições de renda, na falta de acesso a moradia, e na expansão das periferias urbanas. Limitando a participação ativa de uma parte da população dos processos sociais da cidade, e excluindo-lhes o direito de exercerem suas cidadanias.

2.4 Cidade, Segregação e Violência

Diversas são as formas de observar a relação entre cidade e violência. Pode-se entender a cidade como cenário da violência contemporânea, palco dos acontecimentos violentos, principalmente aos que temos assistido na mídia nos últimos tempos. Pode-se percebê-la como matriz da violência, dada a vida urbana objetiva e fria, perturbada e caótica, favorecendo embates pessoais, quer sejam entre os membros da família, da vizinhança, entre colegas de trabalho, ou mesmo entre estranhos no trânsito. É possível ainda ver a cidade como vítima de violência devido às depredações, motins, saques, vandalismos, degradação ambiental que algumas delas têm sofrido. Inúmeros podem ser os pontos de vista que relacionam Cidade e Violência.

Neste sentido a visão desta pesquisa é dada através da Segregação. Considerando tal fenômeno como uma forma violenta de ordenar a cidade, de estabelecer separações e hierarquias sociais.

A Segregação é encarada como violência pelo fato de compor uma forma de destituir alguns indivíduos da sociedade de seus direitos à cidade e à cidadania. Isso representa para os segregados, exclusão e sofrimentos em forma de condições de vida imbuídas de cargas negativas. Tal consideração nos remete ao conceito geral de violência adotado nesta pesquisa.

A violência sempre apresenta problemas de significação e diversos são os tipos de violências, suas formas de expressão e natureza. O conceito geral de violência seguido neste trabalho nos é emprestado por Zaluar(2004).

> Violência vem do latim *violentia*, que remete a vis(força, vigor, emprego da força física, os recursos do corpo para exercer força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. Portanto é a percepção do limite e da perturbação(e do sofrimento causado), que vai caracterizar um ato como violento. (ZALUAR,2004.p.228,229).

Esse conceito sociológico é aqui utilizado porque de forma abrangente consegue englobar até mesmo os atos de violência que não são enquadrados como crimes juridicamente falando, mas que se constituem em infrações de direitos humanos. Assim como o é a Segregação.

Estudando algumas cidades segregadas, Wacquant(2005) conceitua violência, separando-a em duas categorias. A violência vinda de cima, exercida e impulsionada pela "desproletarização, segregação e estigmatização", referindo-se principalmente a violência estrutural e sistêmica liberada sobre os pobres da cidade. E a violência vinda de baixo, empreitada pelos pobres, como causa das privações materiais básicas às suas sobrevivências, que, segundo ele, pode compreender os atos criminosos executados pela parte da sociedade excluída do mercado de trabalho e privadas do consumo.

Ainda de acordo com Wacquant, em *Os Condenados da Cidade*, obra em que ele trabalha comunidades pobres de países do "primeiro mundo", a participação ativa nos processos de consumo da sociedade é pré-requisito incontestável de se alcançar a dignidade e o reconhecimento social. É mediante tal circunstância, que este autor analisa empiricamente tanto na França como nos Estados Unidos, as condições principalmente dos jovens pobres e sem perspectivas de emprego, moradores de áreas degradadas desses países. Segundo suas pesquisas, esses pobres jovens franceses e americanos encontram no crime a possibilidade de adquirir dinheiro e os outros bens de consumo que lhes possibilitarão o passaporte para uma vivência socialmente reconhecida.

Em *As prisões da Miséria*, Wacquant analisa as questões da política de criminalização da miséria, como estratégia complementar as condições de trabalho precário associado aos reduzidos salários, e aos cortes dos benefícios sociais outrora concedidos pelo Estado aos indivíduos em situação de risco social. A prisão no cenário atual estadunidense passou a ocupar uma dupla função segundo Wacquant(2001).

> Por um lado ele comprime artificialmente o nível de desemprego ao subtrair à força milhões de homens da população em busca de um emprego nas ruas, e secundariamente, ao produzir um aumento do emprego no setor de bens e serviços carcerários. (WACQUANT, 2001.p.96,97).

Além dos efeitos sobre as questões de emprego, Wacquant também observa a função das prisões na substituição dos guetos nos Estados Unidos. Por muitos anos nesse país "o gueto fez o papel de prisão social, no sentido de manter o ostracismo sistemático da comunidade afro-americana". (WACQUANT, 2001.p.98). Com a crise do gueto, as prisões também assumem o papel de manter a 'ordem das coisas', colocando à parte, segregando, os indivíduos pertencentes à categoria indesejável da sociedade.

Em nota aos leitores brasileiros, Wacquant(2001), sugere que a maior necessidade do Brasil é a luta contra a pobreza e a desigualdade, ao invés de lutar contra os criminosos, assim como fez os Estados Unidos e os países Europeus importadores da política de Tolerância Zero, marcada pela redução do Estado providência. Pois em sua opinião, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, a pobreza e a desigualdade são os fatores que dão impulso ao crime e normatizam a economia informal que alimenta a violência.

No Brasil alguns estudos comprovam que a redução da presença do Estado no papel de provedor e regulador das ações sociais, e a introdução da perspectiva neo-liberal, em que acredita-se que o mercado é capaz de promover o desenvolvimento político e social, não alcançou todos os seus objetivos, nem mesmo os ligados ao campo econômico. Trazendo graves repercussões sobre os índices sociais, inclusive ampliando a pobreza.

> Ao contrário do que se apregoa o pensamento neoliberal não obteve êxito desejado, nem mesmo no setor econômico, para o qual apresentava soluções mais elaboradas[...]. No que tange ao controle e à redução da inflação, uma das metas mais perseguidas pelos neoliberais, com as suas políticas monetárias e fiscais, os resultados foram exitosos, porém socialmente perversos. (PEREIRA, 2001 p.37,38)

A pobreza é algo muito complexo porque tem um sentido e um padrão diferente para cada contexto socioeconômico e cultural. Uma noção que nos aproxima de uma definição é considerar a pobreza como a *"*situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada...ser pobre então é não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.*"*(ROCHA,2005 p.10).

No Brasil adota-se o método da linha de pobreza como forma de mensuração, estas linhas podem ser de duas formas, as arbitrárias ou as estabelecidas com base no consumo

observado. Sendo esta última considerada a mais adequada caso haja informações sobre a estrutura de consumo das famílias estabelecendo parâmetros relativos a uma cesta de consumo mínimo, que parte do consumo alimentar e considera outros produtos como habitação, vestuário. Os valores que não atingem os parâmetros estabelecidos na linha de pobreza, ficando abaixo desses, são considerados de extrema-pobreza ou indigência.[14]

Apesar de considerar tais conceitos relativos à pobreza neste trabalho enfatizo e adoto o conceito utilizado por Pedro Demo(1993). Segundo este autor a pobreza que é caracterizada a partir de números mensuráveis relativos à carência material, ofusca o "cerne político da pobreza" ou o que o autor chama de "pobreza política". "Ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter" (DEMO, 1993, p. 2). Ao elaborar tal conceito o autor chama atenção para os efeitos que a pobreza realiza sobre os indivíduos, efeitos de exclusão e da perda de possibilidade de participação ativa no meio social.

Alguns estudos empíricos em cidades brasileiras procuram demonstrar a relação existente entre pobreza e violência. Estes revelam que o maior percentual de violência se dá em áreas degradadas dessas cidades. (BEATO, C. et al, 2001; CANO, I.1996; SANTOS, S. M. et al. 2001).

Em estudo realizado em São Paulo, CARDIA E SCHIFFER(2002) consideram que a superposição de privações, restrito consumo básico, ou a presença de desvantagens concentradas (econômicas, educacionais, na estrutura familiar) são os grandes promotores de violência entre os jovens moradores de áreas degradadas nas cidades.

Conforme Zaluar(1994), não se pode porém fazer uma ligação causal entre pobreza em si, e o crime. A ligação da pobreza com o crime se dá, sobretudo no imaginário social, e também através de discursos da mídia. É através da mídia também, e não se pode negar, que entre pobres, assim como entre ricos, que o consumo tem sido cada vez mais aguçado. É através dessa tensão entre querer e não poder, entre ter e ser reconhecido e não ter e não ser reconhecido, que os indivíduos desenvolvem sentimentos e comportamentos baseados em revoltas.

É através desse processo de consumismo exagerado por sua vez, que os indivíduos especialmente das camadas populares, tem acirrado a tensão e o ódio sociais diante da impossibilidade de acesso a bens e valores largamente publicizados. Diante disso, (e não

[14] Pobres são aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa e as pobres são as que possui renda mensal per capta de um salário mínimo. Segundo o Ministério de desenvolvimento social de combate a fome. http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas.

especificamente da pobreza) “a saída criminosa é a entrada possível para a sociedade do consumo já instalada no país” (ZALUAR,1994.p. 113). Também para esta autora, essa lógica, associada à questão do poder, de querer ser uma “autoridade” e estar acima do outro, contribuem para a inserção de jovens em atividades ilegais e ilícitas, que muitas vezes utilizam-se da violência para demonstrar virilidade e status. A atração de crianças e adolescentes para a criminalidade, especialmente o tráfico de drogas, muitas vezes ocorre pelo fascínio pela arma e pela posição de respeito que a mesma traz.

A análise de Misse(2002) sobre violência urbana nos trás uma visão sobre a natureza desse fenômeno. Uma vez que muitos tendem a explicá-lo como causa única e exclusiva da desigualdade social e da pobreza, remetendo essas ações como práticas cometidas apenas pelos pobres. O que não é confirmado, pelos constantes casos de envolvimento de diferentes segmentos da sociedade em atos de violência, que também ganham repercussão na mídia, porém não com a mesma intensidade que os crimes cometidos pelos ‘pobres’.

> A violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade. Esses eventos podem reunir, na mesma denominação geral, motivações muitos distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos. Além disso, a expressão violência urbana tenta dar um significado mais sociológico e menos criminal a esses eventos interligando-os a causas mais complexas e a motivações muito variadas. Numa abordagem que preconiza a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole.
> (MISSE,2002.p. 1,2).

Em seu texto “Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil, Misse(1995), nos revela que a violência não é um privilégio de classe, pois não está restrita ao estilo e modos de vida das classes populares apenas, ou aos estilos de vida desenvolvidos pelas elites urbanas brasileiras. A vida urbana atual abriga uma variedade de expressões de violência, que acima de tudo estão ligadas a vida contemporânea nas grandes cidades.

Assim como não se resume à pobreza, os problemas relativos à violência e especialmente ao crime de tráfico não se reduz aos moradores de favelas, conforme comenta Misse(2005) em suas pesquisas.

> As pesquisas indicam que 99,9% dos moradores de favelas são não apenas honestos e trabalhadores, mas têm princípios morais muito mais rígidos que os de muitos setores da classe média. Há pessoas que aderem ao tráfico, claro, mas os percentuais são os mesmos, no asfalto ou no morro. Não é algo exclusivo dos pobres. (MISSE, 2005)

Entretanto as abordagens policiais em relação aos crimes de 'pobre' não são as mesmas comparadas aos eventos de violência cometidos por outros grupos sociais privilegiados do país. Em entrevista concedida ao Site 'No Minimo'[15], Misse demonstra a realidade de extermínio empreitada entre traficantes e policiais na cidade do Rio de Janeiro, e observa o aumento de homicídios contra as pessoas que nem sempre estão envolvidas em tais atividades.

> Com o surgimento do narcotráfico, a repressão policial tem sido intensa nos últimos dez anos, no sentido militar do termo. O volume de prisões e morte no Rio de Janeiro é sem paralelo em lugar nenhum do mundo. A polícia do Estado do Rio de Janeiro mata uma média de seis mil pessoas por ano. E entre estes não apenas traficantes. Isto significa que, nos últimos dez anos, morreram mais jovens civis no Estado do Rio do que morreram soldados americanos em toda a guerra do Vietnã. Comparando-se de outra maneira: apenas na Cidade do Rio de Janeiro morrem mil civis por ano, enquanto que a polícia norte-americana mata 250 civis por ano - em todo o país. Nenhuma outra guerra moderna tem produzido tantos mortos. (MISSE, 2005)

Ao realizar seus estudos sobre as favelas, Luiz Antonio Machado[16], observou que ao contrário do que se imagina os moradores desses espaços das cidades(as favelas) não se mostram confortáveis, nem tão pouco habituados ao cotidiano do tráfico a que estão submetidos forçadamente a conviver. Verifica-se que as maiores vítimas são justamente estes moradores pelo fato de estarem sujeitos tanto aos confrontos armados, como aos processos de discriminação em que são vítimas do preconceito desenvolvido por outros moradores da cidade.

Entretanto, Abranches(1994) analisando o microambiente social buscando localizar as condições que estimulam o crescimento da violência crime, observa que além da tensão urbana e das condições sociais de convivência desordenada características das cidades, em alguns espaços outros elementos não tão comuns a todos eles se fazem presentes. Esses

[15] Disponível em: http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/POL%C3%8DCIA%20MATA%20MAIS%20QUE%20GUERRAS_no%20minimo.pdf

[16] Pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj/Ucam) e do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Informações disponíveis em : http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/texto_machado_faperj.pdf

elementos na opinião do autor estão mais à vista ou mais disponibilizados, nos espaços onde residem as populações de baixa renda. São ainda considerados fatores de risco presentes na sociedade e compreende desde as armas, o álcool, drogas, como os desentendimentos entre vizinhos, falta de moderação dos comportamentos, ausência de vigilância, falta de afetividade, entre outros.

Neste mesmo sentido, Adorno enfatiza que "o espaço degradado influencia na degradação do cotidiano, e dos estilos de vida o que comprova a reciprocidade entre a vida social e o ambiente." (ADORNO, 1998, p.13).

A existência dos fatores de risco, associadas às más condições de vida dos moradores dos espaços degradados das cidades tende a reforçar e reproduzir a violência. São fortes elementos geradores de atitudes, comportamentos e mecanismos de sobrevivência baseados em procedimentos que acabam ganhando formas de violência, não somente em seus próprios espaços de moradia, mas envolvendo outros espaços da cidade.

Caldeira(2000), demonstra que a partir dos anos 80 a sociedade brasileira, passou a viver experiências mais fortes com relação à violência, principalmente devido ao aumento dos crimes violentos nos grandes centros urbanos do país. Através de seus estudos, esta pesquisadora verificou que no início da década de 80 em São Paulo, entre as ocorrências registradas, um índice de 20% referia-se aos crimes violentos na cidade. Esse mesmo índice saltou para 36% no ano de 1996.

Dessa mesma forma, Maricato(2003) afirma que o aumento dos indicadores de violência nas grandes cidades é um dos indicadores mais fortes da redução das condições de vida urbana. Sejam pobres ou ricos todos são atingidos negativamente com os índices de violência das cidades, claro que em graus e formas diferenciadas, porém as perdas e danos a vida social urbana não exclui ninguém.

Segundo esta mesma autora, a segregação de grupos sociais nas cidades, expressa pela concentração da população pobre em espaços com precárias condições de habitação, que possuem pouca vivência em outras partes da cidade, e que convivem com precários serviços públicos, associado principalmente aos grandes índices de desemprego que além de privar o consumo incentiva a ociosidade, e ao envolvimento com atividades ilegais, se constitui na fórmula mais consistente de desenvolver a violência urbana com a qual nos deparamos atualmente (MARICATO,2001).

3. A SEGREGAÇÃO SOCIAL E A VIOLÊNCIA EM JOÃO PESSOA

Neste capítulo procuro apresentar um pouco do cenário social da cidade de João Pessoa, onde se localiza o bairro de Bancários, lócus deste estudo.

Especificamente na primeira sessão destaco uma visão histórica panorâmica de João Pessoa, no que diz respeito às formas de ocupação do seu território pelos diversos grupos sociais que a compõe. Na segunda sessão busco expor a visão da gestão pública municipal dessa cidade com relação à segregação sócio espacial e seus efeitos. E na terceira sessão procuro enfatizar um panorama sobre algumas questões de violência em João Pessoa.

Pretendo através dos textos a seguir destacar além de outros elementos, alguns dos principais componentes de segregação presente em João Pessoa, que são fundamentais para a compreensão da segregação existente em Bancários. A saber, a antiquada legislação urbana da cidade e a falta de intervenção da gestão pública na promoção de estrutura urbana de qualidade e igualitária para todos os bairros e comunidades da cidade.

3.1 João Pessoa, um panorama histórico de sua ocupação.

Um breve resgate histórico sobre o processo de ocupação da população na cidade de João Pessoa nos mostrou que a segregação sócio espacial nesta cidade se faz presente desde o início de sua história.

Nascendo as margens do Rio Sanhauá a então Cidade de Nossa Senhora das Neves fundada em 1585, representava importante ponto estratégico tanto para defesa de domínio da região pelos portugueses contra possíveis invasores, quanto para o cultivo de Cana de Açúcar. Atividade esta que logrou a implantação de Engenhos em toda região inclusive o Engenho Real em 1587, onde teve início as plantações de Cana de Açúcar, integrando a Paraíba a rede de comércio com a Colônia.

Após alguns anos e passado o período de dominação dos holandeses a região recebe o nome de Parahyba em 1654. Até esta data sua população era formada principalmente por religiosos, militares e administradores. Somente após 1808 com a abertura dos portos para o comércio internacional o povoamento da região é intensificado.

Localizando-se as margens do Sanhauá, durante todo o século XIX a cidade que era dividida em cidade baixa,(ocupada pelo comércio e parte da população pobre) e cidade alta, (onde se localizava os setores administrativos, culturais, religiosos e as residências de alto padrão, os sobrados), passou a evidenciar a distribuição da população, segundo seus padrões

econômicos. Apesar dessa divisão encontravam-se em outros locais da cidade sítios e chácaras que apontavam a origem rural da urbe.

Observei na literatura que esta perspectiva não se alterou no século seguinte, quando desde as primeiras décadas comprova-se que a distribuição da população pelas áreas urbanas continuaram a obedecer às condições econômicas de seus habitantes. As elites dominantes ocupavam as áreas mais valorizadas, os imponentes sobrados localizados no centro da cidade. E nas áreas mais afastadas residiam as camadas de baixa renda sujeitas às constantes mobilidades decorrentes do crescimento urbano da cidade.

Diniz(1988), nos descreve a precariedade residencial e as condições das populações pobres da cidade ainda na década de 20.

> Nessas habitações de palha que constituíam a imensa maioria das casas da cidade no período aqui tratado vivia uma população pobre exercendo as mais variadas atividades para ganharem a subsistência. A maioria dessa população vivia à margem do trabalho significante nas brechas do sistema ganhando a vida esgueirando-se das malhas da lei. Boa parte da alimentação dessa população era extraída das matas, dos rios, das pequenas lavouras...
> (DINIZ, 1988.p.127)

Tendo sido governada essencialmente por representantes da classe alta da sociedade, João Pessoa, ao longo de muitos anos, se configurou uma cidade que servia principalmente aos anseios e necessidades de seus moradores mais nobres. (Aguiar e Octávio,1985)

Ainda no início do século XX, João Pessoa apresenta grande crescimento populacional impulsionado principalmente por dois fatores: o primeiro são as transformações na estrutura econômica da região, quando da substituição dos engenhos pelas usinas, e o segundo os problemas gerados com a seca nas áreas do interior do estado e dos estados vizinhos.

Tais fatores influenciaram fortemente os processos de migração da população do interior a capital que se intensificou a partir de 1920. Nesse período a população da cidade chegou a 28.000 pessoas.

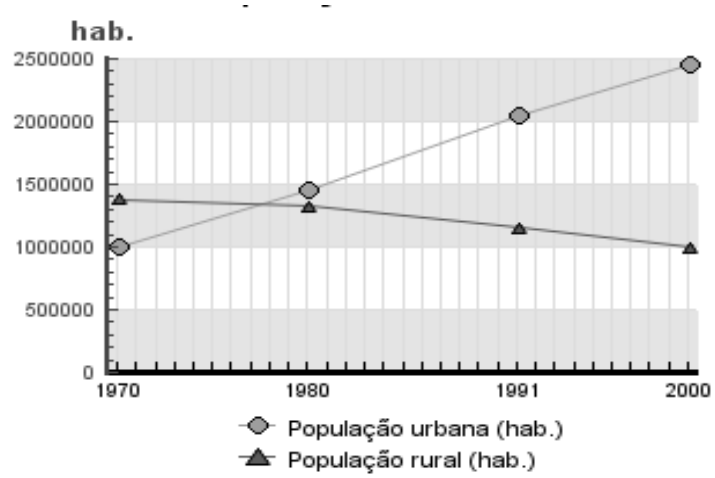
As imigrações em João Pessoa tiveram seu auge entre as décadas de 40 e 50, nesta última década, de acordo com LIMA(2004) sua população cresceu 243% chegando a 98.800 pessoas. Em 1970 a população pessoense que era de 200.300 pessoas, salta, segundo o IBGE, para 597.934 pessoas em 2000, ou seja, em trinta anos a população de João Pessoa quase que triplicou.

Mesmo considerando os índices de natalidade, alguns estudos demonstram que as imigrações foram intensamente colaboradoras para o crescimento da população da cidade de

João Pessoa (TARGINO E MOREIRA,2000)[17] Observando a tabela e o mapa abaixo podemos ver as transformações ocorridas entre a população urbana e rural na Paraíba entre os anos de 1970 a 2000.

TABELA 2: População urbana/rural na Paraíba					
Indicador	**Unidade**	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**
População urbana	**hab.**	1.002.420	1.449.206	2.052.066	2.447.212
População rural	**hab.**	1.380.043	1.321.140	1.149.048	996.613
IBGE - Censo Demográfico					

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO URBANA/RURAL DA PARAÍBA. 1970-2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Vê-se de acordo com a tabela e o gráfico que entre os anos de 1970 a 2000 enquanto que a população rural do estado teve decrescimento, a população urbana aumentou em mais de um milhão de pessoas. Entre essas décadas as cidades do estado mais procuradas pelos moradores das zonas rurais foram Campina Grande e João Pessoa.

Atualmente a população de João Pessoa que é de 674.762 pessoas, ocupa um espaço de 211 Km^2, divididos em 64 bairros apresentados no mapa 1[18]. Sua população dividida neste espaço corresponde a uma densidade demográfica de 3.197,92 hab./km².

[17] TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília. Êxodo Rural da Paraíba: Uma Análise do Período de 1991/96. In SANTOS, Taís de Freitas. (org.) Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. p. 83-105.

[18] Anexo 1

Sabe-se que o maior número populacional em uma cidade propicia dentro de seu ambiente concentração e concorrência pelo espaço e pelos equipamentos da cidade entre os moradores (PARK, 1979). Além das recorrentes transformações e tensões causadas pelas formas de apropriação do solo urbano.

A fragmentação e a segregação sócio espacial são fenômenos que refletem estas tensões que podem surgir ou que se intensificam, com os movimentos sociais, campo-cidade, que promovem além de outros fatores, a expansão da população urbana nas grandes cidades (LEFEBVRE, 1968). Saliento porém, que estes fenômenos não são verificados apenas nas cidades metrópoles. As cidades médias como João Pessoa, também tem seguido as mesmas trajetórias das grandes metrópoles, porém em graus e situações diferenciadas, mediante suas singularidades e a expansão populacional que tem apresentado.

Até a década de 70 a ocupação territorial de João Pessoa aconteceu essencialmente na região norte da cidade. Tendo início nos bairros mais antigos (Jaguaribe, Roger, Tambiá, etc) e tomando direção ao litoral especialmente após o calçamento da Av. Epitácio Pessoa em 1954 (LAVIERE E LAVIERE, 1999). Gradativamente após o calçamento de tal avenida, e com a implantação do projeto CURA (Comunidade Urbana para recuperação acelerada) que visava trabalhar em melhorias de infra-estrutura e equipamentos urbanos nos bairros da orla, a elite da cidade começou a deslocar-se para os bairros de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra.

Dessa forma, a valorização do solo das áreas que foram beneficiadas com o projeto de infra-estrutura acentuou-se e o uso do solo tornou-se mais segmentado segundo às condições de renda de seus habitantes.

Simultaneamente a esse processo, os problemas de desemprego e pobreza na cidade se agravaram, sobretudo entre os imigrantes do interior, e com isso o surgimento de assentamentos espontâneos irregulares adquire significativa expressão no final da década de 70. Esse cenário de contradições favoreceu o desenvolvimento de conflitos, inclusive com uso de violência, em torno das questões de habitação na cidade. O governo do Estado nesta época caracterizou-se por proteger as classes dominantes e realizar uma série de remoções de populares em áreas de invasão.[19]

A década de 80 também é marcada pelo surgimento de grandes conjuntos habitacionais populares. Entre estes, Bancários com 1.500 residências e Mangabeira que contou com 3.238 residências (LAVIERE E LAVIERE, 1999).

[19] Informações obtidas no IHGP, Jornais de 1980-1985

A construção de outros conjuntos ainda maiores ganhou impulso neste período, principalmente em 1985 quando os conjuntos Mangabeira II que contou com 6.344 residências e Valentina com 4.406 residências são então concluídos e entregues aos proprietários.

Na época em que foram inaugurados, estes bairros localizados distantes do centro, eram espaços vazios, não contavam com nenhum tipo de estrutura de saneamento, tinham reduzido serviço de transportes públicos, dado o difícil acesso principalmente em épocas de chuva, não possuíam escolas públicas, ou postos de saúde. Eram, portanto espaços de pouco valor imobiliário e assim destinados as camadas mais pobres da sociedade.

Tais empreendimentos representaram em João Pessoa, assim como comenta Caldeira(2000) para a cidade de São Paulo, o afastamento para as áreas mais distantes do centro, da parcela de pobres da cidade. A hierarquização entre os segmentos da população ganha corpo no espaço da cidade através da segregação das camadas mais pobres para os espaços sem grandes atrativos habitacionais. Esses ajustamentos da habitação na cidade é o que caracteriza o padrão de segregação daquela época.

Apesar do grande número de residências destes conjuntos e mesmo destinadas à população mais empobrecida economicamente, tais construções não resolveram o problema habitacional da maioria da população formada por desempregados fora de alcance de obtenção de crédito imobiliário. Restando a estes os espaços de risco e vazios, espalhados por toda cidade, que terminaram em se constituir em assentamentos espontâneos e que foram crescendo significativamente em número durante os anos de 1980 e 1990.

O mapa 2 descreve, segundo os períodos da história da cidade, como se deu a ocupação do seu território. Podemos observar que a partir dos anos 80, as áreas abaixo das linhas pontilhadas do mapa (as regiões sul, sudeste e sudoeste) começaram a ser ocupadas com mais magnitude, principalmente devido aos grandes conjuntos habitacionais populares construídos naqueles anos. [20]

A distribuição dos grupos sociais por nível de renda se tornam mais visíveis em João Pessoa, a partir de então. De forma mais enfática, através do mapa dos níveis de renda (MAPA 3)[21] é possível constatar que o espaço da cidade é distribuído principalmente segundo os rendimentos de seus moradores. A partir de sua visualização é pode-se perceber que os grupos sociais com maiores níveis de renda se localizam nos bairros do litoral e adjacências, Manaíra, Bessa, Tambaú, Cabo Branco, Altiplano, Bairro dos Estados, Tambauzinho e outros

[20] Mapa 2 no Anexo 2.
[21] Mapa 3 no anexo 3

da área de cor amarela clara do mapa 3, mais especificamente na área 1. Nestes bairros, de acordo com o IBGE(2000), o de mais alto padrão econômico, é o Cabo Branco. O rendimento médio do chefe do domicílio no Cabo Branco é em torno de R$ 3.127,27, logo abaixo disso, vem o rendimento do chefe de família em Tambaú no valor aproximado de R$ 2.961,46.

O bairro de Bancários é considerado atualmente como de renda média, juntamente com os bairros de Jardim Cidade Universitária, e parte de Mangabeira. No sentido horário da região radial do mapa, nas áreas mais distantes da área amarela clara, área 1 do mapa, se localizam as pessoas com menores rendimentos da cidade, ou seja nas áreas 3, 4 e 5 especificadas no mapa 3.

Apesar desse ordenamento dos bairros na cidade segundo às condições econômicas de seus habitantes, João Pessoa possui entre os seus bairros áreas de ocupação irregular que se constituem em assentamentos espontâneos. De maneira que até mesmo junto aos bairros nobres da capital tais assentamentos podem ser encontrados, e se definem como espaços involuntários de segregação.

Quanto a isso, segundo o IBGE (2000) entre os 64 bairros de João Pessoa, 30 deles possuem assentamentos espontâneos em sua região administrativa. Esses espaços, de segregação involuntária foram ocupados de forma irregular, às margens dos rios urbanos, abaixo de rede de alta tensão elétrica, se constituindo muitas vezes áreas de risco. Casebres construídos sem segurança, muitos de taipa, sem estrutura de esgoto ou de encanação, abrigam famílias que vivem em situação de pobreza ou pobreza extrema.

Em João Pessoa no ano 2000 contava-se quase 90 assentamentos que abrigavam aproximadamente 208.141 pessoas. Atualmente, segundo a Prefeitura Municipal existem 110 assentamentos na cidade. E apesar da evolução da legislação urbana no país nos últimos 20 anos, ainda hoje em João Pessoa, dentre esses 110 assentamentos apenas 9 foram regulamentados e considerados como Zonas Especiais de Interesse Social.

Nesta cidade, portanto, a segregação sócio espacial, o afastamento das camadas pobres que são empurradas para as piores porções da cidade, que no geral são as áreas de menor valor imobiliário, em face da localização, e a com ausência de serviços e infra-estrutura é algo historicamente presente na sociedade, e conta com o consentimento da gestão pública.

Ao passo que esses assentamentos foram se multiplicando principlamente entre as décadas de 70 e 90, confrontando principalmente os moradores dos bairros nobres da cidade, outras experiências de segregação em João Pessoa passaram a ser realizadas sobretudo pelos habitantes das camadas sociais média e alta especialmente após 1990.

Essas experiências são caracterizadas pela verticalização da cidade, principalmente nos bairros nobres como Cabo Branco, Tambáu, Manaíra e Bessa. O incremento de moradias em condomínios verticais de luxo reformulou consideravelmente a paisagem nestes bairros, e na cidade. Além disso, vem modificando e restringindo cada vez mais aos espaços de residências as formas de lazer e socialização de seus moradores, pois estes condomínios ou a maioria deles possuem equipamentos de esportes e lazer como, quadras, piscinas, salas de ginástica, e salões de festas.

Uma nova forma de Segregação tornou-se mais visível na cidade após o ano de 1998, através das construções de vários condomínios residenciais horizontais, principalmente nas áreas litorâneas sul da cidade. Tanto no Altiplano Cabo Branco, como entre a Penha e Mangabeira, e em Portal do Sol, inúmeros enclaves fortificados[22] tem sido comercializados devido à grande demanda da população.[23](CALDEIRA,2000).

De acordo com algumas imobiliárias responsáveis pela comercialização desses condomínios, a grande demanda por esse tipo de habitação tem sido justificada em parte pelo aumento dos casos de violência vividos pelos moradores. Essas pessoas assumem que tem o medo instigado através da mídia local que diariamente noticiam os casos de crimes e outros tipos de violência acontecidos na cidade. A segregação voluntária, a busca por espaços mais seguros e que ofereçam ainda opções de lazer e esportes, além do convívio "com pessoas de bem", são os principais motivos apresentados pelas pessoas que buscam esse tipo de moradia em João Pessoa.

3.2 Segregação e gestão municipal em João Pessoa.

Durante anos os gestores urbanos de João Pessoa, na grande maioria representantes da elite da sociedade, planejaram uma cidade preferencialmente para as camadas de classe média e alta da população. Ao mesmo tempo em que assim procederam incentivaram a segregação sócio espacial, pois estavam de olhos fechados para a construção de uma cidade informal[24] dentro da cidade formal.

Segundo Maricato(2003), tal processo é denominado de "exclusão planejada", aquela que "pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a

[22] Espaços privados destinados a residências, lazer, consumo e trabalho, fechados e munidos de aparatos de tecnologia de segurança. Ver Caldeira,2000.
[23] Informações conseguidas através de conversas informais com corretores de imóveis da região.
[24] Conceito usado por Maria E. Maricato em muitos de seus textos refere-se aos espaços da cidade sem regulamentação, assentamentos formados por invasão.

ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência da cidadania" (MARICATO, 2003. p.86). A autora denuncia o Estado como promotor da não inclusão da população de baixa renda. Enfatizando sua participação na criação de uma pobreza que habita uma cidade informal.

Atualmente, o combate à segregação em João Pessoa é uma temática incluída no discurso político da gestão desse município. Segundo entrevista realizada com o atual prefeito dessa cidade[25], em sua visão, combater as diferenciações sociais, e a segregação, são pré-requisitos imprescindíveis para a redução da violência na cidade e para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Seguindo exemplos de algumas cidades do exterior que tiveram êxito na redução da violência através de políticas de redução das desigualdades sociais, inclusive através de políticas habitacionais, e de construção de espaços públicos de convivência mútua, a gestão municipal atual aposta em políticas que promovam a geração de emprego e renda, e sobretudo em políticas de habitação de interesse social.

É possível perceber que é do conhecimento do gestor a importância de estruturar a cidade, abrindo os olhos para a cidade informal, levando em conta que para habitar um espaço além de residências, outros instrumentos são essenciais para a valorização da vida dos indivíduos, entre eles: saúde, educação, espaços de lazer e outros.

> A França, não é um país subdesenvolvido, e todo mundo viu a quebradeira que deu há pouco tempo atrás. Porque foram segregados durante... um século de segregação. E, franceses não reconhecidos como franceses. Tocaram fogo em tudo. Mas, aquilo ali foi uma explosão e qual é o diagnóstico? Deles, dos técnicos do governo dos urbanistas... Falta de mistura social. Segregação. Porque é isso mesmo. Segregou, pegou uns imigrantes, jogou todos pra periferia, pra favelas.
> Então, hoje na França, todo grande empreendimento, toda grande intervenção, que são intervenções de revitalização de determinadas áreas imóveis, um percentual X vai pra habitação de interesse social, habitação de interesse social. É... Isso que está sendo feito lá buscando recuperar o tempo perdido.
> [...] E é isso que precisamos fazer, buscar o tempo perdido.
> E habitação de interesse social inclui tudo, inclui casa, praça, cultura, posto de saúde, saneamento, enfim tudo que o sujeito precisa para habitar bem na cidade, através disso, dessas condições de vida desses sujeitos dessas condições de vida que todo governo deve oferecer aos cidadãos as coisas começam a mudar. Porque as diferenças diminuem, o sujeito passa a ter

[25] Entrevista realizada em Agosto de 2008, com o prefeito Ricardo Coutinho, para levantamento de dados da pesquisa Da casa a Praça, realizada por grupo de pesquisa da UFPB o qual fiz parte.

> outras visões, valoriza seu meio, seu mundo, até mesmo o vandalismo diminui. A auto –estima desse sujeito aumenta, as perspectivas são melhores em todos os sentidos inclusive na mistura social e na violência.
> Em Bogotá e Medelin, a violência era proveniente de que? Da segregação.
>
> Estas cidades tiveram um decréscimo auspicioso, do nível de violência urbana e de morte, com as intervenções urbanísticas feitas por três mandatos seguidos. Transporte, praças e arruamentos são necessários pra oxigenar pra poder as pessoas se apropriarem, se encontrarem.
> (Ricardo Coutinho, Prefeito de João Pessoa)

Ao destacar a frase, "recuperar o tempo perdido," observa-se que há o reconhecimento que a antiquada legislatura urbana de João Pessoa funciona como um instrumento que possibilita eximir a gestão pública de cumprir com o papel de investidor e promotor dos serviços públicos. Funcionando de tal forma, age em favor da segregação dos menos favorecidos, excluindo essa parcela da sociedade dos direitos à cidade e à cidadania.

Reconhece-se que a falta de atuação do poder municipal na implementação de investimentos em estrutura urbana representa um dos mais poderosos instrumentos de segregação. E, sobretudo reconhece-se que a segregação e as condições precárias de vida em assentamentos espontâneos tem sido um dos principais motores que impulsionam a violência urbana.

Porém é notório que em João Pessoa, as intervenções públicas nos assentamentos ainda hoje são mínimas, devido a morosidade para a reformulação do Plano Diretor da cidade e sobretudo devido a falta de avanços quanto a instituição das ZEIS, que tem sido constituídas lentamente através de resoluções deliberadas pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano da cidade, que são requeridas muito mais pelas lutas e pressões populares do que por ações espontâneas dos gestores.

O Timbó e mais três outros assentamentos(Terra do Nunca, Taipa Nova Vida, e Gramame Parque do Sol) passaram a ser considerado ZEIS[26] em 10 de Setembro de 2008, através da resolução de nº 2 do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU ligado a Secretaria de Planejamento do Município de João Pessoa.

Somente com o Plano Diretor que se espera entrar em vigor a partir de 2009, outras áreas serão efetivamente demarcadas e passarão a representar espaços regulamentados na área da cidade, dotados legalmente de direitos quanto às intervenções de melhorias em infra estrutura por parte do governo local.

[26] Ofício nº 393 de 08/07/08 – SEMHAB e processo PMJP nº 65.315 de 09/07/08.

A contrapartida financeira para os investimento nas Zeis é prevista no Estatuto das Cidades através do instrumento nomeado de Outorga Onerosa. Tal instrumento "se refere à concessão emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário" (SABOYA, 2008).

No caso da cidade de João Pessoa, a outorga onerosa foi implantada em meados do ano de 2005, através do Decreto n.º 5.454/2005, contudo, já estava prevista no ordenamento jurídico desde 1992, com a criação do primeiro Plano Diretor da Cidade.

A falta de cobrança dessa taxa durante estes anos beneficiou principalmente os moradores das classes média e alta da cidade, pois a cobrança dessa taxa incide justamente nos bairros onde esses moradores habitam. Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, Bessa, Brisamar, Centro, Tambauzinho, Miramar, Expedicionários, Torre, Tambiá, Pedro Gondim, Bairro dos Estados, Bairro dos Ipês e Jaguaribe.

Enquanto muitas cidades do Brasil lançaram mão da Outorga Onerosa, antes mesmo de sua instituição pelo EC, em João Pessoa, a isenção da cobrança pelas gestões municipais anteriores a 2005, expressa mais uma vez a tradicioanl conduta dos seus governos municipais em atuar privilegiando as camadas mais favorecidas da sociedade. E abrindo mão de tais recursos deixaram de gerar capital para o investimento em moradia popular e em infra estrutura em áreas carentes da cidade. Como denuncia o atual prefeito.

> Essa é a lógica. O primeiro ponto, de como se tratar esses aglomerados subnormais que... pra você ter idéia, se nessa cidade nossa, nós tivéssemos cobrado a outorga onerosa desde a criação do plano diretor, que foi em 92, tivesse sido cobrado desde 93, é, como era pra ser a lei determinada, nós passamos a cobrar isso em 2005, quando esse governo entrou. Se essa outorga tivesse sido cobrada nós teríamos aí no mínimo uns cinqüenta milhões, cinqüenta milhões de investimento em urbanização de áreas de aglomerados subnormais. Nós teríamos uns 70% dos aglomerados existentes resolvidos na sua urbanidade. Nós capitalizamos Dez Milhões, ou seja, é uma boa grana, uma boa grana pra fazer saneamento, drenagem, pavimentação... (Ricardo Coutinho, Prefeito de João Pessoa)

Retomando o conceito de segregação aqui adotado, que entre outros elementos considera as desigualdades de acesso aos benefícios gerados pelo Estado, como fundamental para a existência da segregação, podemos compreender que as ações(ou a falta delas) das gestões públicas em João Pessoa, contribuem para as experiências de segregação na cidade. Os longos anos de "exclusão planejada"(MARICATO,2003), exercida pela incapacidade e

ausência dos poderes legislativo e executivo, principalmente no âmbito municipal, patrocinou a segregação dos pobres da cidade de João Pessoa, inclusive dos moradores do Timbó, comunidade segregada do bairro de Bancários.

Hoje em dia, mesmo distante de solucionar os problemas dos assentamentos espontâneos em João Pessoa, e da estrutura urbana em geral, percebemos pelo menos, que tem havido nos últimos 5 anos uma mudança de mentalidade dos que fazem a gestão municipal.

3.3 Um olhar sobre a violência em João Pessoa

Esta sessão tem a intenção de traçar em linhas gerais alguns aspectos sobre a violência em João Pessoa. Não com a pretensão de tratar todas as faces que a violência pode assumir, nem tão pouco abordar de forma profunda seus aspectos mais marcantes. Fundamentalmente, pretendo destacar, através de uma breve discussão, um olhar sobre a violência da segregação na cidade, enfatizando a segregação como um tipo de violência urbana não recente na sociedade desta capital.

Em estudo realizado sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado na capital da Paraíba entre 1850 e 1930, Diniz, (2004), nos apresenta a realidade da vida urbana vista pelo viés do trabalho entre os pobres e suas condições de vida na cidade que atualmente chamamos João Pessoa. Tal estudo nos informa o ponto de vista da elite da capital da Paraíba, sua participação e estratégias para 'cuidar' do espaço urbano. Notadamente percebe-se que a modernização da cidade esteve significativamente ligada aos processos de higienização, exclusão, afastamento, enclausuramento e marginalização da pobreza. Esta perspectiva pode ser confirmada através das palavras desse autor que ganham destaque no trecho a seguir.

> Durante toda a segunda metade do século XIX e, principalmente, nos três primeiros decênios do seguinte, as elites dominantes irão construir novos mecanismos de controle no espaço urbano, cujas características vão ser: 1) medidas preventivas de controle das infrações, ao invés de punição truculenta; 2)fixação dos indivíduos em locais de fácil reconhecimento; 3) esquadrinhamento "científico" rigoroso da população pobre. [...] A política higienista, definida pelo projeto reurbanizador, procurava criar no cento da cidade um espaço sadio, ordeiro, exclusivamente burguês, onde o homem pobre não pudesse transitar senão com extremo desconforto e timidez. [...]A partir da década de 10 do século XX o processo de internamento e regeneração do homem pobre, mendigo, ladrão toma grande impulso. [...]Estas instituições fizeram uma verdadeira limpeza nas ruas da cidade, a ponto de um ideólogo do discurso modernizador registrar que no governo de Camilo de Holanda(1916-1920) "não se encontravam mendigos nas ruas". (DINIZ, 2004.p.159-179).

Observar a formação de João Pessoa e de seu aglomerado urbano, o papel das políticas dominantes de preservação do espaço da cidade, 'da moral e dos bons costumes', implicou e continua resultando em um processo com duplo efeito: a seletividade espacial na cidade e a segregação social. Já naquele período era possível observar a criação de um imaginário dominante que se baseava em valores e regras estabelecidas "de cima para baixo". Para tais valores "o trabalho ocuparia um ponto de referencia fundamental", porém mesmo antes de discernir quais indivíduos eram trabalhadores ou não, essas regras caracteristicamente discriminatórias e excludentes, acometiam principalmente as populações pobres que irremediavelmente eram associados à condição de vagabundos ou marginais.

A associação entre pobreza e marginalidade, ainda presente em nossa sociedade, pode ser, portanto entendida como recorrente de pensamentos e posturas tradicionais especialmente aderidas e desenvolvidas pela camada elitizada da cidade. Alguns estudiosos no Brasil procuraram confirmar esta tese, entre eles Pezzin(1986). Entretanto essa correlação já foi bastante contestada, em diversas discussões entre elas Zaluar(1994 e 1999), e Campos(1978, 1980).

Em João Pessoa no entanto alguns elementos fortalecem a correlação entre pobreza e marginalidade. A seguir procuro apontar um dos aspectos que mais me chamou atenção neste sentido, a saber: as constantes reportagens de violência nos programas da imprensa local. O trecho a seguir retrata um caso de violência urbana ocorrido em João Pessoa divulgado na mídia e é aqui enfatizada pelo fato de exemplificar pelo menos 60% das demais que acompanhei.

> **Quarta 21 de Janeiro de 2009**. **Polícia prende no Colinas do Sul acusados de homicídio e tráfico.**
>
> A Polícia realizou várias prisões na noite desta terça em João Pessoa. No Colinas do Sul foram presos Francisco, 20 anos e Michael, 19 anos. Houve ainda a apreensão de três menores, de 12, 16 e 17 anos. Eles são acusados de tráfico de drogas e na morte de um homem conhecido por "Neguinho". Neguinho foi assassinado no final da tarde de ontem naquela comunidade quando jogava vídeo game em uma lan house. Ele levou cinco tiros na cabeça e teve morte no local. A Polícia foi acionada e localizou os envolvidos em uma residência na Rua Projetada, no Colinas do Sul. No local, foram apreendidos 51 papelotes de maconha, 36 pedras de crack, além de um revólver calibre 38 e a quantia de R$ 43,00. Todos foram conduzidos para Delegacia. O menor de 17 anos confessou ter efetuado os disparos que mataram Neguinho.
>
> Disponível em:
> (http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=66355)

Através da programação exibida no Correio Verdade[27] pude registrar que algumas ocorrências de violência se manifestaram em bairros nobres da cidade, e envolveram alguns dos moradores dessas áreas. Entretanto, os casos foram bem mais freqüentes nos bairros populares da cidade, principalmente em áreas que constituem os assentamentos irregulares, assim como comenta Abranches(1994) em seus estudos sobre violência urbana e criminalidade.

Em algumas dessas áreas, a repetição dos casos de violência foi muito verificada.[28] Inevitavelmente, a freqüência dessas áreas da cidade na mídia policial local, tem como resultado a promoção da idéia de que são as áreas pobres de João Pessoa os espaços mais violentos. Com isso, o estigma que criminaliza a pobreza ganha forças e alimenta a violência da segregação.(CHAMPAGNE,2003)

Estudando os efeitos da mídia na divulgação dos eventos de violência urbana, este autor considera que através do recurso midiático, os processos de estigmatização da pobreza e de seus espaços territoriais de habitação são mais fortes, do que em qualquer outro mecanismo antes utilizado. Por outro lado, os entendimentos a respeito da relação entre pobreza violência são superficialmente conhecidos. Isso se comprova quando este autor afirma que: "Longe de ajudar os habitantes desses subúrbios a mídia contribui paradoxalmente para a sua estigmatização[...] esta estigmatização apesar de ser involuntária, se estendem muito além dos acontecimentos que a provocam e marcam essas pessoas mesmo quando eles estão fora dos seus bairros." (Champagne,2003 p.73).

Ainda quanto às reportagens as ocorrências assistidas se caracterizaram por envolver jovens principalmente entre 18 e 25 anos, mas não excluindo nem mesmo crianças e adolescentes. Verifiquei nas entrevistas que estrategicamente esses menores de idade, são 'utilizados' como 'peças importantes' nos crimes, manipulados pelos 'criminosos de carteira', a fim de serem usados como testas de ferro[29] (Zaluar,2000).

Nas entrevistas assistidas pelo programa a frieza era marca permanente. Entre os assassinos confessos, muitos chegaram a dizer: "Matei e não me arrependo, matava de novo!", Outros disseram: Matei para não morrer!" A falta do arrependimento revela o caráter indiferente em relação a vida do outro. Demonstrações de insensibilidade e

[27] Programa que escolhi para acompanhar as reportagens sobre crimes e violência na cidade de João Pessoa.
[28] Principalmente na Comunidade Torre de Babel, em Valentina; Bola na rede no bairro dos Novais; Timbó em Bancários, Mangabeira; Bairro São José e outros.
[29] "Testa de Ferro" expressão que se refere à alguém que se apresenta em nome de outra pessoa, de alguma organização ou idéia que não é de sua própria autoria moral ou material, mas que apresenta ser.

indiferença(SIMMEL,1979), usados como ‘escudo’ de proteção radicalizando a violência e banalizando o crime.

Já segundo as entrevistas da maioria dos jovens presos por tráfico de drogas(os que confessaram, pois muitos afirmaram ser apenas consumidores), a justificativa da falta de trabalho, os baixos salários, ‘a vontade de ter as coisas’, as necessidades de sobrevivência própria e da família eram unânimes. Quanto a estes últimos suas perspectivas se mostraram de acordo com Zaluar(1994), para quem, na ausência de emprego e entregue a todos os atrativos fantasiosos, televisionados de consumo, os jovens tornam-se valentes e desbravadores.

O quadro de desemprego do país para a autora tem principalmente como vítimas os jovens pobres brasileiros, que são empurrados ao crime por se apresentar no primeiro momento, o momento de desespero muitas vezes, o caminho mais aberto.

A necessidade de consumo imposta pelo modo de produção capitalista, exacerbado nos dias atuais, associada à lógica que preconiza o consumo como determinante de nossas identidades(ou seja, quem somos e a quais grupos pertencemos) instiga cada vez o consumismo. Entre os jovens pobres, o crime do tráfico é o caminho mais fácil encontrado para poder inserir-se na sociedade de consumo brasileira, já que no Brasil uma das características socioeconômicas mais evidenciadas é o grande número de desempregados jovens. Segundo recente pesquisa realizada pelo Jornal Folha de São Paulo, os jovens entre 16 e 24 anos representam 50% do total de desempregados no país. Seja pela inexperiência, ou falta de escolaridade, esses jovens são as principais vítimas do desemprego.

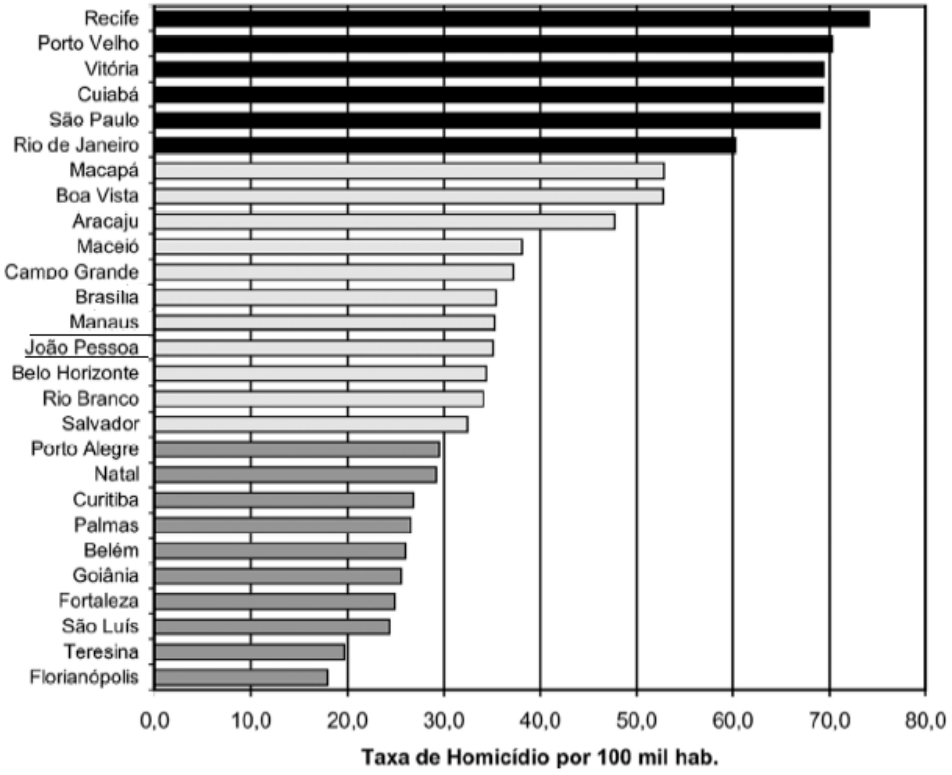
Outra pesquisa realizada na Paraíba, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado(2002), indica que entre os criminosos envolvidos em assaltos a mão armada, 70% são jovens entre 16 e 25 anos pertencentes às famílias pobres da população e moram nas favelas ou em comunidades pobres das principais cidades do Estado. Além disso, esta pesquisa indicou que esses jovens também são as maiores vítimas dos homicídios realizados na Paraíba. Em João Pessoa a taxa de homicídios contra a população jovem em 1991 era de 27,8%. Esse índice passou para 87,8% em 2000(SSP/PB,2002). Esse aumento de homicídios entre os jovens paraibanos ainda segundo a Secretaria de Segurança pública está fortemente relacionado com o narcotráfico.

Essas estatísticas pronunciam que as constantes imagens que vemos na mídia local não estão tão fora da realidade vivida em João Pessoa(pelo menos qanto aos crimes ocorridos nos bairros populares da cidade). Apesar dos efeitos negativos que desenvolvem, principalmente quanto aos estigmas, os programas tem retratado o cotidiano principalmente da violência

relacionada aos crimes violentos, que assim como em outras cidades, parecem estar principalmente relacionados com o tráfico de drogas. (Zaluar,2004)

Indicadores de violência ainda são poucos registrados e divulgados no País. Um dos mais usados para medir o nível de violência do Brasil, é o número de homicídios. Segundo relatório da FUNASA(Fundação Nacional de Saúde), os homicídios são a segunda causa de mortalidade na população em geral no país, atrás apenas das doenças cardíacas. (FUNASA,2000). Através do gráfico 2 a seguir, temos uma visão comparativa da situação de crimes por homicídios entre as capitais brasileiras.

GRÁFICO 2: TAXAS DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIOS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS. 2000



Fonte: RIPSA, Indicadores e dados básicos - IDB 2003, disponível em http://www.datasus.gov.br

Observando o gráfico 2, vemos que João Pessoa no ano 2000 registrou taxas superiores a 30/100.000 habitantes, ficando a frente de cidades metropolitanas do Nordeste, como Salvador e Fortaleza. Logo, percebemos que a realidade de cidade pacífica no ideário de alguns moradores não é algo tão verídico. É se comparado com outras cidades como Rio de Janeiro, São Paulo ou mesmo Recife, tão próxima a nós, mas que apresenta taxas de homicídios superiores a 70/100.000 habitantes, ou seja, mais de duas vezes maior do que a nossa.

Ainda a respeito dos números de homicídios na cidade, verifiquei que esses crimes são os que ganham destaque, como na notícia a seguir, que comenta números alarmantes sobre homicídios em João Pessoa.

> **Domingo, 08 de Fevereiro de 2009. VIOLÊNCIA: Polícia registra 71 mortes em menos de 40 dias**
>
> Um número bastante preocupante para as autoridades policiais e para a população em geral. No livro de entrada e saída de cadáveres do DML de João Pessoa, consta um total de 71 pessoas em 40 dias. Sessenta e três pessoas foram mortas a tiros em diversos bairros de João Pessoa. Seis casos ocorreram com arma branca (faca, facão, punhal e foice), um caso de morte através de pedradas e um por estrangulamento. Totalizando 71 homicídios.
>
> (Disponível em: http://jfilho.com/noticia.php?intNotID=1515)

Através dessa notícia, observa-se que na maioria dos homicídios ocorridos, as armas de fogo foi o veículo mais usado para a realização do crime. Isso apontou que algumas questões que envolvem armamentos, como maior controle de porte de arma, fiscalização contra comércio ilegal de armas, fiscalização e apreensão de armas clandestinas, são sumariamente importantes para o combate a violência urbana em João Pessoa. Como também foi apontado no caso de estudos de outras cidades brasileiras assim como no caso do Rio de Janeiro(MACHADO DA SILVA e LEITE, 2004), e outras.

Apesar dos homicídios terem sido destacados nos noticiários, verifiquei que muitos tipos de violência foram também publicados. Violência doméstica, contra mulheres, crianças, idosos, deficientes, violência em espaços públicos, assaltos de diversos tipos, seqüestros, estupros, entre outros. Contudo, observei que através da mídia, a maior parte dos crimes além de relacionar jovens pobres da cidade também estavam relacionados às drogas, assim como mostra a próxima notícia.

> **Quinta 11 de Setembro de 2008**. **GOE desarticula quadrilha acusada de tráfico de drogas**
>
> Policiais do Grupo de Operações Especiais (GOE), prenderam na noite desta quarta-feira, na capital, Larissa, 21 anos, Derick, 23 anos e Janduir 25 anos, todos acusados de tráfico de drogas. Larissa e Derick foram presos na Praça da Paz, nos Bancários, no momento em que iriam entregar a droga para um ‘cliente’. Com eles, foram encontrados 68 papelotes de cocaína. Depois, os dois disseram aos policiais onde estava o fornecedor da cocaína, Janduir, que foi preso logo em seguida na principal do bairro do Bessa.
>
> Disponível em:
> (http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=49396)

Para esta pesquisa a violência urbana em João Pessoa se mostrou uma categoria social presente nas experiências cotidianas dos seus moradores de maneira geral, seja através das experiências reais vividas por estes moradores ou por pessoas próximas, ou como as experiências acompanhadas pela mídia.(KOURY,2008)

Segundo as entrevistas que realizei entre os moradores do bairro, notei que todas as pessoas tinham uma idéia pronta sobre violência, e sobre violência urbana. Não foi raro exemplos discorridos, vividos pelos entrevistados, por membros da família, ou vizinhos, ou mesmo os assistidos em programas da televisão, como o que acompanhamos. Logo, me reporto a Machado da Silva(2004), quando discorre sobre violência urbana.

> Uma categoria do entendimentode senso comum coletivamente construída para dar conta do fato de que faz parte da vida cotidiana um complexo de práticas do qual a força é o elemento aglutinador, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo.
> (Machado da Silva, 2004 p.33)

Neste sentido, considero que em João Pessoa, ao abordar violência urbana, estamos nos remetendo principalmente aos tipos de violência relacionadas às drogas. Que segundo Caldeira(2000), em São Paulo, assim como Machado da Silva e Leite(2004) no Rio de Janeiro, entre outros, se constitui os exemplos mais típicos de violência das cidades, e que portanto caracterizam a violência urbana.

Através do relatório de pesquisa realizada em 2007[30], encomendada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, que observou a situação de violência nas unidades de serviços da Prefeitura em 17 bairros[31]podemos tirar algumas conclusões a respeito da violência existente nestes espaços.

Antes, porém se fazem necessário alguns comentários esclarecedores sobre essa pesquisa quantitativa. Os bairros que fizeram parte da pesquisa foram pré-estabelecidos. Nota-se que são exclusivamente bairros da zona sul da cidade, portanto considerados bairros populares. As unidades de serviços municipais investigadas foram: as Unidades de saúde da Família(USF), Hospitais municipais, Centros de Referências, Creches, e Escolas. Foram

[30] Realizada pelo Instituto de Pesquisa Quatro- IP4. Instituto de pesquisa de mercado e opinião, que realiza estudos qualitativos e quantitativos. Localizada na Av. Governado Flávio Ribeiro Coutinho n°300, Edifício Praia Shopping - Sala 107 João Pessoa/PB Fone: (83) 3246-4141. Site:WWW.IP4.com.br

[31] Mangabeira, Cruz das Armas, Valentina, Cristo, Funcionários, Alto do Mateus, Geisel, Costa e Silva, Grotão, José Américo, Castelo Branco, Indústrias, Bancários, Jardim Veneza, Ernani Sátiro, Esplanada e Jardim Planalto.

realizadas 990 entrevistas, entre usuários e servidores dessas unidades, com margem de erro de 3,4% e um coeficiente de segurança dos resultados de 95,5%.

Segundo o relatório dessa pesquisa, 51,89% dos entrevistados nas USF e 35,85% dos entrevistados das escolas dos bairros já citados, responderam que existe tráfico de drogas nas proximidades destas unidades de serviço municipais em seus bairros. Foi observado ainda que em todos os bairros que fizeram parte da pesquisa há pelo menos um ponto de tráfico de drogas. Aproximadamente 66% dos entrevistados nas escolas presentes nestes bairros de João Pessoa confirmaram a existência de tráfico de drogas no interior dessas escolas[32].

Com relação aos casos de violência entre os usuários dessas unidades de serviços 48,91% dos usuários da USF e 36,96% dos usuários das escolas revelaram terem sido vítimas de algum tipo de violência nas proximidades destas unidades.

Quando questionados sobre suas opiniões a respeito dos motivos que levam aos casos de violência, 72% dos entrevistados associam tais casos com a venda e/ou o consumo de drogas.

Tais resultados fortaleceram nossa percepção de que o crescimento dos índices de violência na cidade nos últimos anos está ligado ao crescimento do tráfico e do consumo de drogas entre os moradores de João Pessoa. Envolvendo principalmente jovens e adolescentes das classes populares da cidade, que buscando sonhos muitas vezes 'descartáveis', tornam-se eles mesmos, mais descartáveis do que seus próprios sonhos.

[32] Em alguns desses bairros não há escolas municipais.

4. O BAIRRO DE BANCÁRIOS E A VIOLÊNCIA DA SEGREGAÇÃO

Neste capítulo procuro apresentar mais precisamente o objeto de observação dessa pesquisa, a segregação existente no bairro de Bancários que se realiza sobre uma de suas comunidades, o Timbó.

Na primeira sessão descrevo um pouco o perfil do bairro e destaco algumas de suas diferenciações internas, que em muito contribuem para a existência da segregação, além disso, também apontamos mais um elemento que em nossa visão favorece a segregação no bairro, as condições de representação coletiva existente. Na segunda sessão procuro enfatizar os usos diferenciados do espaço público mais visitado do bairro, a Praça da Paz, pelos moradores do bairro, com a intenção de mostrar alguns conflitos gerados pela convivência com a alteridade e situações segregacionistas sobre os moradores do Timbó.

Na terceira sessão apresento alguns fatos acontecidos entre moradores do Timbó e demais moradores do bairro. Tais fatos trazem à tona alguns discursos segregacionistas.

Na penúltima sessão destaco o objeto de segregação do bairro a comunidade do Timbó. Através da descrição da vida da comunidade procuro mostrar outros aspectos que comprovam sua segregação, e, sobretudo pretendo apresentar alguns efeitos que a segregação e o confinamento destes moradores desenvolvem sobre seus cotidianos. Por fim, na última sessão deste capítulo apresento algumas respostas que os moradores do Timbó realizam em contrapartida a essa segregação a que estão submetidos.

4.1 Bancários e suas diferenciações internas.

Com a expansão da Zona Sul da cidade, apontada como área periférica, ainda no final da década de 70 e início da década de 80 nasce o bairro de Bancários. Que geograficamente limita-se com os bairros de Castelo Branco, Anatólia, Jardim São Paulo, Jardim cidade Universitária, Altiplano Cabo Branco e Portal do Sol.

O bairro de Bancários[33] formou-se a partir da união de dois conjuntos residenciais, um denominado de Bancários, pois se destinava a essa categoria de trabalhadores, e o outro conjunto denominado de Professores, destinado principalmente aos professores do Campus I

[33] Consideraremos nesta pesquisa o bairro de Bancários nos seus limites geográficos apresentados pela Secretaria de Planejamento da PMJP(Ver anexo 4). Contudo, entendemos a necessidade de dar atenção a alguns elementos de bairros fronteiriços a Bancários como o Jardim Cidade Universitária, Anatólia e Jardim São Paulo.

da Universidade Federal da Paraíba, localizado muito próximo. O Conjunto dos Bancários teve sua construção iniciada no final dos anos 70, porém sua primeira etapa só foi inaugurada em 1980[34].

Conforme explica Lavieri e Lavieri (1999), o conjunto residencial dos Bancários foi financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação – SFH, e contou com a participação do INOCOOP (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte e Paraíba), na construção das casas.

Contudo, devido alguns problemas administrativos, e financeiros das primeiras instituições[35], responsáveis pela construção e financiamento dos conjuntos em suas várias etapas, entra como agente financeiro o banco Bradesco, que retoma as obras a tempo paralisadas e continua até o término das construção dos conjuntos. Com isso, estes últimos deixaram de ser direcionados apenas as classes a que se destinavam nas primeiras etapas da construção. Pois o Bradesco abriu linhas de crédito a quem se encaixasse no perfil sócio econômico exigido ao financiamento[36].

De forma que não apenas funcionários e professores da UFPB, ou bancários foram contemplados, mas depois das vendas das primeiras etapas dos conjuntos diversas classes de trabalhadores se interessaram e se agregaram ao projeto. Isso estimulou a construção de outros conjuntos, como o Anatólia, e Conjunto Jardim São Paulo e o Conjunto Jardim Cidade Universitária.

Em 1997, através da lei de nº 8.466[37], na gestão municipal da época, ficou estabelecido, que o Bairro de Bancários seria formado pela união dos conjuntos residenciais: Bancários, Jardim Cidade Universitária, Anatólia, Professores e Jardim São Paulo. Contudo, menos de um ano depois, em Setembro de 1998, quando se estabeleceu a divisão dos bairros da cidade, através da lei de nº 1.574[38] da Câmara municipal de João Pessoa, os conjuntos habitacionais acima citados são desvinculados administrativamente e com essa separação, cada um em particular é reconhecido como bairro. Sendo que Bancários e Professores unem-se na formação do bairro de Bancários.

Há ainda hoje, entre os moradores destes bairros, uma certa confusão ao estabelecer as fronteiras entre um e outro. De forma que muitos indicam que moram em Bancários apesar de suas residências se localizarem em Anatólia ou Jardim Cidade Universitária.

---

[34] IHGP: Jornal União, Junho de 1980.
[35] IHGP: Jornal União, Março de 1980.
[36] Relato de alguns dos moradores do bairro.
[37] Ver anexo 5
[38] Ver anexo 6

Quanto as ruas que limitam o bairro hoje, o espaço do Bancários se restringe apenas a esquerda da Avenida João Rodrigues Alves que se prolonga com a Avenida Bancário Sergio Guerra(principal dos Bancários), até esquina da Rua Rosa Lima dos Santos, a partir desta em toda sua extensão(Rua da Pneu shop, esta rua divide Bancários do Jardim Cidade Universitária), chegando até ao declive do Timbó II e se ligando com a Rua Neuza Meira (Rua do Som do Timbó, e entrada do residencial Samambaia) que por sua vez se liga ao início da Rua Radialista Antônio Assunção, que também divide Bancários do Jardim Cidade Universitária. Após a Rua Rosa Lima, já no Timbó II prolonga-se a ladeira do Timbó, a qual liga-se diversas ruas da comunidade, chegando até as margens do rio Timbó, na rua Antonio Camilo dos Santos.

A organização comercial estabelecida em suas principais avenidas oferece aos moradores uma variedade de produtos. Na avenida principal do bairro encontram-se diversos tipos de pontos e serviços comerciais. Entre eles, o Shopping Sul inaugurado em 1998[39] que atende a população do bairro e adjacências. Oferecendo desde o comércio de confecções, calçados, artigos do lar, serviços de bancos, assim como representa um local de lazer, aos seus usuários, através das opções da Praça de alimentação, com música ao vivo, e da sala de Cultura, onde ocorrem apresentações de entretenimento.

O Shopping ainda representa importante centro gerador de empregos diretos e indiretos, para a população principalmente do bairro. Muitos dos funcionários das diversas lojas são moradores dos Bancários, assim como os funcionários da administração, da segurança e de serviços gerais do Shopping.

Percebemos que o bairro tem atraído cada vez mais novos moradores. E devido à necessidade de mais acomodações a estes, muitas casas dos conjuntos Bancários e Professores, tem dado lugar a edifícios, de arquitetura moderna, e que notadamente apresenta-se com estrutura superior aos já existentes no bairro.

Quanto aos serviços públicos o bairro possui duas escolas municipais, Aruanda e Olívio Ribeiro Campos. Há ainda no bairro duas escolas Estaduais a Francisca Ascenção da Cunha e a Dom Carlos Coelho. Possui também três postos de Saúde do PSF, chamado PSF Bancários, e dois outros chamados PSF Timbó I e PSF Timbó II. Além destes espaços existe também no bairro o Centro de cidadania, ligado a secretaria de desenvolvimento social da PMJP. E a Praça da Paz, atraente espaço público de lazer e de esportes.

[39] IHGP: Jornal A União, Caderno dos Bairros, 2003. Esse Shopping, localiza-se no Bairro de Anatólia, contudo numa avenida que faz fronteira com Bancários, a Sérgio Guerra(do lado direito), é um dos elementos de suma importância para a análise das formas de segregação do bairro.

Segundo alguns moradores antigos no bairro com quem conversei informalmente, desde o início da estruturação do bairro de Bancários, os espaços destinados às praças dentro dos projetos do bairro, se apresentavam na prática como grandes terrenos baldios sem edificações, abandonados pela gestão pública. Estes espaços muitas vezes serviam de forma improvisada como área de lazer, na maioria das vezes, campos de futebol. Contudo, segundo Silva(1999), sem estruturas específicas, sem iluminação. Como foi o caso do espaço que hoje ocupa a Praça da Paz, e como é o caso atualmente de outros terrenos.

A Praça da Paz localiza-se em frente ao Shopping Sul, na Rua Empresário João Rodrigues Alves. De acordo com Santos(2002), casos de violência eram constantes naquele terreno. Assaltos, estupros, seqüestros relâmpagos enfim, foram noticiados pela mídia e segundo ela tiveram como palco o tal terreno abandonado do bairro, de forma que a população temia sair de casa principalmente à noite naquela região. Após sua inauguração a praça trouxe modificações importantes na rotina de muitas pessoas do bairro. Sendo local de muitas atividades, esportivas e culturais.

Através do levantamento bibliográfico verifiquei que entre as décadas de 70 e 80 João Pessoa teve um crescimento de seu espaço urbano em taxas superiores a 100% (SCOCUGLIA, 1999). Acreditamos que Bancários, Mangabeira e Valentina contribuíram para esta estatística, pois o espaço que forma atualmente estes bairros, anteriormente compreendia grandes unidades rurais destinadas à criação de animais e a agricultura.

Ainda segundo Scocuglia(1999), é principalmente entre as décadas de 70 e 80 que intensificam-se os processos de estratificação social da cidade de João Pessoa, ressaltado pelo afastamento das classes mais empobrecidas para os bairros construídos na zona sul da cidade.

Quanto à estratificação social da cidade alguns estudos (RIBEIRO, 2006; ANDRADE, 2007) apontam Bancários como bairro de periferia, já que sua localização se dá na região sul da cidade. Junto a Mangabeira, que se caracteriza como um dos maiores conjuntos de população de baixa renda em João Pessoa.

Contudo, observei que entre os moradores dos conjuntos residenciais Bancários e Professores, atualmente há outra percepção com relação a isso. Eles mesmos não se vêem como periferia.

Através de vivência própria, percebi que a realidade do bairro atualmente é bem diferente da época em que começou a se formar. O poder público municipal tem incrementado ao longo de anos o setor dos conjuntos do bairro com uma série de obras de infra estrutura e de serviços, a mais recente a construção da Praça da Paz, obras essas que também

contribuíram para aumentar as diferenciações internas ao bairro, pois não se estenderam para todos os locais de forma igualitária.

Além do investimento público nestes conjuntos, é possível observar que a maioria de suas casas foi reformada, recebendo melhorias que trouxeram modificações consideráveis a paisagem do bairro e na qualidade de vida de seus moradores.

Essas benfeitorias realizadas nas residências dos conjuntos Bancários e Professores, somada a arquitetura das novas construções, mais modernas e sofisticadas, tem modificado não somente a paisagem desse setor do bairro, mas vem redefinindo a subjetividade dos seus habitantes, e de moradores de outros bairros da cidade.

O bairro de Bancários então se revela como um bairro em emergência, que tem se destacado dos outros bairros populares da Zona Sul da cidade, como Mangabeira e Valentina, mas que ainda possui uma população heterogênea sócio economicamente.

O trecho abaixo retirado de uma das entrevistas com morador do Conjunto dos Bancários retrata essa percepção.

> Bancários têm duas realidades bastante fortes, primeiro ele é um bairro bastante valorizado, é um bairro em que as pessoas buscam se igualar aos bairros da praia. É um bairro que estruturalmente é bom, em que as pessoas especialmente que eu convivo, são pessoas que estudam, são pessoas que trabalham, é um bairro que está em ascensão, mas é um bairro que ainda vive de aparência, porque no geral as condições das pessoas são muito diferentes[...] está muito valorizado em termo de arquitetura e de construção ele está crescendo e chega a ser comparado ao valor de compra, dos bairros nobres, que dizer há um suposto que aqui só mora pessoas de alto nível, o que é uma inverdade...
> (Mardônio Júnior, 26 anos, Morador de Bancários)

As fotos 1 e 2 a seguir demonstram bem as transformações nas estruturas das residências dos conjuntos dos Professores e Bancários. Mas podem demonstrar ainda que dentro do mesmo setor as diferentes formas de habitação, revelam a existência de diferentes condições socioeconômicas entre os seu moradores.

Na primeira foto, uma casa sem reforma revela que há nesta área do bairro aqueles moradores que não ‘emergiram’ economicamente como comentou a maioria. Mas por outro lado, através da foto 2, pudemos destacar, através dos instrumentos de segurança intalados na residência, o mecanismo simbólico de comunicar um código de status superior dos moradores dessas residências, para os demais moradores do bairro, conforme nos chama atenção Caldeira(2000).

FOTO 1: Casa do Conjunto dos Bancários que não foi reformada.Créditos: Cristiane Leal

FOTO 2: Casa do Conjunto dos Bancários reformada. Créditos: Cristiane Leal

O efeito dessas diferentes possibilidades de residências nos demonstra mais uma vez que a heterogeneidade é presente também entre os moradores dos conjuntos entre si. Assim como é observada através dos contrastes existentes entre estes moradores, e outros grupos sociais, que também residem no bairro, mais propriamente os moradores do Residencial Paulo Miranda e da comunidade do Timbó.

Através da imagem via satélite é possível observar as localizações dessas comunidades do bairro, assim como também pudemos observar a dispersão das residências sobre o espaço,

e através disso verifica-se a forte densidade residencial no Timbó, o que segundo Park(1979), contribui para os conflitos e disputas entre esses moradores. [40]

O Residencial Paulo Miranda é formado por edifícios e por casas. Os edifícios são modestos (tipo caixão), constituídos de apartamentos com até 70m². Não possuem varanda, nem área externa de lazer e não ultrapassam o terceiro andar. As casas do Paulo Miranda são também mais simples do que às casas já reformadas dos conjuntos dos Bancários e dos Professores.

As fotografias 3 e 4 apresentam as residências que constituem o Paulo Miranda. Tanto os espaços das casas como dos edifícios, desse residencial possuem saneamento, ruas calçadas, mas por estarem mais distantes da avenida principal do bairro contam com um reduzido serviço de transporte coletivo. As principais insatisfações dos moradores do Paulo Miranda estão relacionadas principalmente ao serviço de trasporte público, e as dificuldades de acesso, devido à distância, aos pontos comerciais do bairro e a Praça da Paz.

FOTO 3: Casas do Condomínio Paulo Miranda. Créditos: Cristiane Leal

[40] A Segregação espacial do bairro pode ser visualizada através da imagem de satélite presente no anexo 7.

FOTO 4: Edifícios do Condomínio Paulo Miranda, Bancários. Créditos: Cristiane Leal

Segundo os dados do IBGE(2000), estes dois primeiros setores do bairro (Conjuntos dos Bancários, professores e Paulo Miranda) possuem no total 1.836 domicílios, e abrigam aproximadamente 7.056 moradores. Calculando a média de moradores por domicílio neste setor teremos um número de 3,8 pessoas por domicílio.

Ainda de acordo com o IBGE(2000) a média de rendimento por pessoa responsável por cada domicílio neste setor do bairro é de R$ 1.500,00, e estes responsáveis pelos domicílios em sua grande maioria possuem nível superior de instrução e formação profissional.

Já no survey[41], com relação aos moradores deste setor do bairro, detectei uma grande heterogeneidade econômica. Algumas pessoas revelaram ter rendimento acima de R$ 4.000,00, outras pessoas disseram ter rendimento até R$ 3.000,00, outras até R$ 2.000,00 e ainda houve os que disseram receber até R$ 1.000,00.

Além disso, também através do survey, verifiquei que muitas pessoas que moram nos conjuntos e no Paulo Miranda são de origem de outras cidades do Brasil, possuem costumes diferenciados, e formação profissional diversa existindo desde os que possuem o ensino fundamental até os que possuem nível superior com pós graduação.

Essas diferenciações financeiras além das diversidades culturais, de gostos, e necessidades pessoais, influenciam diretamente em seus modos de vida, na utilização ou não dos serviços de educação, saúde e transportes públicos, em suas formas de lazer, além de se refletir nos tipos de edificações de suas residências.

[41] Sabendo que os dados informados pelo IBGE eram relativos ao ano 2000, ou seja, defasados em 8 anos, esse instrumento contribuiu muito para nos aproximar mais de valores atuais de renda, número de habitantes e outros.

Neste primeiro setor verifiquei que seus moradores são mais resguardados em utilizar as ruas. O indidividualismo e a privação da vida é algo perceptível nesta área do bairro. Salvo, no espaço da Praça da Paz, as demais ruas são esquisitas, principalmente a noite, e seus moradores não expressam o desejo de usar os espaços das calçadas para convívio com a vizinhança.

Já com relação ao segundo setor que compreende o Timbó, a realidade é bem diferente. Quanto aos rendimentos dos seus moradores, nosso survey nos demonstrou que há entre alguns desses moradores os que possuem rendimento familiar de aproximadamente R$1.000,00. Nestes poucos casos, observei algumas situações que contribuem para a formação dessa receita que podem acontecer de maneira simultânea em algumas famílias ou não. A primeira delas é que há uma participação de vários membros da família, formada principalmente por adultos. A segunda é que contam também com os rendimentos provenientes de aposentadorias ou pensões de pessoas idosas. E a última é que alguns têm como principal receita os lucros do comércio de entorpecentes. A grande maioria das pessoas dessa área publicou, porém, ter rendimento familiar inferior a R$ 600,00 por mês, alguns deles chegaram a calcular que recebem menos de R$ 300,00.

De acordo com o IBGE(2000), o setor do Timbó possui um total de 740 domicílios, que abrigam aproximadamente 3.204 moradores o que nos dá em média 4,3 moradores por domicílio. O rendimento médio mensal do responsável por cada um deste domicílio é em torno de R$ 241,00 e estes responsáveis possuem apenas o ensino fundamental. O índice de desemprego destes moradores é grande, devido a isso muitos trabalham na informalidade, e em condições precárias, esse assunto será mais bem estudado adiante.

Em João Pessoa “a população pobre está em toda a parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos.” (DURHAM,1996. p.2). Essa realidade da cidade pode ser demonstrada através do formato social que compõe o bairro de Bancários, na medida em que nem o padrão da estrutura física da parte “emergente” do bairro, nem suas condições sócio-econômicas se estendem para a comunidade do Timbó.

Retratando um pouco a história do Timbó cheguei ao conhecimento de que era antes um terreno plano formado por barro, que pertencia ao Sr. Paulo Miranda, proprietário de grandes porções de terra na zona sul da cidade. Segundo relatos de moradores o terreno ganhou o declive devido à retirada do barro que ali continha para servir de aterro no calçamento de algumas avenidas da cidade. Após o período de escavação, o espaço que já não mais pertencia ao primeiro proprietário, sendo abandonado, chamou a atenção de algumas

famílias, principalmente pessoas vindas do interior ligadas às atividades da agricultura. Alguns membros dessas famílias que começaram a habitar o espaço desenvolviam ali pequenas plantações as margens do rio Timbó, enquanto outros procuravam trabalhar em outros segmentos na cidade.

As residências do setor do bairro onde se localiza a comunidade do Timbó são visivelmente mais carentes e contrastam em termos de infra-estrutura, com as outras partes do bairro já apresentadas. Porém segundo relatos dos entrevistados a situação deste espaço já melhorou muito graças aos esforços dos próprios moradores.

> Quando eu vim morar aqui há 16 anos isso aqui era uma coisa horrível, era muita pobreza mesmo, casas de taipa, de lona, hoje as casas são todas de cimento, a água tinha que carregar do rio, só o que tinha de bom é que naquele tempo o rio era limpo. Pra tudo se usava a água do rio. A gente tomava banho de rio. Pra vista do que era antes o Timbó hoje é rico!
> (Mônica, Agente Social do Timbó)

Para confirmar esta realidade utilizei também o método da fotografia para fazer comparações. Na primeira situação, segundo relatório da FAC de 1994, algumas casas do Timbó encontravam-se em situações de extremo risco, pois além de estarem localizadas abaixo das encostas, eram construídas com papelão, lona e outros materiais. A foto 5 a seguir demonstra essa realidade habitacional do Timbó em 1994.

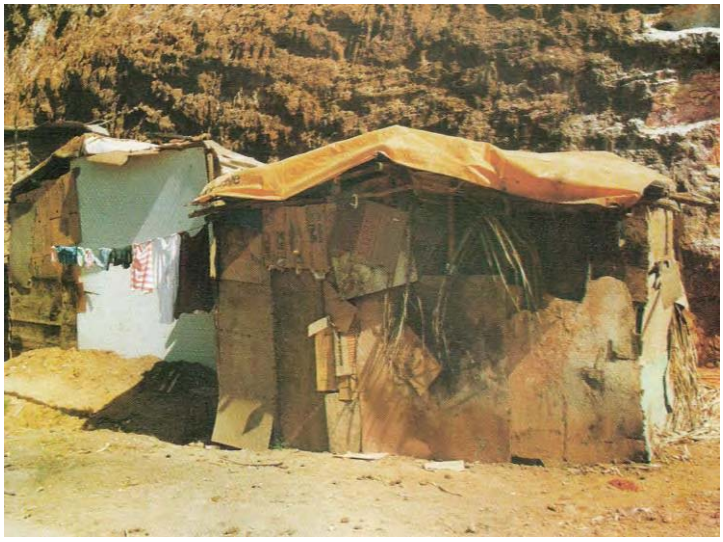


FOTO 5: Casas próximas a barreira, feitas de papelão e lona. Timbó II em 1994. Créditos: FAC

Atualmente, segundo as observações que fizemos no lugar não encontrei nenhuma casa de taipa. Mesmo em situação precária, todas as casas são de alvenaria, muitas delas inacabadas.

FOTO 6: Casas próximas a barreira na mesma rua da foto anterior, agora feitas em alvenaria. Timbó II em 2008. Créditos: Cristiane Leal.

Tendo sido considerada uma das ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) de João Pessoa recentemente, o Timbó apresenta atualmente grandes necessidades de intervenção em sua urbanização. As fotografias 7 e 8 expostas a seguir demonstram as condições de infra estrutura do Timbó. Ruas sem calçamento, falta de saneamento, que entre outros elementos torna a vida de seus moradores bem diferentes das condições de vida dos outros espaços do bairro totalmente servidos de infra estrutura urbana.

FOTO 7 : Timbó II. Ruas sem calçamento. Créditos: Cristiane Leal.

FOTO 8: Timbó II. Esgoto a céu aberto. Créditos: Cristiane Leal.

As péssimas condições de estrutura urbana presente no Timbó é indicativo do não investimento público na promoção de melhores condições de habitação naquela comunidade. Os usos socialmente 'injustos' dos benefícios públicos gerados no bairro entre os moradores de Bancários, a falta de acesso à infra estrutura urbana para os moradores do Timbó, é na visão desta pesquisa um dos elementos que favorece a existência da segregação no bairro (PRETECEILLE,2003).

No Timbó, devido à inexistência de saneamento e de calçamento das ruas outros problemas surgem com efeitos negativos sobre a qualidade de vida das famílias que ali

residem. O principal, relacionado à saúde da população. A falta de saneamento favorece o grande índice de verminoses, e outras doenças, como aponta uma agente comunitária de saúde.

> Olhe aqui o maior problema é a falta de saneamento, a saúde do povo daqui sofre muito, por conta das condições das ruas. Se uma criança cai, isso já é um problema, porque o esgoto contamina tudo, então daquele pequeno arranhão já vira uma inflamação. As crianças aqui são as que sofrem mais. Por conta de vermes, e das outras doenças de pobre. Doenças que são resultados da falta de estrutura desse lugar.
> (Monica, Agente social Timbó II)

A falta de infra estrutura, reflexo da falta de intervenção do Estado, determina a privação de outros serviços públicos a todos os moradores da comunidade, como segurança, atendimento de emergências de saúde e coleta de lixo, limitando ainda mais a garantida do exercício da cidadania desses moradores.

As diferenciações físicas e estruturais do bairro refletem as diferenciações socioeconômicas de seus moradores. Mas muito mais que isso, refletem suas diferentes possibilidades de habitar a cidade, e seus diferentes níveis de participação e inserção social.

Sposati(1999), em "Exclusão social abaixo da linha do Equador", destaca que a exclusão é um mecanismo de separação social a tempos presentes na sociedade, mas que ganhou novas ordens no final do século XX. Caracterizando-se substancialmente por confrontar-se com as idéias dos direitos humanos e de cidadania. Nos moldes dos direitos humanos, sendo os indivíduos considerados como semelhantes, e portanto dotado dos mesmos direitos, a exclusão social passa a ser considerada não apenas pelo viés econômico, mas sobretudo, pela ótica da cidadania. Desta arte comenta a autora.

> A exclusão tem por patamar a igualdade, a equidade e a cidadania, conquistas estas da sociedade, na segunda metade do século XX. Face a esta compreensão é que coloco a exclusão no patamar de conceito/denúncia do aviltamento do estatuto universal da condição humana. (Sposati,1999,p.3)

Logo, as diferenças internas ao bairro passam sobretudo, pela verificação da existência de diferentes níveis de cidadania entre os seus moradores. A anulação do exercício à cidadania entre parte dos moradores do Timbó, é um dos fortes elementos que comprovam sua segregação.

Além desses aspectos, outro elemento peculiar ao bairro, também colabora neste mesmo sentido. Considero que as condições de representatividade de Bancários manifestada na formação de lideranças que não se articulam em função dos mesmos objetivos, destacam a hierarquização dos seguimentos sociais do bairro, e por sua vez, enfraquece a aproximação dos diferentes grupos sociais existes em seu espaço.

Existem atualmente três associações de moradores em Bancários. A Associação das comunidades Bancária e Universitária (AMCBU), a associação dos moradores do residencial Paulo Miranda e a associação dos moradores do Timbó.

Através de entrevistas com esses líderes percebemos que não há entre eles uma convergência de interesses. Cada liderança luta pelos interesses de seu espaço e da comunidade que representa. Independente dos envolvimentos políticos que esses líderes possuem e de suas maiores pretensões, procurei destacar que suas reivindicações além de expressar os desejos de uma determinada coletividade, também demonstram diferentes realidades de vida em cada setor do bairro. Além disso, algumas dessas reivindicações, da maneira que foram expressas através das entrevistas que realizei com tais líderes, terminaram por se constituir em discursos segregacionistas como podemos perceber no trecho abaixo.

> Bancários precisa de iluminação, a gente pede mais praças, apesar da nossa aqui que a gente tem muito orgulho dela... A gente precisa de segurança... Aqui a gente sofre muito com os meliantes, com tarados, com ladrões e menores infratores. Uma praça pra lá, [***o entrevistado aponta pra o lado do Timbó***] seria muito bom pra eles, seria mais próximo. E pra gente porque amenizava as coisas aqui. Uma delegacia aqui tem que ter, porque as coisas acontecem aqui e ficam por isso mesmo, porque quem é que vai lá pra Mangabeira pra prestar uma queixa? Então eles sabem que aqui ninguém faz nada aí é que eles vem mesmo pra cá pra fazer desordem. [***novamente o entrevistado faz sinal (de lá) apontando pro Timbó, (pra cá) apontando pro seu lugar***.] (Américo, presidente da AMCBU)[42]

Na citação do líder da AMCBU, observei que suas reivindicações expressam entre outras coisas o desejo por segurança. Contudo, fica claro segundo suas expressões(orais e gestuais) que para que isso seja alcançado há a necessidade de afastamento dos outros grupos sociais do bairro, mais especificamente do Timbó, com a criação de praças próprias para eles, com a criação de delegacia e policiamento que inibam suas ações.

[42] Grifos nossos para destacar as expressões corporais do entrevistado.

Sua idéia estigmatizante se apóia na criminalização da pobreza, sua intenção de afastamento da comunidade pobre, e da ação do Estado punitivo de forma mais rigorosa, pode ser comparada em alguns aspectos ao que Wacquant (2005) chama de 'marginalidade avançada'. Expressão usada por esse sociólogo para designar a existência do regime de clausura excludente e exílio sócio espacial dos 'condenados da cidade'.

Essa idéia é também compartilhada por outros moradores do bairro(ligados ou não a AMCBU). Essas posturas por sua vez, enfraquecem os relacionamentos entre os seus diferentes moradores, criam rixas entre alguns deles, e diminuem o poder de representação e de reivindicação do bairro como um todo junto à administração pública.

Esse último trecho, e as duas citações adiante foram retirados das entrevistas que realizei com os líderes de cada comunidade, e tratam sobre suas reivindicações nas reuniões do Orçamento Democrático.

A solicitação da liderança do Paulo Miranda demonstra uma das características de uma parte desses moradores, são trabalhadores e usuários de transportes coletivos. Suas principais necessidades giram em torno do serviço de transportes urbanos nas áreas próximas a essa comunidade. Assim expressas na fala da líder comunitária.

> A maior carência daqui da gente é com relação a transporte, porque aqui só passa uma linha de ônibus, aqui muita gente tem carro e tudo mais, só que quem não tem, tem que andar bastante até chegar ao trabalho, muitas já chegam suadas, cansadas... Tem gente que vai andando pegar o ônibus lá na Praça, vai de Havaiana's e leva o sapado de salto na sacola, só depois que entra no ônibus calça o sapato, então a gente pede sempre é transporte público. **(**Vice- presidente da associação do Paulo Miranda**).**

E quanto às reivindicações do líder do Timbó, elas expressam as maiores necessidades dessa comunidade, que por anos impossibilitada de ser ouvida e atendida, dadas suas limitações com relação ao plano legal do seu território, hoje buscam a ação do Estado Provedor dos serviços públicos de que precisam.

> Essa comunidade tem muitas dificuldades, falta de saneamento, temos muitos esgotos a céu aberto. Infra estrutura, que a gente luta muito pelo calçamento. E o que o pessoal mais cobra aqui esse calçamento, que é uma dor de cabeça para qualquer presidente da associação. Por exemplo, aqui a gente não pede praça, a gente pede coisa de necessidade: saúde, educação e saneamento, porque aqui ninguém pode pagar isso. Transporte também é uma das dificuldades. O pessoal lá de cima fica pedindo outras coisas, pra

> que eu vou pedir praça se não tem nem rua calçada? O povo daqui precisa do básico que não tem...
> (Padre, líder comunitário do Timbó).

Entre os representantes das camadas mais 'pobres' de Bancários, a falta de apoio do segmento 'dominante' do bairro em relação aos seus objetivos soa como atitudes de insensibilidade e de recusa de colaboração. Tal opinião representa mais um motivo para o afastamento entre tais grupos, contribuindo, portanto para a fragmentação dos laços sociais.

4.2 A Segregação vista da Praça da Paz.

Diante da atual condição urbana, marcada pela radicalização da individualização, da exatidão, e indiferença nas sociabilidades, a perda dos laços sociais nas cidades em especial, acirrada com a heterogeneidade e as diferenciações socioeconômicas entre os grupos sociais, tem sido refletida em todos os espaços da cidade (SIMMEL, 1979). Sejam sob a forma da criação dos enclaves fortificados ou pela ótica do abandono da vida pública (SENNET, 1988).

Sabe-se que nas grandes cidades, os espaços de convivência perdem sentido diante do privilégio dado aos espaços privatizados, os espaços de auto-segregação (CALDEIRA, 2000). Na contra mão dessa lógica, em João Pessoa, a partir de 2006 foram revitalizados ou construídos, novos espaços públicos de convivência. As praças. Nessa pesquisa demos uma atenção especial a Praça da Paz, localizada em Bancários para analisar a segregação presente no bairro a partir das formas de apropriação e dos usos que os moradores nela realizam.

Ao longo da história das cidades, as praças vêm sendo transformadas e adaptadas às condições sociais de cada época (ROBBA e MACEDO, 2003). A construção destas novas praças em João Pessoa compõe um projeto maior de política pública, que visa oferecer aos moradores do bairro e aos seus vizinhos maiores opções culturais, esportivas, e de convivência. Contribuindo para a valorização da qualidade de vida dos residentes da cidade, e se propondo a modificar a visão das pessoas em relação à reserva em se utilizar os espaços públicos.

Além de tudo isso, um dos principais objetivos das políticas de construção ou revitalização das praças era promover maior interação entre os seus diversos usuários, que se

constitui de pessoas de diferentes idades, gêneros, níveis sociais e econômicos. A Praça da Paz faz parte então desse projeto, porém, apesar de ter modificado bastante o cotidiano do bairro, de ser a maior opção de lazer gratuito, nem todos os seus usuários que na maioria são os moradores do bairro, realizam os mesmos usos ou têm as mesmas possibilidades de apropriação. Assim como comentam Queiroz e Franch, (2008).

> Na Praça da Paz, os moradores do Timbó inserem-se de forma não problemática na posição de prestadores de serviços às classes médias, através do comércio informal. Porém, não se observa interação em projetos destinados à saúde e lazer, como por exemplo o Vida Saudável, apenas freqüentado por mulheres da parte "nobre" do bairro, ou o Segundo Tempo, reservado para os estudantes da rede pública, majoritariamente da comunidade do Timbó. (QUEIROZ E FRANCH, 2008; p. 64)[43].

Os usos mais comuns, lazer, e esporte, são desenvolvidos principalmente pelas camadas "privilegiadas" do bairro. Ficou muito evidente que alguns residentes do bairro, principalmente da comunidade do Timbó, utilizam a praça não muito como lazer ou para atividades voltadas a saúde, como caminhadas, e a participação em projetos desenvolvidos na praça pela gestão municipal. Mas utilizam esse espaço como ambiente favorável ao desenvolvimento de atividades comerciais, na maioria das vezes informais, assim como pode ser visualizado na fotografia 9 a seguir.

De forma que enquanto uns tem a oportunidade de distraírem-se, outros precisam movimentar-se e driblar as normas em busca de uma fonte de renda. Diante desta situação entendemos que "a cidade oferece a sociedade um conjunto ilimitado de escolhas e de condições de vida. Como cada um consumirá o espaço ou satisfará suas necessidades, dependerá do lugar que ocupa no processo de produção da sociedade" (CARLOS,1994 p.53).

[43] QUEIROZ, Tereza e FRANCH, Mónica (org). DA CASA À PRAÇA Um estudo de impacto do Programa de Recuperação de Parques, Praças, Passeios e Jardins da Prefeitura Municipal de João Pessoa. 2008.(PRELO)

FOTO 9: Comerciantes informais na Praça da Paz.

Verificando algumas atividades realizadas na Praça da Paz constatei que a maioria não promove interação entre os diferentes moradores, observei que os usuários que participam das atividades do Projeto Vida Saudável[44], e do Clube do Conto[45], são exclusivamente pessoas da classe média do bairro. Já o Projeto Segundo Tempo[46], tem participação exclusiva de crianças de escolas públicas do bairro, a maioria, porém mora no Timbó.

Nas atividades do Projeto Segundo Tempo, percebi certa separação entre algumas adolescentes e os demais participantes. Em entrevistas com algumas delas, ao perguntar por que não se envolviam com o outro grupo na brincadeira, deparei com discursos estigmatizantes quando se referiam aos colegas moradores do Timbó.

> É porque como elas moram no timbó, elas são um pouco assim, qualquer coisa já tem briga... Algumas são mais legais, são mais calmas, são essas que eu mais fico com elas sabe?[...] Minha mãe mesmo diz sempre quando eu venho pra cá, não fique perto daquelas meninas do Timbó, por que elas são de briga. Então eu não ando com aquelas de lá não, elas são barra pesada mesmo.
> (Tainá, 13 anos, moradora Bancários)

A fala da jovem residente em Bancários, mas que estuda em uma das escolas públicas do bairro, denuncia a orientação dada por sua família com relação ao comportamento que deve ter diante dos colegas do Projeto, mais especificamente aos que moram no Timbó. Tal

[44] Desenvolvido pela secretaria de saúde municipal.
[45] Que reúne principalmente poetas, professores da UFPB, e outras pessoas ligadas a literatura.
[46] Desenvolvido pela secretaria de educação municipal.

orientação que se baseia no afastamento, termina por criar dentro do projeto grupos bem definidos, implicando com isso o enfraquecimento dos laços de convivência entre esses adolescentes moradores do bairro.

Observados esses aspectos, é possível mais uma vez sentir as contradições relativas às possibilidades de exercício de cidadania entre os moradores de Bancários. Além dessas contradições já percebidas, outras foram surgindo na medida em que avançava com a pesquisa. Uma delas diz respeito a fragmentação interna do bairro.

Segundo Pierre Mayol(2003), o bairro supõe maior intimidade, domínio do espaço e estabelecimento de relações diversas, sendo por isso mesmo um ótimo observatório das relaçãoes sociais em sua dimensão mais cotidiana, é o lugar no qual os moradores e freqüentadores se apropriam. Essa apropriação vai se construindo no cotidiano através da repetição dos caminhos trilhados diariamente, das relações políticas e econômicas forjadas com vizinhos e comerciantes, e também através dos vários sentimentos que nascem da noção de estar no próprio território.

São nessas atitudes cotidianas que essencialemnte surgem os dispositivos socioculturais que fazem do bairro um lugar de reconhecimento entre as pessoas. Em seu estudo sobre o bairro da Croix-Rousse, Mayol(2003), considera o bairro "como o lugar onde se manifesta um 'engajamento' social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição" (MAYOL,2003 p.39).

Esse engajamento social destacado por Mayol, também pode ser verificado em Bancários, menos evidente(ou quase nulo) entretanto, quando observamos os relacionamentos entre moradores das diferentes comunidades. Mas, com mais força entre os moradores de uma mesma comunidade separadamente[47]. Através disso, e na medida em que percebia que não há o reconhecimento entre todas as pessoas do bairro de forma ampla(já que os moradores dos conjuntos ou do Paulo Miranda não se reconhecem em relação aos moradores do Timbó, nem o contrário acontece), passei a ter a sensação da existência de três bairros em um só.

[47] É evidente que alguns moradores de uma determinada comunidade estabelecem relações com moradores das outras comunidades, além de haver encontros nos pontos comerciais e em outros espaços, mas o que é mais forte entre essas comunidades é o distanciamento, e não um engajamento social.

Os usos realizados na Praça da Paz exemplificam bem as regras de convivência entre os diferentes moradores do bairro, construídas em Bancários. As práticas do local, embora não estejam registradas emblematicamente, são evidenciadas em comportamentos públicos como a linguagem e o vestuário. Ainda segundo Mayol(2003), é na maneira como se lida com essas práticas ou códigos simbólicos que vão se descrevendo no bairro quem são os 'dominadores', os 'trangressores' e os 'submissos'.

Quanto a essa categorização dos moradores do bairro proposta por Mayol(2003), alguns relatos entre os moradores do bairro podem evidenciar um pouco esta mesma perspectiva em Bancários. Neste sentido na tentativa de caracterizar um pouco mais os moradoes de classe média do bairro expomos a seguir trechos de entrevistas realizadas com algumas delas.

> Somos pessoas extremamente inteligentes, formadores de opinião, professores, pensadores, artistas. Bancários têm muitas cabeças pensantes[...]Nós somos singular e plural. Singular na formação sabe, na estrutura econômica[...] e plural porque cada um tem uma área diferente, tem seus costumes[...]Mas todos são pessoas que despontam em suas áreas, pessoas trabalhadoras, empresários[...] (Américo, Presidente da AMCBU).

> As pessoas que moram aqui você pode fazer uma pesquisa são pessoas do interior daqui da Paraíba, gente de Souza, gente de Cajazeiras, gente de sapé,gente de Guarabira. Então é uma mistura de municípios que tem aqui dentro do nosso Bancários, então com essa mistura agente começa a ver que o Bancários é um bairro popular, mas é um bairro que as pessoas respiram cultura, respiram arte e respiram a política também no bairro.
> (Ângela, diretora do Centro de Cidadania dos Bancários)

As últimas falas destacam algumas das características do grupo de moradores dos conjuntos do bairro, o grupo 'dominante' em Bancários. Suas características mais marcantes (por eles mesmo apontadas) seus estilos e ritmos de vida, se constituem nos elementos fundamentais para promover o reconhecimento entre esses moradores e para a efetivação do 'engajamento social' nesta área do bairro.

A diversidade na composição desse grupo ganha relevo tanto nos aspectos de suas origens quanto em relação à formação educacional e profissional que possuem. Suas representações, ainda procuram destacar os aspectos que de certa forma enobrece esse grupo

social, criando uma imagem e um efeito de posse de poder pertinente a esses moradores. Aliás, é exclusivamente deste grupo que pertencem os membros que compõem o comitê gestor da Praça da Paz. Esta equipe é responsável pelos cuidados com a Praça e por coordenar as atividades que nela se realizam. Além destes, outras pessoas que freqüentam a Praça diariamente, e que residem no bairro a muitos anos também contribuem para a manutenção da limpeza, da jardinagem, do monitoramento quanto ao zelo com os equipamentos e outros.

A Praça da Paz se constitui para um grupo de moradores do bairro a concretização de um sonho, planejado e batalhado junto à gestão municipal ao longo de dez anos. Uma equipe de moradores do bairro, formado por arquitetos, engenheiros, artistas, empresários, professores e funcionários da Universidade entre outros (os Estabelecidos)[48], elaboraram um anteprojeto intitulado 'Parque dos Bancários' ainda no ano de 1995. Nesse documento estavam descritas as pretensões daquele grupo para a área pública vazia que se localizava as margens da avenida principal do bairro e que hoje abriga a Praça da Paz.[49]

Todos os anos de reuniões e luta para a efetivação desse espaço de lazer do bairro fez surgir entre estes moradores um elo maior. A presença da praça confere ainda a estas pessoas a satisfação e orgulho de um implemento de sucesso no bairro. De tal sorte que se sentem cada um, um pouco dono daquele aparelho público, assim como comenta Mayol(2003) a respeito da apropriação do espaço, e por isso lhes cabem zelar por ele e impedir todo tipo de invasão de comportamento contrário a 'boa imagem' da praça.

Apesar de todos os cuidados, outros usos não esperados são também realizados. Considerados, porém como fora do convencional, são esse usos alvos principais dos 'cuidadores da praça'. Através desses usos destaca-se outra categoria de freqüentadores do espaço do bairro, 'os trangressores'. Este grupo se constitui pelos moradores de rua, por catadores de lixo, por consumidores de drogas, enfim aqueles que na opinião dos cuidadores 'não pertencem' ao grupo social, mais freqüente na Praça da Paz.(também poderíamos categorizá-los como os Outsiders)[50].

Volta e meia observa-se a presença de moradores de Rua na Praça da Paz. Crianças, adolescentes e adultos puderam ser vistos fazendo uso desse espaço como local de moradia,

[48] ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2000.
[49] Ver anexo 8, com projeto arquitetônico do Parque dos Bancários.
[50] Ibden,49.

de descanso, de esconderijo. Pessoas desfiliadas da sociedade. “Indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado” (CASTEL, 1998. p. 23).

As fotografias 10 e 11 exemplificam os usos que essas pessoas fazem da Praça da Paz. Suas presenças são motivos de reclamação e de evitação por parte de alguns usuários da classe média do bairro, ‘os cuidadores’. Que explicam serem estes indivíduos os principais agentes que depredam a praça e que cometem atos de violência, como assaltos a mão armada.

FOTO 10: Adolescentes, moradores de rua, utilizam a praça como local de repouso e fazem uso de entorpecente. Créditos: Cristiane Leal.

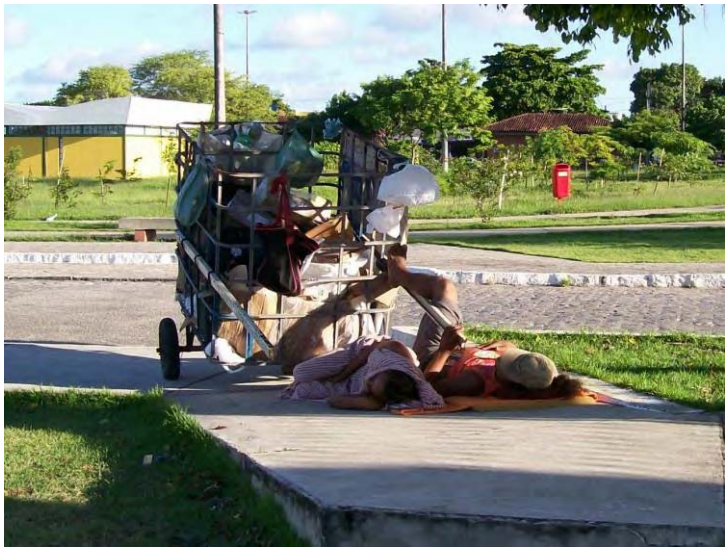


FOTO 11: Casal dorme na Praça, após trabalho cansativo de coleta de material reciclável. Créditos: Cristiane Leal.

Além de caracterizar-se como trasngressores, essas pessoas de acordo com Bauman(2005), são consideradas como "pessoas cuja mão-de-obra não pode ser utilizada com tanta utilidade... são considerados consumidores falhos, carentes de dinheiro necessário para ampliar a capacidade do mercado consumidor" (BAUMAN,2005 p.53). São pessoas que diferem essencialmente dos demais usuários da praça, pela escassa capacidade de consumo. Inclusive do consumo habitacional, o que implica sua condição de morador de rua, ou melhor, dizendo de praça. Enquanto que os outros consomem a praça como espaço prioritariamente de lazer.

Segundo Goffman(1988), no processo de nossas vivências é comum criarmos um modelo social de indivíduo, mas nem sempre a imagem social do indivíduo que criamos corresponde ao que encontramos na realidade. Isso é o que acontece entre pessoas do grupo de classe média do bairro de Bancários, que ao estabelecer um padrão de indivíduo, o usuário 'normal' da Praça, incorre na construção de estigmas ao se deparar com outros usuários, fora dos seus padrões. Isso se dá frequentemente em relação aos pobres, ao criminalizarem a pobreza, ou quando constroem e generalizam para os demais moradores de áreas carentes próximas aos conjuntos do bairro, um perfil amoral, e indigno. Assim como destacado no trecho a seguir.

> A gente precisa ter aqui um guarda 24 horas para eliminar esse pessoal que vem fazer esse tipo de uso da praça. A praça é um local de diversão e lazer, não pra estar dormindo pelo chão espalhando mulambo, e sujando a imagem da praça. Se fosse só isso, tudo bem,[...] esse pessoal, que vem dessas favelas por aí, são tudo ladrão, marginal, se metem com bebedeira, com drogas, fazem baderna, roubam, tudo o que não presta. De vez em quanto à turma se junta pra pegar eles. Aí eles passam um tempo sem vim, daqui a pouco estão aí de volta. (Humberto, 54 anos, morador de Bancários)

Em algumas visitas que realizei à Praça da Paz pude testemunhar ocasiões em que alguns usuários como catadores de lixo, vendedores ambulantes, inclusive que moram no Timbó, foram 'convidados' a sair da praça. Um exemplo disto aconteceu com um casal que dormia na praça em baixo de uma árvore(foto 11).

Nessas ocasiões geravam-se conflitos e discussões, na medida em que as pessoas se recusavam a sair. Alguns dos representantes da organização da Praça chegou a acionar a força

policial para obrigá-las a deixar o espaço. Pude presenciar todo tipo de agressões verbais de ambos os lados. E neste caso a discussão terminou com o recolhimento do carrinho do casal pela Guarda municipal.

Embora não compartilhada por todos, a punição sobre a pobreza, (aquela sem utilidade) determinando seu afastamento para áreas fora das vistas e do espaço limpo e bonito do bairro é atitude de ordem entre os cuidadores da praça. Por outro lado, algumas pessoas das camadas pobres que prestam serviços ao outro grupo social do bairro são bem recebidas e tem na praça a oportunidade 'concedida informalmente' pelos cuidadores para comercialização.

São diversos os comércios desenvolvidos na praça, desde os formais como os quiosques, como os ambulantes, ambos voltados principalmente ao atendimento do público.

Através dos vários exemplos de moradores do Timbó que utilizam a praça como espaço de ganho de vida, é possível observar que estas pessoas estão inseridas na divisão social do trabalho, embora que em posições desprivilegiadas. Mantém relações com o mundo exterior a comunidade em que moram, com os "outros" do bairro, e tem, portanto possibilidades de manterem contato com a alteridade. Porém são vítimas constantes de procedimentos que chama suas atenções pelo efeito de segregá-los.

Um desses procedimentos foi a mim relatado por alguns ambulantes, e de forma resumida denunciam que a falta de divulgação no Timbó dos eventos programados para a Praça da Paz, tem o efeito de evitar suas visitas aquele local. Tal relato nos permite observar ainda a percepção dos moradores do Timbó quanto à existência da violência da segregação a que são submetidos.

Essas pessoas, 'os submissos', revelam que compreendem tais comportamentos, e não se sentem confortáveis na posição de subordinação que assumem, por ter 'abertura' de comercializar na praça. E por outro lado, demonstram que através dos serviços que desenvolvem tem a oportunidade de conhecer pessoas que mesmo fazendo parte do grupo social 'privilegiado' não compartilham com atitudes segregacionistas.

4.3 Histórias de Vida. Falas da Segregação

Em sessões anteriores destaquei alguns dos elementos e atores que participam do processo de segregação do Timbó. Primeiramente observei que os atrasos quanto às inovações da legislação do território urbano em João Pessoa, além da falta de ação do poder público em

investimentos urbanos nas áreas carentes da cidade eram alguns dos elementos que influenciaram na segregação do Timbó. Além disso, as formas de representatividade do bairro e as posturas e comportamentos de alguns moradores dos outros setores em relação aos moradores do Timbó também foram apontados.

Apesar de compreender que não há uma postura segregacionista na totalidade dos moradores de classe média dos Bancários, reforço nesta sessão que a participação de alguns indivíduos desse grupo também é relevante para a promoção da segregação no bairro. Realço adiante algumas histórias de vida contadas por moradores do Timbó que relatam situações vividas por eles e que envolvem pessoas de classe média do bairro.

O primeiro trecho faz parte do relato da história de uma mulher residente no Timbó a mais de 20 anos, casada e mãe de três filhos.

> Eu mesma um vez fui fazer compras no Bem Mais, lá tem uma Kombi que leva a feira do pessoal nas suas casas. Só que de uma vez eles levam logo 4 ou 5 clientes. Aí eu botei minhas compras no carro, quando o motorista perguntou: à senhora mora aonde? Eu disse: no Timbó. Então tinha uma mulher de lá do conjunto dentro do carro que deu um grito e disse: Meu Deus no Timbó! Me leve logo na minha casa porque eu tenho medo de ir lá! Ela ficou histérica! Eu me senti muito discriminada naquele dia, mas também eu não fiquei calada não. Eu disse: minha filha lá também tem gente de bem. Minha mãe construiu a casa dela lá porque foi o jeito, e com a ajuda da patroa dela, uma mulher muito fina, mais educada do que você, e rica, que mora no Altiplano. Mas pra que eu fui dizer que ela não era educada. Ela foi logo dizendo: Minha filha, de pobre eu quero distância, pobreza pega! Depois disso, ela perguntou ao motorista se ele ia me levar primeiro, porque se fosse ela não iria.
> Ele perguntou onde ela morava, ela disse que logo no início dos Bancários, ele falou que era pra ela ser uma das últimas devido ao lugar que mora. Mas mesmo assim ele pediu pra que eu esperasse e todos os outros clientes por que ele ia deixar primeiro aquela mulher e depois voltava pra nos pegar. Ela não foi de jeito nenhum e disse ainda que jamais botaria os pés no Timbó e não quer conversa com ninguém de lá! Eu mesma não gosto de fazer feira no Bem Mais por conta disso. Porque eu não posso pagar táxi pra trazer a feira, e quando a gente vai usar um benefício que é pra todo mundo que faz feira lá acontece essas coisas com a gente, eu prefiro ficar fazendo minhas compras aqui mesmo.
> (Fabiana, 32 anos, moradora do Timbó)

A situação passada em um dos estabelecimentos comerciais do bairro reflete bem a evitação que determinados moradores de classe média realizam em relação aos moradores do Timbó. A ação preconceituosa termina por inibir a moradora do Timbó em realizar suas

compras no supermercado do bairro, ou seja, termina por expulsar a moradora daquele espaço de compras, e segregá-la. Pois para se proteger de possíveis constrangimentos como esse, prefere utilizar os mercados existentes no Timbó mesmo, confinando-se em seu espaço próprio.

Verifiquei que na perspectiva da mulher do conjunto, o afastamento, funciona como uma forma de preservação da sua identidade, a necessidade de não "misturar-se", a fim de evitar parecer-se com o outro "o pobre", estigmatizado.

Tal como afirma Goffman(1988) que entende a identidade dos indivíduos como resultado do social, de forma que para ele, a identidade passa a ser concebida não somente por atributos e características inerentes aos indivíduos, mas sim pelas trocas e pela interação que estes indivíduos estabelecem. Para esse autor, o outro relacional é fundamental no arranjo da identidade, já que a observação das marcas distintivas e a percepção da combinação única dos fatos que compõe a vida são realizadas pelo, e no meio social. Ele ainda diz que *"*a diferença, em si, deriva da sociedade antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceitualizada pela sociedade como um todo" (GOFFMAN,1988, p. 134).

Me remetendo a Goffman(1988) para analisar a posição da mulher do relato que ao afirmar a frase "Pobreza pega!" percebo que ela procura o afastamento como instrumento de proteger sua identidade de classe média. E não misturar-se através da interação com a pessoa do Timbó era o posicionamento mais que indispensável para que isso fosse garantido.

Outro fato relatado a seguir foi comentado por um rapaz morador do Timbó há 5 anos e que trabalha na PIB JCU.

> Eu pelo menos me sinto bem em morar ali no Timbó, porque as pessoas são todas do meu patamar. Esse povo daqui parece que só querem ser melhor do que nós. Eles são mesmo, porque sabem falar direito, estudaram, tem as coisas, andam arrumados, come bem. Mas eles querem ser mais além disso. Sabe como é? Querem ser humanamente melhor. Não fala com a gente nem nada, passa tudo de nariz pra cima. Só na hora de precisar de alguma coisa é que olha pra você. Na hora de falar com agente até pra pedir um favor, é por cima. Sabe como é? Então só pra mostrar que isso não existe eu não me rebaixo, porque veja, chegou um dia aqui e disse fulano lava meu carro, aí agente lava com maior boa vontade, quando é depois ele fala: rapaz tu não serve nem pra lavar um carro?!
>
> Porque você veja, eu não estava nem recebendo, lavei e tal, no horário do meu serviço eu nem podia fazer isso e fiz pra agradar a ele, só porque ficou um pouco sujo ainda em baixo, por conta do barro duro, o cara vem e diz uma dessa. Pois agora eu não lavo mais, ele agora que pegue as mãozinhas de fada dele e vá lavar...Porque os ricos pensam que o dinheiro pode tudo, só que até pra lavar um carro precisa de alguém, não tem ninguém que não

> precise de outra pessoa, agora veja ele que vá pagar aí 20 reais no lava jato. Desse povo eu quero distancia! Sabe como é? É cada um no seu quadrado! É desse jeito!
> (Wellignton, 24 anos, morador do Timbó)

A frase: "Tu não serve nem pra lavar um carro", relatada no trecho acima, demonstra uma forma depreciativa de se comunicar. Também não deixa de ser um tipo de violência (MICHAUD, Y. apud Porto, 2002). Onde entra em cena a depreciação moral. Isso, na opinião da pessoa do relato só pode ser evitado com o afastamento, como uma forma de preservação.

Em sua fala o entrevistado deixa claro que, ao se identificar com as pessoas do Timbó, sente-se mais a vontade de estar lá do que em outras área do bairro. As diferenças de comportamento, e sua visão de que os moradores de classe média do bairro assumem uma postura de superioridade em relação aos moradores do Timbó, lhe confere um sentimento de indignação e de aversão.

Logo se vê que, os ares de superioridade que permeiam os comportamentos de parte dos moradores de classe média do bairro têm o poder de afastar os moradores do Timbó de sua presença. Funcionando assim como um mecanismo de expulsão, na medida em que as relações não se tornam agradáveis, contribuindo para que e os moradores do Timbó sintam-se mais a vontade apenas em 'seu próprio ambiente', ambiente aliás de confinamento e porque não dizer de reclusão. (WACQUANT,2001)

4.4 Timbó: a Comunidade Segregada de Bancários.

Anteriormente apontei algumas características do Timbó e de sua população, aqui nos importa ampliar essa descrição e apontar os efeitos que a violência da segregação realiza sobre seus modos de vida.

Na parte superior do Timbó, na avenida principal Abelardo P. dos Santos há muitas residências onde também funcionam pequenos pontos comerciais. Há ainda nesta área do Timbó o posto de saúde (PSF) Intitulado Timbó I. Que atende a população tanto de Bancários, quanto do Timbó. Outro posto de saúde situado na parte de baixo do Timbó atende as pessoas daquela área. Além desse posto de saúde, a comunidade conta com uma creche que atende cerca de 50 crianças. Sendo assim bastante concorrida uma vaga na creche, pois segundo um dos agentes comunitários, o Timbó possui cerca de 800 crianças em fase pré-

escolar, logo observei que o atendimento da creche é muito inferior às necessidades que a comunidade demanda.

Algo muito forte na comunidade é a intensa presença de pessoas pelas ruas, nas portas das casas, nos bares e mercearias. Crianças brincam pelas ruas, homens e mulheres conversam ou jogavam cartas nas portas de casa. A rua funciona praticamente como uma extensão da casa durante todo o dia e parte da noite.

FOTO 12: Intenso uso da rua como espaço de lazer. Timbó II. Créditos: Cristiane Leal

A intensidade de movimentação nas ruas ainda aumenta nos finais de semana, principalmente próximo aos bares. Além disso, os mercados e mercearias recebem seus clientes principalmente aos Sábados.

Aos domingos, pela manhã e a noite as igrejas, sejam as Evangélicas ou a Igreja Católica mobilizam muitas pessoas em suas reuniões.

Os bares ganham mais usuários do que normalmente, é preciso então aumentar o número de mesas e cadeiras, que ganham as ruas em frente aos estabelecimentos, muitos homens e em menor número mulheres, bebem, jogam sinuca, ouvem música e dançam durante todo o Domingo.

Outro local bastante movimentado, principalmente nos finais das tardes é uma ‘quadra’ de futsal, bastante depreciada, construída pelos próprios moradores. Esse espaço é utilizado especialmente pelos homens do lugar diariamente, que se reúnem todos os dias para a pelada e para os encontros.

FOTO 13: Quadra, Timbó II. Créditos: Cristiane Leal

A dinâmica popular no Timbó em tempos de festa em muito se amplia. Os moradores investem na manutenção da tradição das festas populares, a exemplo do São João. Em quase todas as casas pudemos encontrar um fogueira acesa na noite de véspera de São João, pessoas assavam milho, soltavam fogos e se confraternizavam.

É importante também salientar que no meio de tudo isso se intensifica nas ruas do Timbó nos finais de semana, o número de pessoas ‘de fora’, muitos visitantes, compradores, ‘buscadores’ e vendedores de drogas passam a circular de motos ou mesmo de carros entre as estreitas ruas. Caminhonetes de luxo, carros de vidros escuros, entram e saem do Timbó, principalmente nas tardes e noites das Sextas e Sábados.

Mas apesar de toda essa dinâmica de convívio público e da alta densidade existem moradores que não seguem os mesmos ritmos da maioria. Há famílias que não possuem relações fortes com o restante das pessoas na comunidade, procuram manter-se afastadas mesmo em tempo livre.

Através da aplicação do survey, obtivemos algumas informações iniciais que nos foram muito úteis para ter um entendimento geral da comunidade. Por meio deste instrumento verifiquei que 80% das pessoas, tanto homens como mulheres, as quais compuseram nossa amostra, eram de outras cidades especialmente do interior da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Segundo os entrevistados, vieram para João Pessoa através de contatos de parentes, que já residiam na cidade mais especificamente no Timbó, e se disponibilizaram a ajudá-los quanto à moradia(provisória), e na procura de emprego. O trecho abaixo comprova e representa todos os outros depoimentos que relataram o mesmo contexto.

> Eu nasci em Patos, onde morei por muito tempo, vendia redes lá e também trabalhava na roça. Mas era muito pouco, não dava pra nada, era uma luta pra fazer uma venda. Um tio meu que era pedreiro aqui perguntou se eu não queria trabalhar com ele, eu já fazia muito tempo que pensava em vir pra cá pra trabalhar aqui tem mais oportunidade de emprego, do que em Patos. Ele é mestre de obras, tava com muito serviço. Tava também ganhando dinheiro. Porque ele é mestre né, ele fechava uma construção e ele é quem pagava os caras. Era assim, como ele estava muito precisado de alguém naquele tempo então fiquei.
> [...] Eu já estava trabalhando com rede porque trabalhar só na roça é complicado, a falta de chuva, também nem todo tempo é tempo de colher o que se planta, nem sempre a gente consegue vender tudo, aí todo mundo lá se vira de tempo em tempo para arrumar uma coisa diferente pra viver.
> (Wellington, 24 anos, morador do Timbó)

O atrativo principal da capital é a maior oportunidade de trabalho e a perspectiva de melhorar de vida. A saída do campo representa uma alternativa ao conjunto de dificuldades enfrentadas, mas a vida na cidade lhes pronunciam outras com as quais convivem cotidianamente, entre elas o desemprego.

Historicamente sabemos que passados os anos de ampliação das indústrias, e chegado o período neoliberal no Brasil, as perspectivas de trabalho, tornaram-se cada vez mais escassas em todos os estados, principalmente para os trabalhadores desqualificados. Esse processo se agravou à medida que a dinâmica econômica assumiu características globais, reestruturando o mercado de trabalho que intensifica a flexibilização do trabalho e a precarização dos salários. (MARICATO, 2003)

Tendo seguido as mesmas trajetórias do cenário brasileiro, a realidade do Mercado de Trabalho em João Pessoa, assim como em muitas outras cidades do país, se constitui como um dos mais fortes elementos que promovem a segregação da população de pouca qualificação profissional na cidade, entre eles os moradores do Timbó. Essa tendência é verificada mediante a fragilidade sócio-econômica destas pessoas assinaladas por suas relações instáveis de trabalho e pelo alto índice de desemprego que usualmente expressa não uma condição temporária, mas uma situação durável em grande parte do histórico de trabalho dos entrevistados desta pesquisa.

Neste mesmo sentido, alguns estudos empíricos apontam a relevância de considerar os mecanismos econômicos mais amplos, para a análise da habitação urbana tal como explica (KORWARICK, 1979).

> As favelas, casas precárias da periferia e cortiços abrigam a classe trabalhadora, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários. Esta situação tende a agravar, na medida em que se vêm deteriorando os salários. (KOWARICK 1979, p. 41)

Os efeitos excludentes do mercado de trabalho e as condições salariais dos trabalhadores, portanto são imprescindíveis para a compreensão das questões relativas à habitação nas cidades. Para Antunes(2003), a metamorfose no mundo do trabalho globalizado é facilitada pela introdução dos mecanismos da automação, da microeletrônica, da robótica e do toyotismo. Tais mecanismos têm o poder de enfraquecer a massa trabalhadora menos qualificada através da redução dos empregos tradicionais, com a expansão do setor de serviços terceirizados, enfim com os impactos do desemprego estrutural globalizado.

As transformações do mercado de trabalho e seus resultados também foram retratados por alguns dos moradores do Timbó. Vários depoimentos de alguns chefes de família com relação aos seus históricos relativos ao trabalho convergiram numa mesma trajetória, de tal sorte que pudemos então perceber o peso que a condição de trabalho determinava em suas condições de vida naquele lugar. Um fragmento desses depoimentos nos permite verificar tais condições.

> Eu tenho 54 anos. Eu trabalhava na confederação das Unimedes norte e nordeste. Trabalhei 13 anos lá. A minha função era de serviços gerais. Passei 13 anos de carteira assinada. Quando eu sai de lá, eu ganhava 900 reais, agora vamos supor que eu ganhe 600 reais. Saí de lá porque teve uma redução de funcionários e nessa parte foram 23 pra fora numa levada só. Contrataram uma firma pra fazer esses serviços. Ficou muita gente sem conseguir emprego. Então o pessoal faz bicos, é que nem eu, eu não tenho emprego fixo trabalho aqui tomando conta dos carros, passei vinte e poucos anos de INSS. E agora não posso pagar, nem posso me aposentar tão cedo. (Coroa, 56 ano, morador do Timbó)

De acordo com o survey realizado no Timbó, as funções que os moradores homens declaram exercer estão ligadas as atividades de construção civil, de serviços gerais, vigilantes, zeladoria de edifícios, ao comércio informal e a coleta seletiva. Entre as mulheres, a maioria

das que trabalham, desempenham função de domésticas em casas de outras famílias[51], e também não são formalizadas assim como cerca de 80% dos homens que fizeram parte dos questionários. Os salários declarados variam em torno de R$ 200,00 e R$ 400,00, chegando ao máximo de R$ 600,00.

Observando os dados do Ministério de Trabalho para o emprego formal[52] na cidade de João Pessoa nos primeiros semestres dos anos de 2007 e 2008, é possível verificar que as funções mais vulneráveis as flutuações do mercado de trabalho são justamente as funções declaradas pelos moradores do Timbó.

TABELA 3: FUNÇÕES QUE MAIS ADMITIU E DESLIGOU EMPREGADOS EM 2007 EM JOÃO PESSOA/PB.

FUNÇÃO	Admissão	Desligamento	Saldo
Servente de Obras	2553	2371	182
Pedreiro	824	986	-162
Porteiro de edifícios	473	365	108
Serviços gerais	513	428	85
Vigilante	391	260	131
Fonte: CAGED/MTE			

TABELA 4: FUNÇÕES QUE MAIS ADMITIU E DESLIGOU EMPREGADOS EM 2008 EM JOÃO PESSOA/PB.

FUNÇÃO	Admissão	Desligamento	Saldo
Servente de Obras	2625	2516	109
Pedreiro	1063	942	121
Porteiro de edifícios	457	350	107
Serviços gerais	854	533	321
Vigilante	648	410	238
Fonte: CAGED/MTE			

Através destas tabelas verifica-se a vulnerabilidade do trabalho exercido nestas funções, em João Pessoa, que em apenas seis meses admitem e desligam mais da metade dos

[51] Entre as mulheres que fizeram parte do survey e que trabalham como domésticas, disseram trabalhar em residências de classe média do bairro e de bairros vizinhos ao Bancários.

[52] Devido à falta de informações e de estatísticas ligadas ao mercado de trabalho informal da cidade, nessa pesquisa, apenas o trabalho formal do mercado de trabalho da cidade de João Pessoa, é apreciado através de fontes secundárias. Contudo utilizamos o survey realizado no Bairro para alcançarmos uma idéia mais geral sobre o trabalho informal para os moradores de Bancários.

profissionais contratados. Essa vulnerabilidade determina que os trabalhadores passem a maior parte do tempo em situação de desocupação, ou a procura de emprego. Essa tendência do trabalho formal na cidade por sua vez promove entre os desempregados o ingresso na informalidade(trabalho assalariado sem carteira e trabalho por conta própria).

Segundo os entrevistados os principais fatores que os impedem de alcançar um emprego, é a falta de instrução. De acordo com o IBGE(2000) a maior parte dos moradores do Timbó possui apenas o ensino fundamental. Outros fatores foram revelados como determinantes do desemprego por estes pessoas, um deles é o local de moradia. Assim como mostra o trecho em destaque a seguir.

> Pros homens a dificuldade é arrumar um emprego formal, o que piora é a idade, outra coisa é o grau de estudo, curso de computação, muitos não tem aí... junta tudo, então fica complicado. No tempo que eu distribuía currículo pra arrumar emprego... Eu só fui empregado através do falecimento da minha mãe, que praticamente eu assumi a vaga dela no hospital. Eu tenho o segundo grau completo, mas só porque eu sempre colocava lá que morava no Timbó, então ali eu já era descartado. Nunca fui chamado pra nada.
> (Padre, líder comunitário do Timbó)

Os estigmas territoriais surgem com efeito, no cotidiano dos moradores do Timbó, mais fortemente, entre aqueles que buscam emprego. Esse fenômeno social, age no sentido de reforçar a segregação dessas pessoas anulando suas possibilidades de ação social, mediante a obtenção de trabalho.

Se por um lado as condições precárias de trabalho e os baixos rendimentos são considerados fortes mecanismos de segregação da parte dos trabalhadores de pouca qualificação para as áreas mais desvalorizadas, ou para os assentamentos irregulares das cidades, por outro, o fato de residir nestes espaços, que tradicionalmente são estigmatizados pelas classes média e alta da sociedade, se apresenta como impedimento de alcançar maiores possibilidades de trabalho e, portanto melhores condições de vida. Logo, a relação entre trabalho e segregação segue a dinâmica de um círculo vicioso, no qual a segregação não seria somente uma conseqüência das condições do mercado de trabalho, como observa alguns estudos (VALLADARES e COELHO,1987), mas tem efeitos negativos diretos sobre as oportunidades de acesso ao emprego entre os trabalhadores.

Um dos efeitos da segregação sobre a vida das pessoas do Timbó que posso dar destaque é o sentimento de derrota, um marasmo e descrédito por melhores perspectivas. Dentro deste círculo vicioso, alguns moradores do Timbó declaram não ver saídas para se

estabelecerem socialmente e até mesmo para garantir suas próprias sobrevivências, estão desacreditadas de si mesmas, apresentando aspectos de revolta com o cotidiano a que são submetidos a viver marcados por longos e intermináveis períodos sem trabalho. Condição esta que traz repercussões degradantes em todos os sentidos: físico, moral, emocional e sobre as sociabilidades dessas pessoas.

Chama atenção entre alguns dos moradores do Timbó, que todas as perdas para eles podem ser resumidas numa só, a perda de exercer a cidadania. Segundo Velho(1997), em "Individualismo e Cultura", onde analisou a cultura do individualismo na modernidade, os indivíduos modernos são marcados por procurar a todo momento a efetivação dos seus planos pessoais. Porém percebeu, que no Brasil, as possibiliades de concretização desses planos não são as mesmas para os indivíduos das diferentes classes sociais. As possibiliades de escolhas dos indivíduos das classes menos favorecidas, são absolutamente diminuídas se comparadas com as possibilidades dos indivíduos das classes médias.

> Embora não seja exclusivo, o modelo hierarquizante atua de forma decisiva na sociedade brasileira[...] Essas são algumas das razões para a fragilidade da noção de cidadania no nosso país. Embora na lei tenhamos, de um modo geral direitos e liberdades a todos os membros da sociedade brasileira, na prática temos cidadãos de primeira, segunda e terceira classe e mesmo não cidadãos, isto é, indivíduos sem voz, sem espaço, e sem nenhum respaldo real nas instituições vigentes.(Velho,1997 p.146)

A anulação de ação e participação social, ou dito de outra forma a anulação da cidadania entre alguns moradores do Timbó, lhes confere efeitos degradantes, não somente nos aspectos cotidianos da vida pública, mas também tem efeitos negativos sobre suas convivências familiares, em suas subjetividades, e em suas auto-afirmações. Aliada a isso, a ociosidade, e a imobilidade como comenta Bauma(1999), foi um dos elementos que demonstrou ser multiplicador de pensamentos e atitudes auto-depreciativas entre alguns moradores do Timbó. De tal sorte que, não foi muito incomum ouvir a frase: "Eu só queria que Deus me levasse logo, não ia fazer falta pra ninguém, pelo menos acabava logo com esse sofrimento".

Os sofrimentos entre esses moradores estão intimamente relacionados com as questões de falta de emprego e renda. A experiência de desemprego segundo Bauman(2005) se constitui em um dos mais comuns mal estar da pós-modernidade. Ainda segundo este autor, "o prefixo 'des' indica anomalia. Desemprego é o nome de uma condição claramente temporária e anormal, e assim a natureza transitória e curável da doença é patente"

(BAUMAN, 2005 p.19). Porém ainda para este autor, as gerações nascidas na década de 1970 primeiramente em países desenvolvidos e logo depois em todo planeta, passou a conviver muito mais com a redundância do que com o 'des', do desemprego e da desigualdade. Vive-se então em sua opinião, a fase da redundância, uma fase em que "a globalização se tornou a mais prolífica e menos controlada linha de produção de 'refugo humano' ou de 'pessoas refugadas'.

"Ser redundante significa ser extranumerário, desnecessário" (BAUMAN, 2005 p.20), pessoas desqualificadas e sem a mínima condição de retorno a vida laboral e social (pelo menos por suas próprias condições). Isso é um problema gerado pelo sistema global que trás repercussões locais graves, difíceis de serem resolvidas, atingindo pessoas que vivem nas cidades do mundo inteiro, sendo relegadas literalmente ao lixo.

Uma das estratégias mais utilizadas no Timbó como forma de 'estar sempre trabalhando', foi por mim verificada quando percebi a existência de uma trama de pessoas dotadas de informações e de relacionamentos que servem de ponte para arranjar algum tipo de trabalho ou facilitar o acesso a ele. Esse é o mecanismo mais utilizado na comunidade para que os trabalhadores "parados" tenham a possibilidade de lutar contra as descriminações e a evitação que comumente sofrem e tenham novas oportunidades de retorno ao mundo laboral.

A confiança desenvolvida nas redes de relações pessoais entre os moradores do Timbó se constitui importante fator que os possibilitam a integração ao mercado de trabalho.

> Eu já arrumei emprego pra um bocado de gente aqui, só que eu já tive muito problema, porque umas pessoas dessas fizeram besteira, eu jamais imaginava que elas iam se sujar com isso. Agora eu não arrumo serviço pra todo mundo não, porque quem se suja sou eu. De vez em quanto minha patroa diz: Rosa arruma uma pessoa pra fulana, a irmã dela, eu é que não arrumo ninguém mais, só se for gente que eu confie mesmo.
> (Rosa, 37 anos , moradora do Timbó)

O trabalho ainda é na opinião de muitos moradores do Timbó o caminho pelo qual se alcança autonomia e dignidade na vida. Porém as poucas oportunidades de trabalho trás repercussões de competição e disputas entre os indivíduos que cada vez mais perdem a noção da ética e da respeitabilidade que devem orientar a vida coletiva. É também nesse contexto que surgem sentimentos de revolta, comportamentos de violência, desintegração familiar e o aumento da criminalidade (Zaluar,2000). Tais efeitos podem ser observados através das falas a seguir.

> Tem muita gente intrigada de mim aqui porque eu arrumei emprego pra outra pessoa, e não arrumei pra ela. Mas veja só, eu não posso me arriscar. Já teve gente brigando pelo emprego do outro, já teve confusão nas casas das patroas, quando tem duas trabalhando ao mesmo tempo, porque uma quer ser melhor e fala da outra. O povo daqui é fogo. Tem gente muito esquentada aqui que a gente tem que ficar enrolando sabe? Tem umas que chega e diz e aí Rosa? Eu digo mulher não apareceu ainda, mas se aparecer você é a primeira. Só que pra essa não vai aparecer é nunca porque essa mesma é barraqueira. E não sabe agradecer, eu já fiz muita coisa por ela, e ela não soube aproveitar. (Rosa, 37 anos, moradora do Timbó)

> A falta de dinheiro é o maior problema, isso porque falta emprego, se todo pai de família trabalhasse, não precisava as crianças pedir nas portas, ou roubar. Agora o que ta acontecendo é que o cara passa o dia sem ter o que fazer, vai encher a cara de cachaça, a mulher é quem trabalha, porque quem mais trabalha aqui são as mulheres. Quando elas chegam, coitadas é pra apanhar, tem umas que é so o coro e o osso, de tanto trabalhar e apanhar. As crianças passam o dia na rua, fazendo o que não deve. É uma tristeza, porque quando a família está bem ,tudo vai bem. Mas tudo tem um princípio, cada um na família tem uma obrigação, a do pai é a principal, porque se ele não cumpre sua função, a mãe não cumpre a dela e os meninos ficam ao deus dará. (Coroa, 56 anos, morador do Timbó)

Verifiquei que existe um consenso entre os moradores do Timbó sobre os papéis que cada membro da família deve exercer, principalmente. Porém dada as dificuldades de emprego por parte dos homens cada vez mais as mulheres tem deixado a posição de dona de casa para assumir o papel de provedora. Nestes casos pude entender que alguns deles não tem tido grandes problemas em assumir os serviços do lar, enquanto suas mulheres estão fora de casa.

Porém nem sempre isso acontece, pois percebemos que essa situação não tem sido confortável para alguns homens. A ausência das mulheres em casa, e suas possibilidades de comandar as finanças da família, tem inclusive representado um dos maiores motivos de violência doméstica. Nestes casos, a dificuldade da postura masculina em aceitar tais condições e muito mais em assumir parte dos serviços domésticos e os cuidados com as crianças, incentiva alguns deles ao envolvimento com o narcotráfico, como forma de manter a postura tradicional de líder do lar.

> Eu não faço questão de fazer os serviços não, por que eu sei que ela ta trabalhando lá e quando chega, já está cansada, faço de tudo. Agora ela sabe que quando pego uns bico aí não dá. Mas eu faço de tudo, lavo, cozinho, sem problema. (José, 38 anos, morador do Timbó)
>
> Eu não fui acostumado a fazer serviço, isso é coisa pra mulher fazer. Também não faço questão que a casa fique arrumada, pra mim não tem problema, ela come pra lá eu espero e quando ela chega, ela arruma aí alguma coisa pra comer. Quando ela chega, ela cuida das coisas. (Marivaldo, 25 anos, morador do Timbó)
>
> Mulher nenhuma manda em mim, eu dou meus pulos, mas quem manda em casa sou eu!
> (Morador do Timbó ligado ao tráfico)

Diante das dificuldades encontradas no mercado de trabalho, diversas são as estratégias desenvolvidas pelos moradores do Timbó que funcionam antes de tudo como mecanismos de sobrevivência(são os pulos, apontados pela última fala).

Uma delas é o trabalho de recolhimento de material reciclável, tal atividade chega a envolver todos os membros da família. Que preferencialmente nas primeiras horas das madrugadas até aproximadamente às 10 horas da manhã, ou após o por do sol e indo até altas horas da noite, caminham principalmente pelas ruas dos bairros e bairros vizinhos recolhendo todo tipo de material interessante para vender.

Os rendimentos alcançados por essa atividade segundo nossos entrevistados são principalmente destinados a alimentação. Em média um dia de trabalho de três pessoas em dias de sol, chega a render R$ 12,00, ou seja, R$ 4,00 por pessoa, o que segundo estes trabalhadores, dá pra fazer uma e às vezes duas refeições do dia. As outras despesas ficam por conta de ajuda de parentes, amigos, vizinhos entre outros.

A fotografia 14, a seguir, foi tirada numa das ruas do Bancários, e mostra a rotina de um casal muito conhecido pelos moradores do bairro, e um adolescente que tem nas ruas a opção para sobreviver. O casal é de origem do sertão da Paraíba(Patos), e o adolescente, morador de rua, separou-se de sua mãe que também é moradora de rua a cerca de um ano. Os três moram(dormem) de favor no Timbó onde encontram apoio de alguns colegas de trabalho. Mas comentam que nas ruas do bairro por onde andam sofrem muitas perseguições e humilhações, de parte dos moradores que não reconhecem a importância do trabalho que desenvolvem e os apontam como marginais.

FOTO 14: Moradores do Timbó catam lixo em rua dos Bancários.Créditos: Cristiane Leal

O segundo mecanismo que posso enfatizar, que além de estar ligado a falta de possibilidade de emprego também reflete o confinamento dos moradores do Timbó em seus espaços residenciais, são os arranjos das residências em comércio ou em cômodos para alugar que indicam as manobras utilizadas por esses moradores na busca pela sobrevivência.

Neste sentido, algo muito comum no Timbó é a presença de vilas que se formam com a subdivisão das casas com a finalidade de criar cômodos para serem alugados. Os aluguéis desses cômodos variam entre R$ 70,00 e R$ 100,00 dependendo da estrutura. Esses aluguéis representam importante fonte de renda para muitas famílias da comunidade. Muito freqüente também é a acomodação de pontos comerciais em residências. Em cada rua do Timbó conseguimos localizar pelo menos três pontos comerciais. São pequenas mercearias, bares, salão de beleza e oficinas mecânicas.

Outras estratégias de sobrevivência ou fonte de renda muito importante para as famílias da comunidade vem do programa Bolsa Família. De acordo com o Governo Federal o objetivo do Bolsa Família é reduzir o custo da educação para as famílias beneficiárias. O principal custo para uma família pobre é a renda não auferida pelas crianças no mercado de trabalho no período por elas dedicado ao estudo. Ao condicionar a transferência de renda à permanência da criança na escola, o programa reduz esse custo e aumenta o incentivo para que as famílias mantenham suas crianças por mais tempo no sistema escolar.

Logo, percebe-se que o caráter do Programa não é criar condições para que a atual geração de trabalhadores pobres saia da pobreza sem a ajuda do Estado. Porém de qualquer

forma esse programa assistencialista é uma forma de melhorar o nível de renda de muitas famílias que talvez não consigam, em curto prazo, encontrar outros meios de vida.

Dados fornecidos pela secretaria de desenvolvimento social do município nos informam a participação dos benefícios do Programa Bolsa Família(PBF) dentro da comunidade do Timbó.

TABELA 5: BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA E RENDIMENTOS NO TIMBÓ NOS MESES DE SETEMBRO DE 2004 A 2008.

Mês /Ano de Referência	Set/2004	Set/2005	Set/2006	Set/2007	Set/2008
Nº famílias PBF residentes no Timbó	111	285	466	359	410
Nº de famílias pobres PBF residentes no Timbó	11	79	125	45	52
Nº de famílias extremamente pobres PBF residentes no Timbó	100	206	341	314	358
Valor médio(em R$) do benefício por família no Timbó	63,78	58,12	58,47	75,07	86,94

Fonte: Programa Bolsa Família João Pessoa. Sistema de Benefícios ao Cidadão.

Observa-se através da tabela 5 que ao longo dos anos o número de famílias residentes no Timbó, e cadastradas no programa tem crescido. Assim como os valores dos benefícios recebidos por elas. Em 2004, 100 famílias consideradas extremamente pobres eram cadastradas no programa, esse número passou para 358 famílias em 2008. O valor médio por elas recebido também subiu a uma proporção de mais de 20% nos cinco anos.

Segundo os beneficiários do Bolsa Família que pude entrevistar, tal recurso é fundamental para compor o rendimento da família, mas não tem conseguido atuar com mais rigor sobre a eliminação do trabalho infantil, embora tenha contribuído para que as crianças freqüentem a escola com mais assiduidade.

Por fim, outra importante fonte de renda para muitas famílias da comunidade é o comércio de drogas. Apesar de todos os riscos que permeiam a atividade, grande parte principalmente de homens e jovens do Timbó, se engajou nesse comércio que, segundo eles é a atividade mais lucrativa. E tem melhorado a vida financeira de muitas pessoas, transformando principalmente suas condições alimentares, de moradia, e de acesso a outros bens e serviços, inclusive ao lazer.

> Olhe pro tráfico eu acho muito difícil de se resolver, porque quem está de dentro não quer mais sair. Pronto daqui eu sei que eles que passam o dia ali, no mínimo eles apuram R$1.000,00 por dia! Aí vai trabalhar para ganhar um salário mínimo por mês? Eles não vão, eles não vão querer, agora que estão podendo ter as coisas... Eles se acostumaram com aquilo ali. E tem mais, sobem muito rápido, eles comem bem, moram bem, é carro, é moto...
> (Padre, líder comunitário Timbó).

A realização do consumo de bens através do tráfico, antes inalcançáveis pelo trabalho 'legal', se constitui a maior gratificação que esta atividade pode gerar para alguns dos indivíduos envolvidos. As questões de poder tornam-se também evidentes entre essas pessoas, que passam a se destacar das demais da comunidade, aqueles que continuam com a 'mesma vidinha' de sempre.

O tráfico trás satisfação na medida em que gera poder de diferentes formas. Mas principalmente o poder de mobilização, de vislumbrar novos horizontes, viver novas experiências, experimentar outros espaços e pessoas. (Bauman,1999). Como por exemplo, a participação em festas 'de rico' como micaretas em blocos tradicionais que exigem abadás para estarem 'dentro' do cordão de isolamento do bloco, e não somente na pipoca.[53] Para alguns jovens que tivemos contato no Timbó, somente o dinheiro do tráfico lhes proporcionam essas experiências.

Todo cenário do Timbó construído com a segregação dessa comunidade favorece no recrutamento de um exército de homens adultos e jovens rapazes que diariamente ligam-se aos mecanismos comerciais, de uso e de controle social vinculados ao tráfico de drogas (MARICATO,2001). A seguir procuro dar destaque aos modos de vida desenvolvidos por estas pessoas.

Entre alguns moradores do Timbó, a entrada no crime é justificada principalmente pela falta de opção de trabalho, pela condição de pobreza, e pelas maiores possibilidades de alcançar mais dinheiro, sem ter que se submeter às duras penas do trabalho precário.

[53] As micaretas são os carnavais fora de época que acontecem em muitas cidades do Brasil. Nestas festas geralmente alguns blocos privados, puxados a trios-elétricos de arrasto, vendem o ingresso de participação em forma de abadás, camisas que dão acesso a quem veste de fazer parte do bloco 'dentro' do cordão de isolamento. As pessoas que freqüentam esses blocos dentro do cordão são majoritariamente pessoas de classe média e alta. A pipoca é o nome que se dá as demais pessoas que estão 'fora' do cordão, à maioria dos foliões das classes populares. O cordão portanto, é o mecanismo de separação dessas classes sociais nas festas de rua.

> O cara tem que ser esperto, tá ligado? Ficar marcando bobeira é coisa de otário. O cara tem que dançar conforme a música. Se só tem isso pro cara viver[...]Cair do céu não vai, do céu só cai é água mesmo.
> (Morador Timbó ligado ao tráfico)

Na visão das pessoas que fazem parte do tráfico com as quais tivemos contato, ficar esperando longos períodos para trabalhar sem perspectivas é perda de tempo. As melhores chances de sobrevivência para essas pessoas são recorrentes da audácia e de atitudes destemidas que eles mesmos ostentam. A facilidade comercial das drogas é um atrativo a mais, pois, as vendas ocorrem diariamente, e em grande volume, trazendo retorno mais rápido do que em muitas outras atividades comerciais.

> É igual a feira da batata... é minha vez, é minha vez... É gente de mais vendendo, mais também é gente demais comprando. Todo dia, todo dia tem. Só quando tem bronca aí para.
> (Érica, 23 anos, moradora do Timbó)

Segundo os contatos, tal atividade além de envolver dinheiro como meio de troca, (mais usado na compra por parte de pessoas de classe média e alta) também usa outros produtos como eletroeletrônicos, roupas, calçados no intercambio das drogas. Os trechos destacados de entrevistas que realizei nos dão algumas informações a respeito do comércio de entorpecentes da comunidade.

> O pessoal trás televisão, celular, câmara fotográfica, DVD, roupas, sapatos... o que eles conseguem eles trazem pra trocar por pedra.
> (Érica, 23 anos, moradora Timbó)

> Não trabalham não, eles roubam. Só que a gente não pode dizer por que a gente não tem nada a ver. Muitos pais de família que rouba. Muitos pais que manda os filhos roubar. Lá tem muito homem de bem, mas tem mais homem errado do que de bem.
> (Lenilda, 28 anos, moradora Timbó)

As falas das moradoras da comunidade nos revelam os caminhos percorridos por alguns usuários para chegar às drogas. O crime do tipo assaltos, arrombamentos de residências, roubos de som de carros são exemplos de práticas cada vez mais desenvolvidas por adultos, jovens, e adolescentes moradores da comunidade como meio de sustentar o vício. Dentro da comunidade tais práticas são controladas pelo comando do tráfico, sendo proibidas de serem executadas, como forma de prevenção da entrada de policiamento na área. O tráfico atua então como uma força clandestina da ordem.

> Quando os bandidos, os drogados, inventam de roubar lá dentro mesmo... Como o caso que houve de um rapaz que foi roubar uma casa lá dentro do Timbó, eles pegam manda bater, manda matar, tem um que ficou aleijado das duas mãos.
> (Jaciana, 21anos, moradora Timbó)

> Ali no Timbó é um local que não tem herói as pessoas que se dão bem lá são os traficantes, são as pessoas que mandam que são os comandantes, que mandam na favela no Timbó principalmente é o trafico é o traficante, eles que tem a força maior. Então as crianças, os jovens e os adolescentes eles vêem como uma questão de poder, uma questão de segurança de dinheiro de status eles colocam ou visualizam o traficante. Então não tem por onde correr, a família não ter por onde isolar porque eles têm contato direto, o ponto chave de lá é o trafico e o comandante, é o traficante tirando a ajuda que eles dão ao povo o traficante é a justiça da própria favela, quem faz existir é o traficante.
> (Mardonio Junior, 26 anos, morador de Bancários)

O comando do tráfico também opera ajudas as pessoas da comunidade que lhes procuram. Apesar de não serem auxílios permanentes, muitas pessoas puderam relatar que já receberam ou que conhecem pessoas favorecidas com alimentação, remédios entre outros.

> Eu mesmo gosto de morar aqui, porque aqui o povo se ajuda, eu mesmo não quero sair daqui, por que eu sei que aqui eu não morro de fome, até hoje não morri. Sempre tem gente que ajuda a gente. Aqui é bom por isso. Eles mesmo, são tudo bom pra mim, eu vou falar deles? Num tenho nada de dizer deles, cada um tem o seu jeito de ganhar a vida, porque quando eu preciso eles é que me tiram da agonia... e num é só eu não esse povo daqui tudinho já precisou, eu quero ver um abrir a boca pra dizer que é minha mentira! Eles são na dele não meche com ninguém aqui não... Só não pode fazer sujeira aqui porque eles não querem sujeira aqui não, porque se a polícia desse aí ferra tudinho! Teve um que ficou cotó, porque foi roubar aqui e eles cortaram as mãos dele, aqui é assim fez sujeira, lascou!
> (Lenilda, 28 anos, moradora do Timbó)

Outro aspecto que reflete o envolvimento com as drogas principalmente por parte dos componentes mais jovens da família trata-se dos seus efeitos nas convivências dos lares. Entre as famílias que possuem membros viciados, registra-se aumento de violência doméstica e empobrecimento, na medida em que parte do rendimento que já é restrito é destinada ao consumo de entorpecentes. No meio de famílias em que os jovens estão mais envolvidos no tráfico do que no consumo, o maior poder econômico alcançado por eles refletem alterações nas formas tradicionais de convivência familiar. Muitos jovens do tráfico no Timbó passaram

a comandar o cotidiano familiar, submetendo seus pais, avós, ou seja, os mais velhos(que nem sempre se envolvem no tráfico) às suas ordens e vontades.

A presença do tráfico na comunidade tem efeitos contraditórios, se por um lado a atividade melhorou a vida de muitos, pelo menos no que diz respeito à condição de moradia, de alimentação da família, aumentando suas oportunidades de consumo de maneira geral. Por outro, trouxe fortes efeitos negativos sobre a vida familiar, sobre os padrões de comportamento, incrementando a violência, degradando a saúde dos indivíduos e do ambiente social, colocando gerações e vidas em situação de risco e destruindo outras tantas de forma cruel e banal como destacado no trecho a seguir.

> Já vi muita mãe daqui perder seus filhos por conta das drogas, muita família sendo destruída. É filho batendo em mãe, é filho batendo em pai, é menino pequeno chegando em casa tudo torado de pau. É furada de faca, bala. Jovens tudo se acabando nas drogas, tem casa por aí que nem a mãe quer mais o filho dentro de casa, porque se não, vê a hora levar tudo de dentro de casa, vê a hora o filho pequeno terminar sendo morto. Esse pessoal não tem medo de nada não, eles matam um por brincadeira. Tem inocente pagando pelos erros do outros. É uma infelicidade, é muito triste mesmo. Só que dizem que pra quem já entrou nessa não tem mais jeito, é cadeia ou cemitério.
> (Lenilda, 28 anos, moradora do Timbó)

A ascensão financeira das pessoas através do tráfico dentro da comunidade, chama a atenção de todos que os viram crescer. Para alguns essas pessoas são vistas como vencedores, como heróis. Para a maioria no entanto, são bandidos, que põem em risco a vida de todos os moradores da comunidade indiscriminadamente. (Zaluar,2000)

Quero enfatizar que nem todas as pessoas residentes no Timbó que fizeram parte dessa pesquisa estão ligadas ao tráfico. Aliás, poucos eram os envolvidos, a maioria, apesar de estarem em condições de extrema pobreza, acredita que os benefícios alcançados através do tráfico de drogas não compensam os riscos que os traficantes atravessam em seus cotidianos.

Portanto no Timbó, assim como em outras cidades brasileiras já estudadas, a pobreza não se constitui em um determinante direto sobre a inserção em atividades do narcotráfico, antes, esta é uma atividade muito temida, mas é também uma atividade que tem facilitado o acesso de muitos indivíduos a bens e ao reconhecimento social. O que termina por atrair novos adeptos, principalmente jovens, para sua execução.

De acordo com estudos realizados pelo IDEME em João Pessoa, em 1991 o índice da população pobre da cidade era de 38,27%, em 2000 por sua vez esse índice passou a 45,51%

da população de João Pessoa. O aumento desse índice é acompanhado pela expansão de população vivendo em espaços degradados, espalhados pelos quatro cantos da cidade.

A pobreza é algo muito complexo de ser analisado porque assume um sentido e um padrão diferente para cada contexto socioeconômico e cultural. Uma noção que nos aproxima de uma definição é considerar a pobreza como a "situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada." (ROCHA,2005 p.10). Considerando este conceito, podemos caracterizar a situação de pobreza da comunidade do Timbó. Dadas as condições inadequadas de habitação, de trabalho, e de sobrevivência dos moradores dessa comunidade, além dos outros aspectos que ainda serão destacados. As diferenciações principalmente de renda das famílias nos demonstram a existência de diferentes graus de pobreza e diferentes modos de vida.

Uma forte diferenciação entre as famílias da comunidade do Timbó se dá através do consumo alimentar. "A comida é o principal veículo através do qual os pobres pensam em sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza. É ela que explica a dieta que conseguem manter."(ZALUAR,2000 p.105)

Das famílias que fizeram parte de nosso survey, a maioria são consideradas extremamente pobres[54]· Pois além de se encaixarem no nível de renda per capta que assim os qualificam, sobrevivem das vendas de materiais recicláveis. Contam com a ajuda de cestas básicas que recebem em doações, as crianças realizam a refeição mais substancial em creches ou nas escolas, e os adultos possuem alimentação insuficiente em vários dias do mês.[55]

Suas residências são bastante precárias, sem espaço para acomodar todos os membros da família de maneira que um não incomode o outro. Muitas ainda têm parte do espaço ocupado por material reciclável recolhido para venda (foto 15, casa 1). O consumo de energia dessas casas e água dessas casas em média não ultrapassa R$ 20,00.

[54] De acordo com as especificações do programa Bolsa Família.
[55] Observamos que alguns deles em vários dias deixam de fazer pelo menos uma das três refeições.

FOTO 15: Casa 1. Timbó II. Créditos: Cristiane Leal

Já a menor parte das famílias mesmo apresentando situação difícil vivem um pouco melhor do que as primeiras. Estas últimas fazem com mais regularidade as principais refeições do dia. Possuem bens de consumo duráveis como fogão, geladeira e televisão, inclusive alguns possuem DVD e Videogame para as crianças (foto 16, casa 2).

FOTO 16: Casa 2. Timbó II. Créditos: Cristiane Leal

Os modos de vida dos moradores do Timbó variam muito principalmente em função de suas condições de trabalho,(ou principalmente em função de suas estratégias de conseguir gerar renda), e dos relacionamentos que conseguem estabelecer através dele.

Diante de tudo que foi exposto é possível perceber que o nível de violência da segregação que incide sobre esta comunidade, não é o mesmo para todos os seus moradores. As diferentes condições de trabalho, de geração de renda, de instrução, de relação com moradores de outras partes da cidade, suas histórias de vida. Ou seja, as características individuais de cada morador, influenciam fortemente sobre a repercussão que a violência da segregação gera sobre a vida de cada um desses indivíduos, sobre seus comportamentos, e também vão determinar o olhar que elas fazem de seu ambiente de moradia e sobre a própria violência.

Segundo Bauman(2003), a situação da vida em comunidade se dá de maneira diferenciada entre os diversos níveis sociais. Apresenta os guetos e os subdividem em voluntários, e involuntários. Os guetos voluntários, na opinião de Bauman funcionam como uma espécie de comunidade em que as pessoas podem sair, mas nem todos podem entrar. Os moradores desse espaço buscam por segurança, são especificamente os Condomínios Fechados, onde seus moradores, "procuram por um ambiente seguro, a prova de ladrões". Ou seja, a Comunidade que procuram, é caracterizada pelo "isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados."

Os guetos involuntários, as favelas, por exemplo, são espaços onde não se pode sair. Em ambos os casos há a questão da regulação entre liberdade e segurança. Bauman conclui que em nenhuma dessas perspectivas, seja no gueto voluntário ou involuntário, a condição de comunidade é firmada, pois em ambas as situações ocorre à exacerbação do isolamento, o que termina por afetar a vida no gueto. No primeiro caso amplia-se a individualização e no segundo a partilha do estigma da humilhação, do contato rotineiro com a precariedade, promove a ansiedade de não participar da vida coletiva desse ambiente.

Esta última colocação Baumariana nos serve para refletir sobre as falas e opiniões de algumas pessoas do Timbó, entre elas:

> Isso aqui foi tudo invadido...Só que teve gente que depois vendeu, minha avó comprou esta casa, que era menor só que depois meu avô aumentou[...]Meu sonho é ir embora daqui desse buraco, dessa Favela, desse Timbozinho mesmo...o povo daqui é tudo fofoqueiro, vive nas portas do outros, a gente não pode fazer nada, comprar nada que todo mundo fica sabendo, ficam com inveja. (moradora do Timbó)

Para parte dos moradores a pobreza, a precariedade, a falta de infra-estrutura, o contato muito próximo com as pessoas, os casos de violência, a presença de sentimentos negativos, lhes causam repúdio, lhes provocam ao afastamento com os demais moradores da região e lhes incentivam o desejo de sair dali. Comentam que apesar dos laços de solidariedade que há entre algumas pessoas, a intimidade, os convívios cotidianos invasivos e tensos, determinam limitações em suas liberdades e em suas intimidades. (BAUMAN,2003).

Os significados de violência para os moradores do Timbó estão ligados muito freqüentemente a condição de pobreza e a falta de possibilidades a que estão submetidos. Alguns citam como violência as humilhações que precisam se submeter no trabalho, as domésticas foram as que mais comentaram esse tipo de agressão. A miséria de não ter o que comer, é a maior forma de violência em suas opiniões e junto com as violências domésticas, brigas e os acertos de conta(assassinatos) ligados as drogas são as mais freqüentes no ambiente em que vivem.

A vulnerabilidade de toda comunidade à violência, o grande envolvimento dos jovens na criminalidade, foi algo muito destacado entre os moradores do Timbó quando discorriam sobre a violência. Que produz não somente vítimas fatais, mas produz todo tipo de efeitos negativos sobre a conviviabilidade da comunidade.(Maricato,2001)

> A gente aqui não pode sair de noite pra canto nenhum, porque é muito perigoso, principalmente as meninas, já vi muitas serem estupradas. Assalto aqui tem muito! Vá daqui pra li, pra você vê! Mesmo o pessoal tomando de conta aí, que eles não querem que façam essas coisas aqui não, mas, por exemplo, se for lá pra pracinha, lá é bom o pessoal de lá é tudo gente fina, mas daqui pra lá é muito esquisito e os bandidos daqui se aproveitam, aí já viu. Eu mesma não deixo minhas meninas irem pra lá de jeito nenhum. As bichinhas vivem tudo presa, nem pra igreja eu deixo elas irem, eu tenho pena, mas é pro bem delas. (Mira, 40 anos, moradora do Timbó)

A violência presente dentro da comunidade surge assim como fator que reforça a segregação desses moradores na medida em que são intimidados de fazer maiores usos dos espaços de convívio público e agem preventivamente enclausurando-se em suas casas e privando-se de utilizar outras áreas do bairro. (Wacquant,2001)

4.5 Respostas de violência à segregação

Na sessão anterior observei alguns modos de vida desenvolvidos na comunidade do Timbó, que são favorecidos pelo cenário de segregação desenhado naquele lugar e sobre aquelas pessoas. Quero aqui dar um pouco mais de destaque aos crimes que freqüentemente estão relacionados ao tráfico de drogas da comunidade, como assaltos, arrombamentos, que apesar de já terem sido citados como estratégias de meio de vida, são também encarados nesta pesquisas como tipos de violência recorrentes da segregação.

Muitos crimes como assassinatos, estupros, assaltos foram relatados por alguns de nossos entrevistados e na maioria das vezes segundo suas opiniões estavam ligados ao tráfico de drogas, seja como forma de manter o vício, acerto de contas, ou como meio de vida. Esses relatos surgiram tanto entre os próprios moradores do Timbó, inclusive entre pessoas que disseram ter praticado tais comportamentos de violência, como entre os moradores de classe média do bairro, estes últimos, porém assumindo sempre posições de vítimas.

Uma prática que pude observar entre os moradores de classe média relaciona-se com a criminalização da pobreza, ou em outras palavras a criminalização dos moradores do Timbó. De tal sorte que os assaltos, arrombamentos e invasões de residência são freqüentemente ligados pela maioria destas pessoas, aos moradores do Timbó. Sabe-se que nem sempre isso é verdadeiro, mas segundo alguns moradores da comunidade, inclusive os próprios assaltantes, o Bancários é uma área favorável aos assaltos, pela falta de policiamento, e pelo vazio de suas ruas.

> Já fiz de tudo na minha vida, só não matei ninguém, porque eu acho que matar é demais, mas conheço muita gente que mata e não estão nem aí. Roubar tudo bem porque no máximo a pessoa toma só um susto, mas tirar a vida eu não tenho coragem.[...] A gente já roubou em Altiplano, em Bancários, em Mangabeira, mas Bancários é melhor porque tem a mata ali perto, porque não tem polícia, as ruas são esquisitas, e o povo daqui já está é acostumado. Eles não vivem dizendo que nós somos tudo ladrão, então nós somos mesmo! (Morador do Timbó)

O trecho acima nos remete as proposições de Jane Jacobs(2003), para quem "a primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública, a paz nas calçadas e nas ruas, não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente de controles e padrões de comportamento espontâneo presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados."(JACOBS, 2003).

A ausência das pessoas nas ruas, o individualismo e o recuo da vida pública principalmente nas áreas dos conjuntos, contribui para as ações de violência no bairro. Apesar de terem sido reduzidas nas imediações da Praça da Paz, dado o grande movimento de pessoas pelo seu espaço, outras localidades, porém, ainda favorecem os casos de estupros, assaltos a mão armada e outros crimes em Bancários.

A frase final do último depoimento, ("Eles não vivem dizendo que nós somos tudo ladrão, então nós somos mesmo!"), retrata bem os efeitos da segregação realizada sobre parte dos moradores do Timbó. Efeitos esses que repercutem sobre suas identidades, e sobre suas práticas de violência e crimes, tendo como principais alvos alguns de seus agentes segregadores. Que como se sabe não se resume apenas aos outros moradores do bairro mas que por sua vez, ganha maiores proporções sobre os agentes corporificados no bairro, ou seja, os moradores de classe média. Assim como demonstra a fala a seguir de um dos garotos que entrevistei no Timbó.

> Tem boy que rouba as boyzinha ali daquele colégio, pega celular, pega MP3, na maior. A galera lá da escola tem medo dele, porque o boy é do cão. Até a mãe dele tem medo dele! Mas ele rouba mais ali pelo lado daqueles colégios dos ricos, Geo, Século, os boy de lá tudo tem essas coisas, e dão bobeira demais. (adolescente morador do Timbó)

Alguns desses crimes ocorridos em Bancários têm repercussão na mídia da cidade. E como já demonstrei isso contribui para reforçar a segregação existente no bairro. Já que estimula o estigma e cria fronteiras entre os moradores, além de fortalecer entre os demais moradores da cidade a imagem de que o bairro de Bancários é um dos mais violentos de João Pessoa. O trecho abaixo é um recorte de uma dessas reportagens jornalísticas que mesmo involuntariamente, determina o fortalecimento da estigmatização da pobreza em João Pessoa. (Champagne, 2003)

> **Homem é preso dentro de apartamento nos Bancários.** Terça, 23 de Setembro de 2008**.**
>
> Joselito de Lima, 18 anos, foi preso, dentro de um apartamento em Bancários, João Pessoa, acusado de tentativa de assalto. Joselito, usuário de drogas, que reside na comunidade do Timbó, rendeu a proprietária usando um pedaço de lâmpada, mas acabou dominado por moradores e entregue a uma guarnição policial. Ele foi conduzido à Delegacia de Mangabeira onde foi autuado em flagrante e depois transferido para Central de Polícia.
>
> **Portal Correio de Comunicação**
> **Disponível em:**
> http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=50918

Algumas teses sobre violência urbana tratam sobre sociabilidades violentas[56]. A essência do significado de Sociabilidade violenta esta ligado ao fato da transformação da força, antes tida como meio de obtenção de interesses, para se constituir no próprio princípio de regulação das relações sociais estabelecidas. Assim como comenta Machado da silva(2004).

> Uma vez que o princípio que estrutura as relações sociais é a força, não há espaço para a distinção entre as esferas institucionais da política, da economia e da moral etc. Quanto à dimensão subjetiva da formação das condutas, os agentes responsáveis pela gênese e consolidação desse ordenamento não se pautam por referências coletivas moderadoras da busca dos interesses individuais de curtíssimo prazo, deixando o caminho aberto para a manifestação mais imediata das emoções. Para eles, o mundo constitui-se de uma coleção de objetos – nela incluídos todos os demais seres humanos, sem distinguir seus "pares",[57] – que devem ser organizados de modo a servir a seus desejos. É claro que limites à satisfação desses impulsos são reconhecidos, mas apenas sob a forma de resistência material, e não como restrições de caráter normativo ou afetivo.
> (MACHADO DA SILVA, 2004 p.39,40)

Para este autor, as formas de sociabilidades violentas são adquiridas conforme as experiências de vida adquiridas pelo portador de tal sociabilidade. Portanto não é algo naturalmente presente entre todos os indivíduos, porém todos são suceptíveis de desenvovê-las, principalmente os jovens e adolescentes.

Algumas situações podem ser destacadas como formas de sociabilidade violenta verificada em Bancários. Entre elas, realço uma situação de conflito entre grupos de adolescentes do Timbó e algumas crianças e seus pais das classes médias do bairro.

O grupo de adolescentes, montados em bicicletas, na tentativa de se estabelecer na pista de skates da Praça da Paz, e serem notados na praça, chegam gritando e cantando funk's, realizam manobras arriscadas e fazem medo as crianças que brincam de escorregar na pista. Os gritos, 'palavrões', músicas e piadas que contam enquanto sobem e descem no hall, soam como ameaças as crianças e afrontam aos seus pais que logo as tiram da pista.

Esses adolescentes assumem posição de comando, e de maneira forçada se inserem nas brincadeiras da praça. Tal situação nos revela que a forma de inserção que esse grupo encontrou, são expressões de violência que respondem a segregação sobre ele imputada.

---

[56] Esse argumento vem sendo desenvolvido em diversos trabalhos nos últimos anos. Ver Machado da Silva, 1994, 1995, 1997 e 2004.

[57] Para esse autor "na sociabilidade violenta, os grupos não se organizam segundo referências à honra, à amizade, etc., de modo que as metáforas usualmente empregadas para descrever a formação da ação coletiva nesse âmbito – gangue, máfia, exército etc. – são claramente impróprias". (MACHADO DA SILVA, 2004 p.40)

Mas se estas atitudes permite a inserção social desses jovens, por outro lado, contribuem para a limentar o círculo vicioso que os marginaliza. “Sentindo-se excluídos, eles são levados a assumir comportamentos que os excluem mais ainda, desencorajando ao mesmo tempo as raras boas vontades que se manifestam a seu respeito.” (Champagne,2003 p.77)

Os casos de violência são, portanto na visão desta pesquisa as respostas mais intensas à segregação em Bancários. Torna-se o recurso mais imponente utilizado pelos segregados do bairro de manifestar sua existência, presença e inserção no cotidiano do bairro, embora que de maneira marginalizada e extralegal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisou as relações entre violência e segregação urbana no contexto de Bancários, um bairro de João Pessoa, capital da Paraíba, marcado por fortes diferenciações culturais, sociais, estruturais e econômicas.

Aqui o conceito de segregação adotado referiu-se ao processo social pelo qual as pessoas de um determinado grupo social se estabelecem involuntariamente em áreas irregulares da cidade, caracteristicamente formadas por áreas de risco, sem valor comercial imobiliário, e são acompanhadas por outras pessoas com características sociais e econômicas semelhantes. O fato de habitar a cidade em seus espaços irregulares priva essas pessoas dos benefícios gerados pela gestão pública, o que automaticamente reduz seus "direitos à cidade" e à cidadania. Além destes, outros elementos compõem o conceito de segregação aqui empregado, tais como os fatores sociais, culturais e econômicos que se expressam por meio de comportamentos de evitação entre os agentes sociais.

Considerando este conceito, a existência da segregação no bairro de Bancários, especificamente sobre a comunidade do Timbó, foi comprovada, através da verificação de algumas circunstâncias que incidem sobre a vida dos moradores de tal comunidade. Algumas dessas circunstâncias, porém não são específicas apenas ao bairro deste estudo, ou somente a cidade de João Pessoa. São processos que atualmente tem tomado dimensão global atingindo indiscriminadamente cidades de todo planeta, este é o caso dos efeitos econômicos do sistema capitalista sobre o campo principalmente do trabalho e dos rendimentos.

Outras circunstâncias são próprias da cidade de João Pessoa. De forma geral, trata-se de questões culturais dominantes na cidade, e das questões que envolvem sua legislação e administração pública. Outras ainda, dizem respeito especificamente ao bairro, referem-se principalmente às relações sociais entre a sua população.

O elemento global ligado ao campo da Economia, bastante visível no processo de segregação em Bancários, referiu-se principalmente às condições de trabalho e renda de seus moradores. As condições atuais do mercado de trabalho no Brasil, assim como em João Pessoa, caracterizado pela precariedade de trabalho e os baixos rendimentos, atinge principalmente os trabalhadores de pouca qualificação, assim como, a grande maioria dos indivíduos em idade ativa de trabalho no Timbó. O não acesso ao trabalho e a renda se configura como bloqueador de melhores possibilidades de vida na cidade, inclusive de moradia. E ainda fundamenta estigmas por parte de outros moradores do bairro e da cidade de forma geral.

Observei que a relação entre trabalho e segregação dos moradores do Timbó segue uma dupla dinâmica, de forma que um elemento retroalimenta o outro. Isso se dá principalmente devido aos estigmas imputados sobre essa população, o que lhes prejudica inclusive na obtenção de emprego, formando com isso um círculo vicioso entre segregação e falta de trabalho.

Entre as circunstâncias relativas à cidade, a primeira delas está relacionada à cultura de suas classes sociais, média e alta, que tradicionalmente tem a visão de associar a pobreza com a marginalidade. Como visto, tal forma de pensar dessas classes integra e orienta o imaginário social de João Pessoa, e se constitui forte elemento de segregação da cidade desde os primórdios de sua formação social e urbana.

Verifiquei que em João Pessoa em todos os tempos, os integrantes da classe alta eram majoritariamente os indivíduos que comandavam as trajetórias que a urbanização da cidade deveria tomar. Dessa forma, promoveram diversas 'obras' e políticas que tendo a justificativa de ordenar e limpar a cidade determinava a expulsão dos seus moradores pobres para áreas mais afastadas dos novos e modernos espaços de convivência social, que a cidade foi ganhando ao longo de sua construção. De maneira que as áreas possíveis às populações de baixa renda eram/são aquelas rejeitadas pelas classes dominantes.

As políticas urbanas desenvolvidas em João Pessoa tradicionalmente beneficiram os bairros nobres e seus moradores. A legislação urbana da cidade até o início desta década fechou os olhos para a habitação dos moradores de baixa renda da cidade que ocupavam irregularmente os assentamentos, principalmente formados a partir da década de 70. As circunstâncias ligadas à administração pública municipal se mostraram na visão desta pesquisa um dos elementos mais marcantes da promoção da segregação urbana. Dado que eximiu o poder público de atuar sobre a urbanização dos espaços mais precários da cidade, durante anos. A incapacidade da legislação municipal em acompanhar os ordenamentos sociais em João Pessoa associada à falta de ação dos poderes públicos executivos compôs a exclusão planejada nessa cidade.

Se por um lado os benefícios públicos desenvolvidos na cidade estiveram associados exclusivamente as camadas 'privilegidas' de João Pessoa, por outro, os problemas foram socializados, na medida em que seus moradores das camadas populares tem mais motivos para estarem insatisfeitos do que realizados quanto as suas formas de habitar a cidade. Além disso, se, se preconiza que os problemas de violencia é pertinente a pobreza, aí também a socialização foi realizada, já que toda João Pessoa hoje, compartilha dos eventos da violencia urbana.

Alguns elementos específicos do bairro foram aqui também abordados como formas de comportamento que promovem ou expressam a segregação. A primeira delas diz respeito à representatividade fragmentada do bairro. As três associações existentes em Bancários, lutando por diferentes causas promovem divergências de interesses e perdas para todas elas. Essa divisão favorece conflitos entre moradores do bairro, o que reforça as expressões de evitação entre eles.

A criminalização da pobreza foi o elemento mais imponente de segregação no que se refere aos comportamentos de evitação e afastamento entre os moradores dos conjuntos em relação aos moradores do Timbó. O individualismo e a intolerância entre os indivíduos, tão destacado em Simmel(1979) marcaram os comportamentos de parte dos moradores de classe média, fundamentando a segregação em comportamentos antes vistos como 'necessários' e 'normais' para a vida urbana atual, do que como discriminatórios e excludentes.

Verifiquei que as relações dos diversos moradores do bairro se tornam mais prováveis, quando os moradores do Timbó se colocam como prestadores de serviços aos grupos de classe média do bairro, sejam nos espaços públicos como na praça da paz, ou nos estacionamentos externos do Shopping Sul. Ou ainda nas cozinhas das residências do bairro, que costumam contratar as domésticas e faxineiras por salários altamente defasados, exigindo, porém o cumprimento de uma ampla grade de atividades.

Os encontros entre os diversos moradores de Bancários se dão ainda nas instituições religiosas do bairro. Nestas, os moradores do Timbó são vistos principalmente como os instrumentos que promovem a oportunidade da classe média de realizar 'boas obras'.

Pelos efeitos negativos produzidos sobre o cotidiano dos moradores do Timbó, pela acumulação de desvantagens sociais, apesar de apresentar níveis diferenciados, a segregação foi encarada nessa pesquisa como uma forma de violência. Por isso convencionei chamá-la de violência da Segregação.

Esses efeitos podem ser em muito relacionados. Aqui foi destacada a imobilidade da maioria dos moradores do Timbó em experimentar outras áreas da cidade, e em ampliar suas redes sociais. Essa imobilidade, como demonstrou Wacquant (2005), afeta diretamente as oportunidades dos moradores no contexto da cidade, restando ao morador poucas alternativas diante de algo consumado.

Os efeitos negativos também puderam ser observados sobre a degradação da vida da comunidade nos aspectos sociais, de convivência familiar e entre a vizinhança, na degradação dos indivíduos principalmente em suas auto-estima, na falta de projetos e de perspectivas para o futuro.

A segregação ainda pode ser mencionada como favorável à presença de elementos considerados fatores de risco ao crime violento na comunidade, tais como comércio de drogas, presença de armamentos, entre outros. Elementos que reduzem a qualidade da vida urbana não somente desses moradores, mas atinge a cidade de forma geral. E, além disso, a segregação em Bancários pode ser observada pelos efeitos negativos sobre as condições de saúde e educação dos moradores do Timbó, devido principalmente a carência de acesso aos serviços públicos de qualidade.

Se por um lado a segregação se apresentou como uma forma de violência, ela também se revelou nesta pesquisa como mecanismo facilitador da promoção de outros tipos de violência. Confirmando a hipótese de que a segregação do bairro contribui à violencia urbana. Esta pesquisa verificou que o cenário de segregação em Bancários se constitui como potencial articulador do crime no bairro, apesar de observar que a maioria de sua população não segue esse caminho.

Destacamos que alguns elementos presentes no Timbó que tem como efeito a desorganização social da comunidade, especialmente ligado aos mecanismos de controle social da comunidade, das formas de convivência familiar, dos usos de drogas e bebidas alcoólicas, entre outros associado ao tráfico de drogas tem sido favorável a criação de um clima social e uma cultura que diminuem enormemente a eficácia normativa necessária às práticas e relações de solidariedade, cordialidade e afetividade entre os moradores do bairro. Esses mecanismos sendo incidentes especialmente sobre os jovens moradores da comunidade, aqueles que são recrutados pela organização criminosa adquirem rapidamente massivos recursos, sejam eles armas ou dinheiro. Mas por outro lado, os submetem ao risco constante de morte, o tem como principal repercursão um clima social em que o encurtamento dos horizontes de tempo de vida dos jovens os conduz a atitudes pouco propícias à aceitação dos valores da sociedade.

Algumas demonstrações de comportamentos violentos presentes no cotidiano da comunidade se mostraram mais fortes entre as pessoas que decidiram atuar no mundo do crime. Mas, foi muito visível de forma geral no Timbó, entre os membros das famílias e entre vizinhos, formas depreciativas de comunicação, tais como apelidos pejorativos, adjetivos negativos, entre outros. A falta de moderação tanto relativa ao uso de bebidas alcóolicas, quanto as formas de danças entre casais em atividades festivas coletivas, foram relevantes para desenvolver conflitos entre pessoas da comunidade, muitos desses conflitos por sua vez, evoluíram para graves casos de violência entre moradores do Timbó.

Entre aqueles que se apresentaram como envolvidos em crimes, verifiquei um potencial espírito de revolta ao terem seus direitos à cidade e à cidadania violados. Essas pessoas revelaram que não tem mais nada a perder. O dano desses direitos lhes sustentam o espírito guerreiro, destemido. Associada a isso, os fatores de risco presente na comunidade, a instigação cultural do consumo, além de suas necessidades de reconhecimento social aliada a de liberdade, a busca por poder, e possibilidade de dinheiro rápido e fácil, se mostraram os principais componentes que lhes atraem ao crime.

Por fim, ao contrário do que muitas pesquisas demonstraram e contra o pensamento de muitas pessoas, a pobreza, as necessidades básicas a serem supridas foram presentes sim, porém demonstraram ser os elementos menos poderosos em fazer alguém entrar no crime, assim como demonstrou, Zaluar(1985,2004), em suas pesquisas realizadas em favelas do Rio de Janeiro.

Isso por sua vez, foi comprovado na medida em que muitos moradores do Timbó demonstraram aversão ao crime, apesar da extrema pobreza a que estão submetidos. Encaram a sobrevivência como uma luta diária de muito trabalho, seja ele qual for, até mesmo se submetendo aos lixos urbanos e sendo confundidos a eles. Mas demonstrando, sobretudo, que, se o crime é uma armadilha forjada contra toda a sociedade, são os pobres das cidades suas maiores vítimas, atingidas duplamente, primeiro, por estarem mais vulneráveis a esses eventos de violência, e depois, por serem vítimas de processos discriminatórios como os estigmas e a segregação.

Finalmente, a riqueza e a complexidade da realidade social referente a segregação e violência no espaço urbano nos chama atenção a dar continuidade aos processos investigativos, uma vez que todo processo de pesquisa social compreende uma aproximação da realidade que nunca se completa, já que a realidade nunca se esgota. É com esta perspectiva que encerro este trabalho, não dado por terminado, mas vislumbrando as trajetórias que ele acena a percorrer.

BIBLIOGRAFIA

ABIKO, A. K. **Introdução a Gestão Habitacional**. São Paulo, EPUSP, 1995.

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: Hirano, Sedi (org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

ABRANCHES, S. **A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade.** In: Velloso (org.) Fórum Nacional: A construção da modernidade econômico-social. Governabilidade, sistema político e violência Urbana. Rio de Janeiro: José Olimpio editora, 1994.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. **Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989**. In**:** Tavares dos Santos, José Vicente. (Org.). Violências em tempo de globalização. 1a ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 66-90.

ANDRADE, Paulo Augusto Falconi. **Metamorfoses dos Centros Urbanos: Uma Análise das Transformações na Centralidade de João Pessoa – PB 1970-2006**. Dissertação UFPB/CT, João Pessoa, 2007

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas, SP, Cortez, 2003.

AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. **Uma cidade de quatro séculos - evolução e roteiro.** João Pessoa: A União Editora, 1985

BAUMAN. Zygmunt. ***Globalização*: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 a.

BAUMAN. Zygmunt. ***Modernidade e Ambivalência*** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 b.

BAUMAN, Zygmunt.***Comunidade* : a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

BAUMAN. Zygmunt. ***Vidas Desperdiçadas***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN. Zygmunt. ***Medo Líquido***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEATO, C. et al. **"Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil de 1995 a 1999**". *Cadernos de Saúde Pública* 17(5):1163-1171, set/out. 2001.

BEYNON, H. "**As práticas do trabalho em mutação". In ANTUNES, R. (org.) Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BONDUKI, N. G. e ROLNIK, R. **Periferia da Grande São Paulo – Reprodução do Espaço como Expediente como expediente da força de Trabalho**. In : MARICATO, E A. A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial .São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 2ª Ed, 1982.

BOURDIEU, P. (coord). **A miséria do mundo**. 5ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

CAMARGO, C. et al(org) **Crescimento e Pobreza**. São Paulo, Ed. Loyola, 1976.

CAMPOS, Edmundo. **A criminalização da Marginalidade e a Marginalização da criminalidade.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 12(2) 139 – 161. 1978

CAMPOS, Edmundo. **Sobre Sociólogos pobreza e Crime**. DADOS, Rio de Janeiro, V.23,n.3. 1980.

CANO, I. **Análise territorial da violência no Rio de Janeiro**, ISER, 1997, p.43. CEDEC. Mapa de Risco da Violência: Cidade de São Paulo. 1996.

CARDIA, Nancy ; SCHIFFER, SUELI. **Violência e Desigualdade Social**. **In:** Revista Ciência e Cultura. São Paulo. Jul/set, p. 25-31, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade** São Paulo: Contexto, 2004

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede (vol 1 - A era da informação: economia, sociedade e cultura)**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão Midiática. In: BOURDIEU, P. (coord). **A miséria do mundo**. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

Da MATA, D.; LALL, S. V.; WANG, H. G. (2008), **Favelas e Dinâmica das Cidades Brasileiras**, Livro: Ensaios de Desenvolvimento Regional e Urbano, Brasília: IPEA.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A Maldição do Trabalho. Homens pobres, Mendigos, Ladrões... no Imaginário das Elites Nordestinas – 1850 – 1930**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) UFPB. João Pessoa. 1988

DEMO, P. "Pobreza política". *Papers*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993.

EGITO, Maria Jacy Caju do. **Expansão Urbana e Meio Ambiente: Representação social dos agentes da construção civil em João Pessoa – PB.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PRODEMA – UFPB. 2005

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Trad. de Dainis Karepovs. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony.**Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 1988

GOMES, Maria de F. C. Marques. **Sonhos Urbanos e pesadelos metropolitanos: Violência e Segregação na Cidade do Rio de Janeiro.** Revista Nova de Geografia e ciências Sociais. Universidad de Barcelona. Vol. VII. N. 146(131). 2003

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOURY, Mauro G. Pinheiro. **De que João Pessoa tem Medo?** Ed. UFPB, 2008 a

KOURY, Mauro G. Pinheiro. **Cultura do Medo e Juventude: Uma Análise do Brasil Atual.** Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1677&Itemid=29. 2008 b

LAVIERI, Maria Beatriz; LAVIERI, João Roberto. **A Evolução da Estrutura Urbana Recente de João Pessoa – 1960/1986. Relatório da Pesquisa "Movimentos Sociais Urbano e Estados do Nordeste"**. João Pessoa, MCS – NDIHR – UFPB, abr. 1987.

LAVIERI, Maria Beatriz; LAVIERI, João. **Evolução Urbana de João Pessoa pós-60** in Regina Célia. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB (Col. "História Temática da Paraíba", vol. 3). 1999

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri.**A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, Marco Antonio Suassuna. **Morfologia Urbana, Qualidade de Vida e Ambiental em Assentamentos Espontâneos: O Caso do Bairro São José – João Pessoa – PB**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: PRODEMA/UFPB, 2004.

LOJKINE, Jean; **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. Tradução: Estela do S. Abreu, São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MACHADO DA SILVA, L. A. **"Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano"**, in RIBEIRO, L.C.Q. (org), Metrópoles: entre a cooperação e o conflito. SP/RJ: Perseu Abramo/FASE, 2004.

MACHADO DA SILVA, L. A e LEITE, M.P. **"Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas", Rio: a democracia vista de baixo**. RJ:IBASE, 2004.

MALINOWSKI, B. **Introdução: O assunto, o método e o objetivo desta investigação**. In: E. R. Durham (Org.), *Malinowski* (Coleção Antropologia). São Paulo: Ática, 1986

MARTINS, Jeová Dias. **As regras da metrópole. Campo urbanístico e ordem social na região metropolitana de São Paulo**. Tese (Doutorado) Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2006.

MATOS, R. **Aglomerações Urbanas, Rede de cidades e desconcentração demográficas no Brasil**.
Disponívelem:**http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf. Acessado em 07/09/08.**

MAGNANI José G. Cantor. ***A Rua 15: De praça em Praça, Um exercício Antropológico.*** Rev. bras. Ci. Soc. vol.17 no.49 São Paulo, 1991.

MAGNANI, José G. Cantor**. Os Pedaços da Cidade**. Relatório de Pesquisa, São Paulo, Departamento de Antropologia, USP, 1991.

MAGNANI José G. Cantor. ***DE PERTO E DE DENTRO*****: notas para uma etnografia urbana** Rev. bras. Ci. Soc. vol.17 no.49 São Paulo, 2002.

MARICATO, Ermínia. Brasil, **Cidades: Alternativas para a Crise Urbana**, Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **A Bomba Relógio das Cidades Brasileiras. Disponível em:** www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/04textos/exclusao.doc

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação e Desigualdade.** Estudos Avançados. São Paulo.V.17 n.48. 2003

MAYOL, P. DE CERTEAU, M. GIARD, L. **A invenção do cotidiano: 2. morar e cozinhar.** Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

MENDONÇA, Jupira Gomes. **Mobilidade Residencial e segregação sócio-espacial na região metropolitana de belo Horizonte**. disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D57.

MISSE, M. **Da violência de nossos dias**. 2002, p. 1-5. Disponível em: http://www.unicrio.org.br/

MISSE, M. **POLÍCIA MATA MAIS QUE GUERRAS**. Entrevista concedida ao Site No Minimo em 21/11/2005. Disponível em: http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/POLÍCIA%20MATA%20MAIS%20QUE%20GUERRAS_no%20minimo.pdf

MELLO, José Octávio de Arruda (coord.). **Capítulos da História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1987

MULLER, L. P. C. **Lazer e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

NOGUEIRA, Regina Celly. (2000). **As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade**. *Revista Geografares, v.1, nº1, Junho,* Vitória. Disponível em: <http://www.ufes.br/~geoufes/download/singularidades%20.pdf>

IHGP, Jornal União, Janeiro, Março, Abril, Maio e Junho de 1980.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Classes e Sociabilidades no Meio Urbano**. Projeto Intinerâncias Urbanas.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um conceito. In: Revista Brasileira de Ciencias Sociais nº 33, 1997. pp 49- 62.

PAES DE BARROS, R. HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retyrato de uma estabilidade inaceitável. In: Revista Brasileira de Ciências Sociaisvol. 15 nº 42, 2002.

PAUGAM, Serge. **Enfraquecimento e a Ruptura dos vínculos Sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. São Pulo: Cortez, 1991.

PARK, Robert. In, **O Fenômeno Urbano**. In:VELHO, Otávio G. (org.). Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979.4ª- Ed

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Estado, Regulação Social e Controle Democrático**. In: BRAVO, Maria; SOUZA, Inês; PEREIRA, Potyara Amazoneida.(Orgs) Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez, 2001.

PORTO, Maria Stela Porto. (2002). **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Sociologias,** Porto Alegre, ano 4º, nº-8, jul/dez 2008, p. 152 – 171.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo, Boitempo, 2001.

PRÉTECEILLE,Edmond. **A Evolução da Segregação Social e das Desigualdades Urbanas: O caso da metrópole parisiense nas últimas décadas**. In Caderno CRH, Salvador,n.38 p.27-48, jan/jun, 2003.

QUIROGA**,** Ana Maria . **Integração Social na Cidade**. In: Documento de Base II Encontro Bienal URBAL, 2001, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro : URBAL.

RAMOS, Lauro. **A Evolução da Informalidade no Brasil Metropolitano: 1991-2001**. IPEA. Texto para Discussão nº 914. 2002

RIBEIRO, Márcia Lamas. **A Gota que Falta para a Cidadania - A Experiência do Semasa em Projetos de Semi-urbanização de Favelas**. Disponível em: http://www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/35Assemae104.pdf

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; PRETECEILLE, E. **Tendências da Segregação Social em Metrópoles Globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80** . Rev. bras. Ci. Soc. vol.14 n.40. São Paulo. 1999

RIBEIRO, L.C. Q. e LAGO, L.(1999). O Espaço Social das grandes Metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. In: WWW.ippur.ufrj/observatorio.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. O Futuro das Metrópoles:desigualdade e governabilidade.Rio de Janeiro. REVAN/FASE, 2000

REZENDE, Aldo e OLIVEIRA, Fernando Bolhas Urbanas: na contramão do direito a cidade o paradoxo da segregação sócio-espacial institucionalizada V JORNADA INTERNACIONAL DE VIVENDA, Chile, 2007. Disponível em **http://www.invi.uchile.cl/derechociudad/ponencias/Jornada/Panel%203/10.%20Rezende,%20Oliveira.pdf**

RODRIGUES, Arlete Moysés. "**Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade**" in Revista Cidades, v.2 nº. 3, 2005, p.89 -110.

ROLNIK, R. O que é Cidade. São Paulo Brasiliense,1988.

ROLNIK, R.. A cidade e a lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel/Fapesp 2003

SABOIA, João. **Tendências do mercado de trabalho metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho**. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS Jr. Orlando Alves dos. (Org.). **Globalização fragmentação e reforma**

urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.93-120.

SABOYA, Renato. **Outorga Onerosa do Direito de Construir**. Disponível em http://urbanidades.arq.br/2008/03/outorga-onerosa-do-direito-de-construir/

SAMPAIO, M.R.A. **Vida na Favela. In: Habitação e Cidade**. São Paulo, FAU-USP, 1998.

SANTOS, Isoylle Cássio Pereira. **Diagnóstico da Segurança Pública na Cidade de João Pessoa/PB**. O Exemplo do Conjunto dos Bancários, do Cabo Branco e de Mandacarú. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia UFPB, 2002

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993

SANTOS, S. M. et al. "**Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996**". *Cadernos de Saúde Pública*. 17(5):1141-1151, set/out, 2001.

SANTOS, C.N.F ***Quando a Rua vira Casa***, São Paulo, IBAM/FINEP, 1985

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Nobel, 1998.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, Juniele de Sousa. **Uma área de Lazer no Bairro dos Bancários segundo o conceito do "desenho universal"**. Monografia apresentada ao Departamento de Arquitetura da UFPB, 1999

SILVA, Fernando Siqueira da . Justiceiros e Violência Urbana. São Paulo:Cortez, 2004

SIMMEL, Gerog. ***O Indivíduo e a Díade***. In, Fernando H. Cardoso e Octavio Ianni (orgs.), **Homem e Sociedade.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964

SIMMEL, Gerog. ***A Metrópole e a Vida Mental***. In, O Fenômeno Urbano. In:VELHO, Otávio G. (org.). Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979.4ª- Ed

SIMMEL, G. **O indivíduo e a liberdade**. In: Jessé Souza e Berthold Öelze (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998-a, p.109-117.

SIMMEL, G. **O dinheiro na cultura moderna**. In: Jessé Souza e Berthold Öelze (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998-b p.23-40.

SPOSATI,Aldaíza de Oliveira. Exclusão Social Abaixo da linha do Equador. In: Véras, Maura Pardine Bicudo. Por uma Sociologia da Exclusão Social. São Paulo:EDUC,1999.

TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília. Êxodo Rural da Paraíba: Uma Análise do Período de 1991/96. In SANTOS, Taís de Freitas. (org.) Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. p. 83-105.

TEDESCO, João Carlos. Georg **Simmel e as Sociabilidades do Moderno**. Passo Fundo: UPF,2006

VALLADARES, L. e COELHO, M. (1987). "**Pobreza urbana e mercado de trabalho: uma análise bibliográfica**". In: *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*, n. 2. São Paulo, Anpocs/Córtex

VELHO, Gilberto. ***Observando o Familiar***. In, Edson de Oliveira Nunes, Org. **A Aventura sociológica.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978. pp.36 a 46.

VELHO, Gilberto. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979. 4ª- Ed.

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro, Zahar editores,1997.

VELHO, Gilberto. **Desafios da Proximidade**. In: VELHO,G; KUSCHNIR, K (orgs). Pesquisas Urbanas: Desafios do Trabalho Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VILLAÇA, F. Espaço Intra Urbano no Brasil. São Paulo: Ed. Nobel, 2000.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 372 p.

ZALUAR, Alba. **Teleguiados e chefes: juventude e crime**. In: ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Renavan: UFRJ, 1994. cap. 12, p. 100-116.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 2000

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WACQUANT, **As prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WACQUANT, Loïc. Entrevista Loïc Wacquant: **A criminalização da pobreza**. Mais Humana, dez. 1999. Disponível em: <www.maishumana.com.br/loic1.htm>. Acesso em: 23 ago. 2003.

WACQUANT, Loic. **Os Condenados da Cidade – estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 131- 168; p. 491-504.

WEBER, Max. **Conceito e Categorias da Cidade**. In, O Fenômeno Urbano. In:VELHO, Otávio G. (org.). Rio de Janeiro, Zahar editores, 1979.4ª- Ed

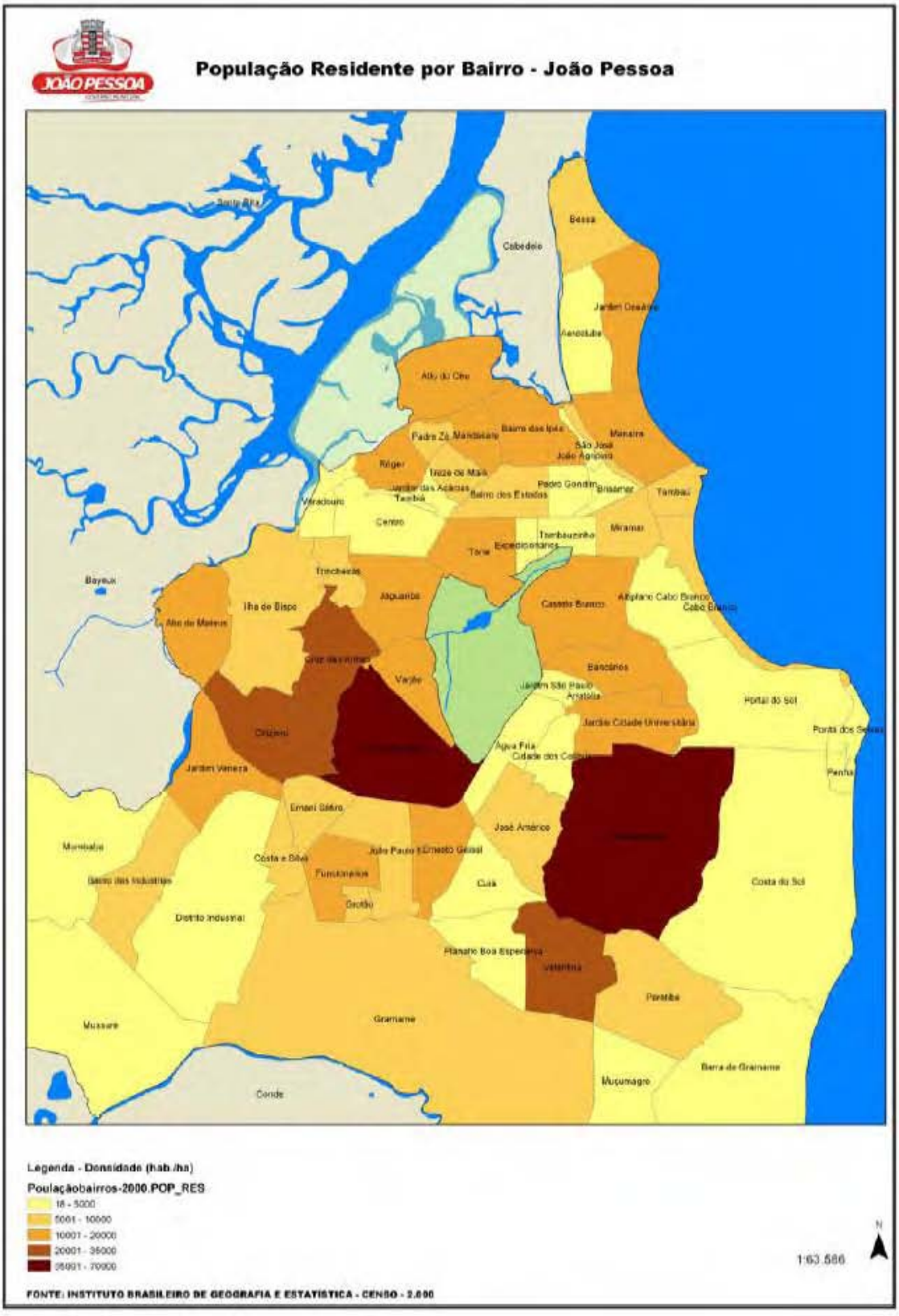
WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol 2. Ed. UNB, 2004.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In Velho, Otávio (org.), O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1979

ANEXOS

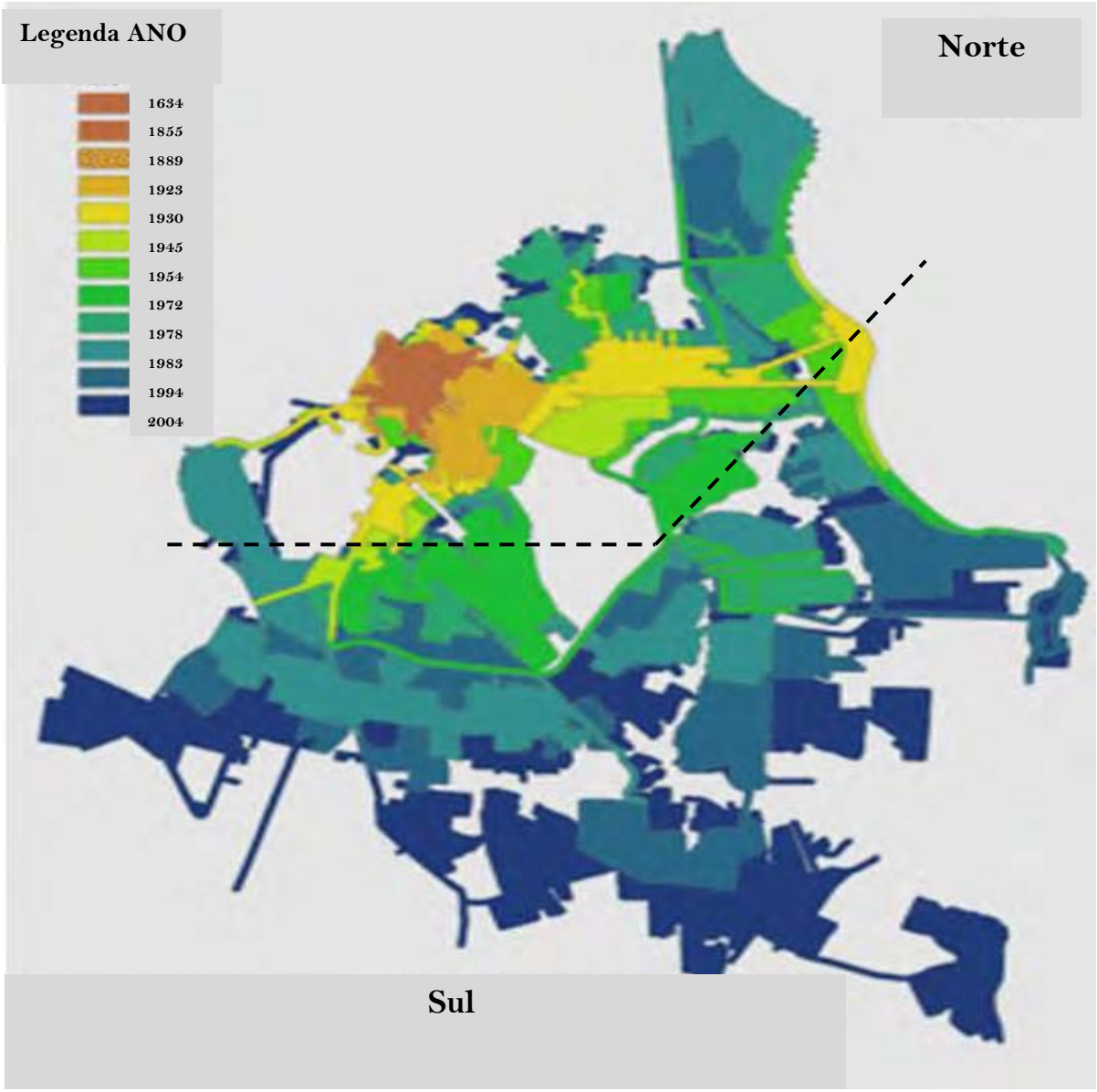
ANEXO 1

MAPA 1. CIDADE DE JOÃO PESSOA COM A DIVISÃO DOS BAIRROS



ANEXO 2

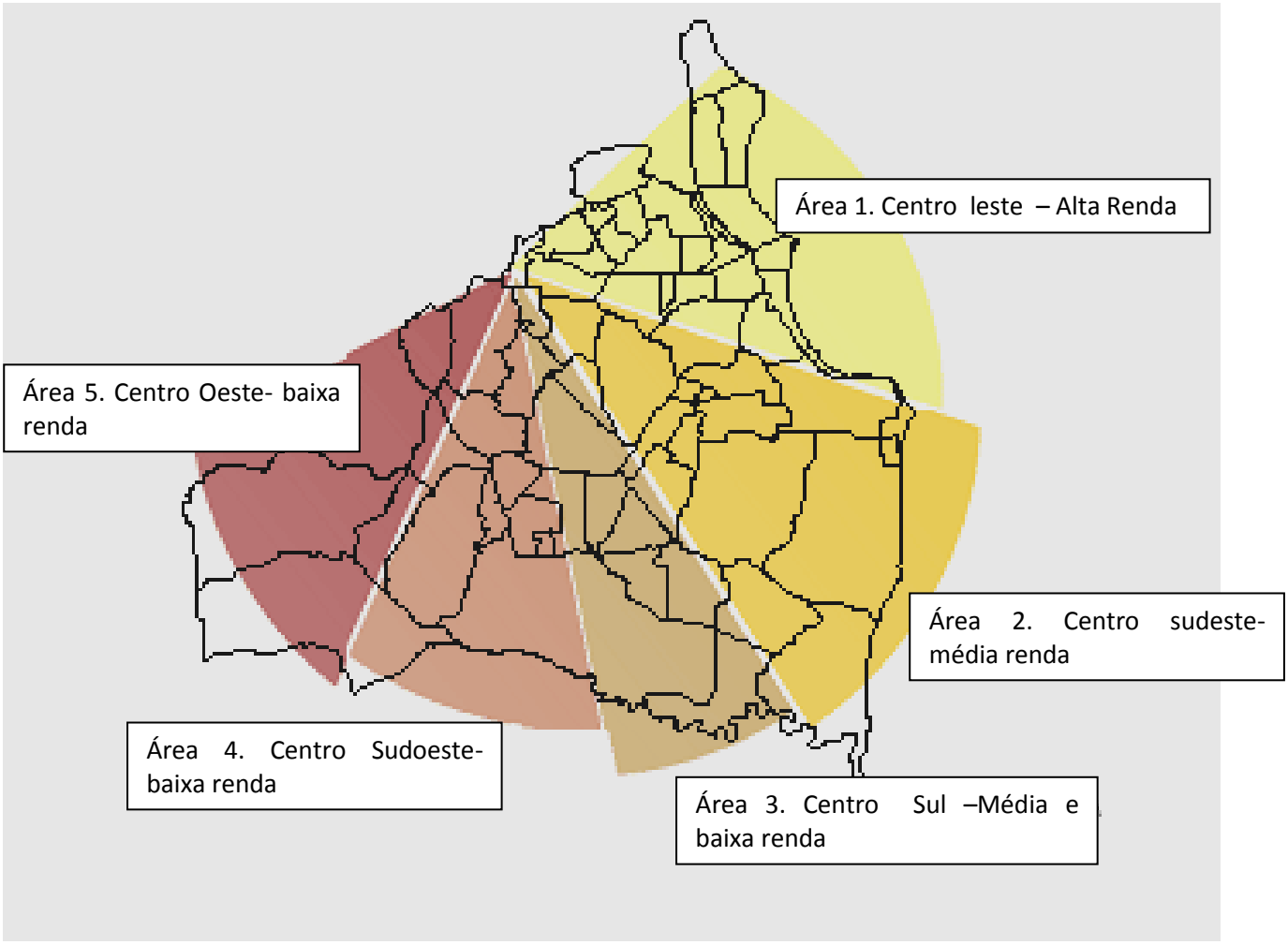
MAPA 2. OCUPACÃO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA NOS DIFERENTES



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Seplan. Grifos meus.

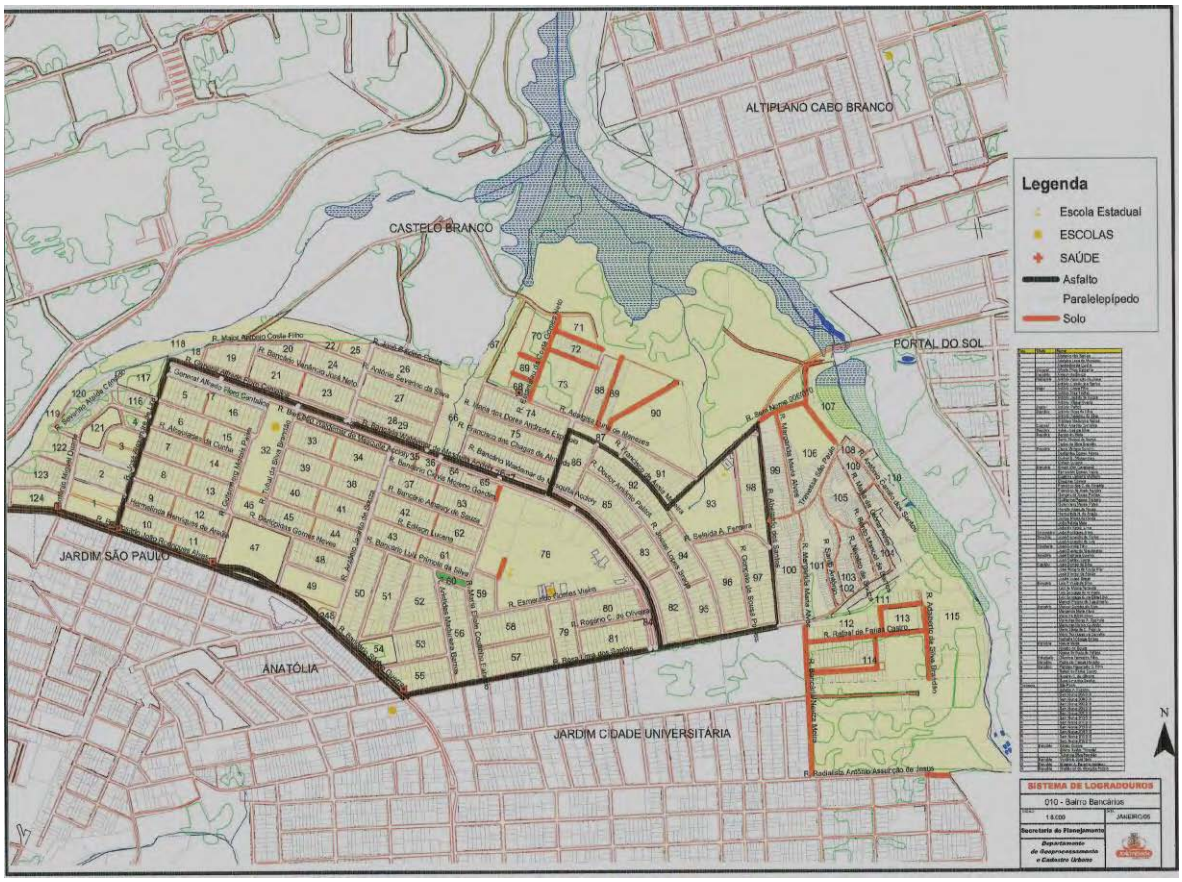
ANEXO 3

MAPA 3: CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS POR NÍVEIS DE RENDA DE SUA POPULAÇÃO



ANEXO 4

MAPA 5: BAIRRO DE BANCÁRIOS DESTACADO EM AMARELO. SEPLAN- PMJP. JUNHO/2008



ANEXO 5

LEI Nº 8.466, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

TRANSFORMA OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS DOS BANCÁRIOS, ANATOLIA, PROFESSORES, JARDIM SÃO PAULO E JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA PARA BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAIBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATVO APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominado **BAIRRO DOS BANCÁRIOS,** os Conjuntos Residenciais dos Bancários, Anatólia, Professores, Jardim São Paulo e Jardim Cidade Universitária, respeitando os mesmos limites territoriais já estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

CICERO LUCENA FILHO
PREFEITO

ANEXO 6

ESTADO DA PARAÍBA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

- Casa de Napoleão Laureano -

LEI Nº 1 574 , DE 04 DE SETEMBRO DE 1 998.

AUTOR : VEREADOR LUCIANO CARTAXO PIRES DE SA

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO E DELIMITAÇÃO DOS 60 (SESSENTA) BAIRROS DO MUNICIPIO DE JOÃO PESSOA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

A MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAIBA, FAZ SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam nomeados e delimitados os 60 (sessenta) Bairros do Município de João Pessoa conforme cartografia e memorial descritivo constante desta Lei.

Art. 2º - O Poder Executivo providenciará, no prazo de 30 (trinta) dias, a colocação das placas indicativas nos limites de cada Bairro seguindo o memorial descritivo da presente Lei.

Art. 3º - O Poder Executivo através do setor competente, procederá o cadastramento dos Bairros e suas respectivas delimitações, de que trata o artigo 1º, da presente Lei, junto à SAELPA, CAGEPA, TELPA E EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

Rua Das Trincheiras, 43 Centro - João Pessoa-PB CEP: 58011-000 - Fone: 241.2800 - Fax: 241.2661

ANEXO 7

IMAGEM VIA SATÉLITE DEMONSTRANDO AS PARTES DO BAIRRO.

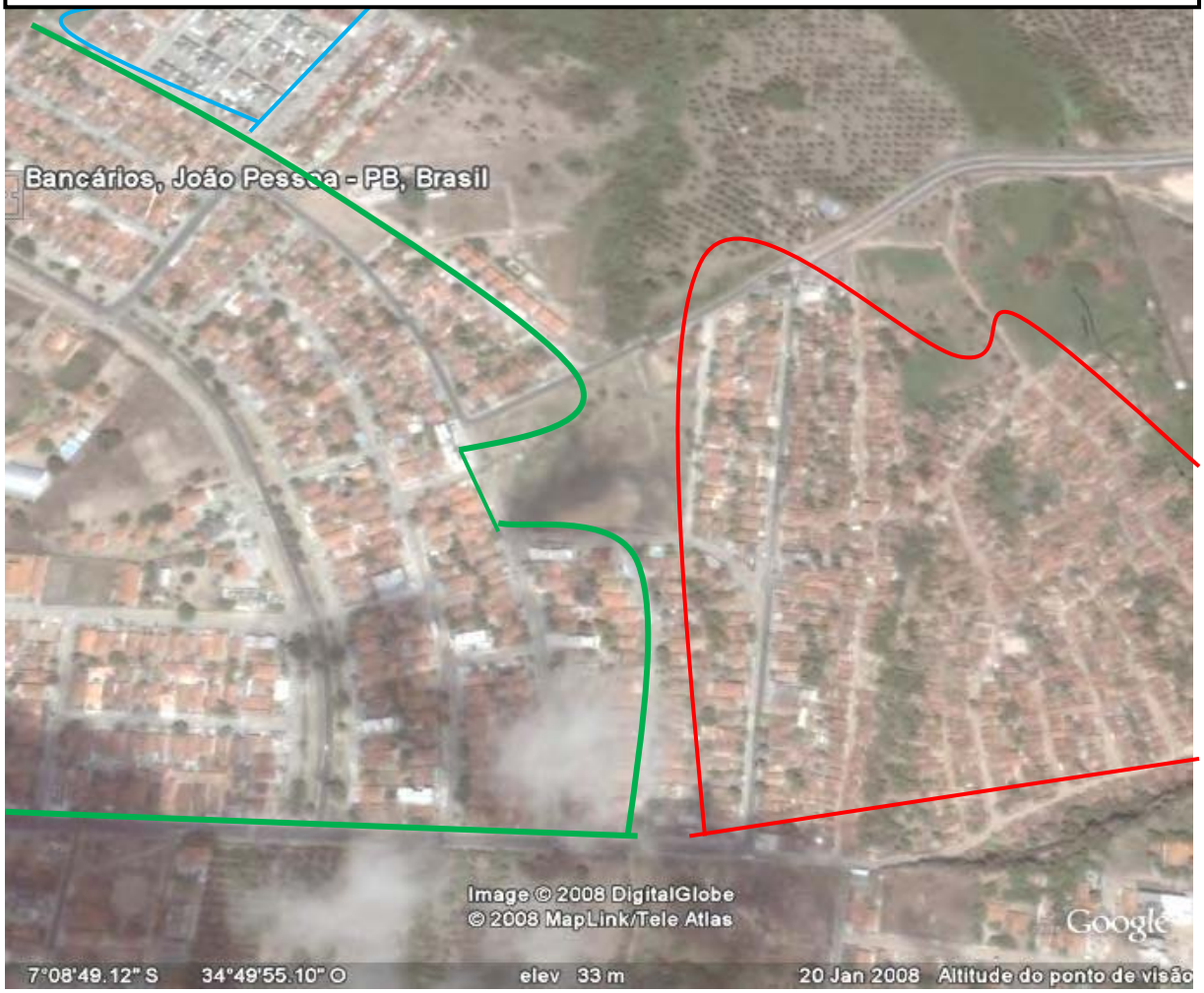


Imagem Via Satélite. Através desta Imagem percebemos uma maior densidade de residências no setor do Timbó em relação ao conjunto dos Bancários.

LEGENDA

- **Timbó**
- **Conjuntos Bancários e Professores**
- **Residencial Paulo Miranda**

ANEXO 8

anteprojeto
CROQUI DO LAYOUT DA ÁREA P/ APRESENTAÇÃO
Parque dos Bancários
Um Projeto da Associação dos Moradores da Comunidade Bancária e Universitária
ESTACIONAMENTO
QUITANDAS
ENTRADA
SAÍDA
ANFITEATRO
QUADRA POLIVALENTE
QUADRA POLIVALENTE
Q.DE AREIA
Q.DE AREIA
Q.DE BARRO
Q.DE BARRO
SANIT. MASC.
SANIT. FEM.
POSTO MÉDICO
PISTA PARA COOPER
1.000 m
PARQUE INFANTIL
CICLOVIA
1.000m
BICICLETÁRIO
ÁREA PARA GINÁSTICA
SAÍDA
ENTRADA
PISTA PARA PATINAÇÃO
QUIOSQUE
QUIOSQUE
QUIOSQUE
QUIOSQUE
TÁXI
ÔNIBUS
POSTO POLICIAL
DEPÓSITO
BANCÁRIOS
PARA O CENTRO
RETORNO
DE MANGABEIRA
EQUIPAMENTOS
1 PISTA DE COOPER
1 PISTA DE CICLISMO
1 PISTA DE PATINAÇÃO
2 QUADRAS POLIVALENTES
4 QUADRAS DE VOLLEY
1 ÁREA DE GINÁSTICA
1 ANFITEATRO
1 PARQUE INFANTIL
1 POSTO MÉDICO
2 SANITÁRIOS (MASC. FEM.
1 POSTO POLICIAL
1 PARADA DE ÔNIBUS
1 PONTO DE TÁXI
4 QUIOSQUES
6 QUITANDAS
3 ESTAC. P/ 20 AUTO CADA
1998
1997
1996
1995